

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**

**NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DO PACTO PELA
EDUCAÇÃO EM GOIÁS (2011-2018)
Ivo Monteiro de Queiroz**

Anápolis – GO

2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
EDUCAÇÃO, ESCOLA E TECNOLOGIAS**

**NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DO PACTO PELA
EDUCAÇÃO EM GOIÁS (2011-2018)
Ivo Monteiro de Queiroz**

Anápolis – GO

2020

IVO MONTEIRO DE QUEIROZ

**NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DO PACTO PELA
EDUCAÇÃO EM GOIÁS (2011-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias, área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias.

Linha de Pesquisa: Educação, Escola e Tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Resende Ferreira

Anápolis – GO

2020

**NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DO PACTO PELA
EDUCAÇÃO EM GOIÁS (2011-2018)**

Banca examinadora:

Prof. Dr. João Roberto Resende Ferreira

(Universidade Estadual de Goiás - UEG/PPGIELT) - Orientador / Presidente

Profa. Dra. Yara Fonseca de Oliveira e Silva

(Universidade Estadual de Goiás - UEG/PPGIELT) – Membro Interno.

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier

(Universidade Estadual de Goiás - UEG/TECCER) – Membro Externo

Anápolis – GO

2020

A todos profissionais da educação que lutam incansavelmente por um mundo justo, portanto,
pela superação do capitalismo.

AGRADECIMENTOS

Realizar uma pesquisa de mestrado para qualquer pessoa da classe trabalhadora é um desafio enorme. Esse espaço – a universidade – não foi feito para nós, entramos e saímos dele porque somos teimosos e, não aceitando as barreiras impostas aos trabalhadores para que não ocupemos esses lugares é que chegamos aonde chegamos. Fazer um curso superior era algo inalcançável para mim. Mestrado? Um sonho distante, pobre Ivo. Mas aqui estou e preciso agradecer muitas pessoas.

Reconheço que tive condições concretas e objetivas que me favoreceram ao longo dessa caminhada, sem as quais não teria a menor possibilidade de concluir a pesquisa. Isso é um privilégio. Dona Geralda, minha mãe, não entende ainda muito bem o que é isso que fiz. No entanto, mesmo enfrentando um câncer na mama direita sempre lutou para que seu filho mais velho pudesse estudar. E como ela se orgulha disso! Agradeço enormemente a você, mamãe. Sem seu exemplo de luta pela sobrevivência jamais chegaria até aqui. No bairro onde morávamos os números apontavam que isso era impossível. Mas, como diz a música “eu permaneço vivo, eu sigo a mística, trinta e três anos contrariando a estatística”.

Essa dissertação não estaria pronta sem a colaboração de minha companheira Verônica. Mãe de meus filhos, Raul e Maya, é compreensiva além dos limites. Em muitos dos momentos em que chorei e tive vontade de abandonar a escrita ela me oferecia palavras incentivadoras e carinhosas, que sempre vinham em boa hora. A você meu agradecimento e meu respeito incondicional somam-se a admiração pela mulher, mãe, professora, pesquisadora, escritora e intelectual que é.

Preciso também agradecer ao estimado amigo Claitonei de Siqueira Santos. Camarada que há cinco anos vem contribuindo de maneira significativa para a formação de meu pensamento além de compor o pequeno grupo de amigos que tenho. É uma honra sem tamanho poder tê-lo comigo, homem de coração enorme e dotado de um fantástico senso de justiça. Por horas e horas se dispôs a apenas me ouvir, sem isso seria bem mais difícil e, portanto, sou muito grato. Você, meu amigo, é talvez a pessoa, juntamente com Verônica, que mais acredita em meu potencial como professor e intelectual. Obrigado.

Agradeço minhas colegas de mestrado, Ana Carolina, Beatriz Stival, Gilmara Barbosa e Camilla Nascimento que assim como eu, angustiaram, reclamaram, se indignaram, mas não desistiram e estão por concluir também seus cursos de mestrado. A vocês todo meu respeito e

admiração. São, sem dúvida, mulheres fortes e professoras que levarão adiante esperança para um mundo menos injusto.

Registro também meus agradecimentos à professora Yara que desde minha inserção no programa de mestrado esteve presente com contribuições enriquecedoras.

Agradeço ao professor Glauber por quem tenho admiração enorme pela sua capacidade, competência e coerência teórica. Guardo com carinho especial as aulas e debates da disciplina que fizemos no TECCER. Espero nos reencontrarmos em espaços de produção do conhecimento muitas outras vezes, quiçá no doutorado.

Meu agradecimento também se estende ao meu orientador, professor João Roberto. Se educação é ser, saber e fazer, o senhor é exemplo concreto disso. Mostrou-me que é possível passar pela experiência do mestrado com humanidade e respeito. Ao senhor minha gratidão.

QUEIROZ, Ivo Monteiro de. **Neoliberalismo e Políticas Educacionais: Estudo do Pacto pela Educação em Goiás (2011-2018)**. 111f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis – GO, 2020. Orientador: Prof. Dr. João Roberto Resende Ferreira.

RESUMO

Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, do Câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, da Universidade Estadual de Goiás (PPG-IELT/UEG), Campus Anápolis. Buscou-se compreender como o programa Pacto pela Educação Goiás lançado em 2011, contribui para a construção e manutenção da sociedade burguesa. O objetivo principal foi analisar como Pacto pela Educação em Goiás sedimenta um modelo de sociedade burguesa e como, em seu bojo, são propostas políticas de cunho liberal que preconizam os valores inerentes ao capitalismo da terceira via. A pesquisa foi desenvolvida tendo como perspectiva o materialismo histórico enquanto método, com fontes documentais e bibliográficas, como o documento base do Pacto Pela Educação em Goiás, o Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 e decretos e leis complementares que direcionam a educação no Estado de Goiás. Também recorreremos à pesquisas recentes que buscam compreender outras relações do Pacto Pela Educação em Goiás por meio de suas prerrogativas e imposições que resultam diretamente no cotidiano escolar e na prática docente. Nesse sentido contextualizou-se a política educacional goiana em um cenário nacional, que por sua vez, também é parte de uma totalidade maior e mais complexa de políticas voltadas para a educação desenvolvidas por organismos multilaterais a serviço do capital e das nações hegemônicas no mundo capitalista. As ações do Estado, para a efetivação do Pacto pela Educação, vão de encontro com a lógica neoliberal e as necessidades do mercado que exigem uma escola adequada aos novos padrões de acumulação econômica. Percebe-se que os professores, enquanto intelectuais, são fundamentais para a sustentação da reforma educacional enquanto produtores e reprodutores de uma ideologia neoliberal alicerçada na competição, no individualismo e na meritocracia. Os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes também contribuem de maneira efetiva e eficaz na criação de uma aura educacional positiva com a reforma educacional goiana. Na vida concreta percebe-se que, nesse modelo de educação alienante e voltada para os interesses e ditames do mercado, a precarização da profissão docente bem como a construção da sua total privatização são resultados que vem sendo construídos cotidianamente.

Palavras chave: Neoliberalismo. Hegemonia. Pacto pela Educação em Goiás. Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRACT

This work is the result of research developed in the Interdisciplinary Graduate Program in Education, Language and Technologies, of the Campus of Socioeconomic and Human Sciences, of the State University of Goiás (PPG-IELT / UEG), Campus Anápolis. We sought to understand how the Pact for Education Goiás program launched in 2011, contributes to the construction and maintenance of bourgeois society. The main objective was to analyze how the Pact for Education in Goiás consolidates a model of bourgeois society and how, in its core, there are liberal political proposals that advocate the values inherent in third way capitalism. The research was developed with the perspective of historical materialism as a method, with documentary and bibliographic sources, such as the base document of the Pact for Education in Goiás, the National Education Plan, State Education Plan, Law of Education Guidelines and Bases 9,394 / 96 and decrees and complementary laws that direct education in the State of Goiás. We also resort to recent research that seeks to understand other relations of the Pact for Education in Goiás through its prerogatives and impositions that directly result in school routine and teaching practice. In this sense, the educational policy of Goiás was contextualized in a national scenario, which in turn is also part of a larger and more complex set of policies aimed at education developed by multilateral organizations at the service of capital and hegemonic nations in the capitalist world. . The actions of the State, for the effectiveness of the Pact for Education, are in line with the neoliberal logic and the needs of the market that demand a school adequate to the new patterns of economic accumulation. It is clear that teachers, as intellectuals, are fundamental to sustain educational reform as producers and reproducers of a neoliberal ideology based on competition, individualism and meritocracy. The private devices of hegemony of the dominant classes also contribute effectively and efficiently to the creation of a positive educational aura with the educational reform in Goiás. In concrete life, it can be seen that, in this alienating education model and focused on the interests and dictates of the market, the precariousness of the teaching profession as well as the construction of its total privatization are results that are being built daily.

Keywords: Neoliberalism. Hegemony. Pact for Education in Goiás. Public Educational Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01: Pilares estratégicos e as metas gerais do Pacto Pela Educação em Goiás.

Quadro 02: As 25 ações do Pacto pela Educação em Goiás.

Quadro 03: Percentual de faltas para aferição do bônus do Programa Reconhecer.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACIEG – Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAQi – Custo Aluno Qualidade inicial

CF – Constituição Federal

CLAD – Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização não governamental

OS – Organização Social

PEE – Plano Estadual de Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROMED – Projeto Escola Jovem

PSD – Partido Social Democrático

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – ESTADO MODERNO BURGUEÊS E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	20
1.1 Fundamentos liberais em John Locke: liberdade e propriedade privada.....	20
1.2 A formação do Estado moderno em Locke: sociedade civil e sociedade política.....	24
1.3 Crítica Marxista ao Estado moderno burguês.....	27
1.4 Reestruturação produtiva de capital e a atuação estatal no processo de acumulação capitalista.....	33
CAPÍTULO 2 – CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO	46
2.1 Crise estrutural do capital e Neoliberalismo	46
2.2 A Terceira Via enquanto continuidade do neoliberalismo e a construção do consenso.....	57
2.3 O Estado brasileiro neoliberal e os mecanismos de construção do consenso	67
CAPÍTULO 3 – O PACTO PELA EDUCAÇÃO EM GOIÁS NA CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA BURGUESA	80
3. 1 A educação como mercadoria.....	80
3.2 O Pacto pela Educação em Goiás	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

A História nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que “fecham” ou “abrem” os circuitos da história.

Florestan Fernandes

A escola surge no século XVI, com a finalidade de promover o acesso à cultura erudita, especialmente à leitura. De acordo com Gasparin (2002), em cada momento, a escola constitui uma expressão da sociedade na qual ela está inserida. Deste modo, pode-se afirmar que ela não é neutra, mas sempre comprometida ideológica e politicamente e, portanto, cumpre uma função específica. Atualmente pode-se observar que mesmo após tantas transformações ocorridas no mundo, a escola vem sustentando, desde sua origem, uma prática legitimadora da estrutura social vigente, isto é, a manutenção dos interesses de classe.

Enquanto instituição legítima para atender a lógica de mercado, a escola passou a ser cada vez utilizada para produção e reprodução da sociabilidade burguesa. Dessa forma, a educação compreendida pela ótica do neoliberalismo não contempla a formação humana em suas possibilidades emancipatórias e autônomas e mantêm-se atrelada a uma concepção tecnicista e pragmática do processo de formação humana (FREITAS, 2018).

Após promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (LDB), período onde os valores neoliberais expandiam seus tentáculos no país com enorme voracidade sob orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), o desmonte da educação pública brasileira vem em ritmo acelerado sendo construído cotidianamente sob a égide do mercado.

Atuando como professor e coordenador pedagógico na rede estadual de educação em Goiás, na condição de professor vinculado por contrato temporário e exposto a várias formas de assédio, pressão e repressão institucionais, foi possível perceber que vêm sendo pensadas em gabinetes por intelectuais orgânicos do capital e que desconsideram os interesses reais e as necessidades concretas da população goiana. A violência sofrida por meus colegas de trabalho que estavam submetidos às exigências do Pacto pela educação vinha sempre travestida de estímulo à regência e o trabalho em condições de adoecimento e de insalubridade me indignava diuturnamente.

Essa vivência foi minha principal motivação para buscar ampliar meus estudos a respeito das políticas públicas educacionais que determinam os rumos da educação pública estadual goiana.

Desse modo, não pude deixar de perceber, ancorado em uma base teórica marxista, que dentro de uma totalidade que supera os limites do capitalismo periférico que vivenciamos, o modelo educacional, que é colocado como universal pelos organismos internacionais, submete a educação brasileira de sua elaboração teórica à sua prática concreta ao modo de produção capitalista. O aparelho estatal com o discurso de melhorar os resultados das avaliações externas e estimular à regência instaurou a lógica da meritocracia nas escolas e colégios estaduais de Goiás por meio da criação do Programa Pacto pela Educação. Diante esse cenário indaga-se: Como o programa Pacto pela Educação Goiás lançado em 2011, contribui para a construção e manutenção da sociedade burguesa?

O objetivo principal da pesquisa, portanto, é analisar: a) como o Pacto pela Educação em Goiás sedimenta um modelo de sociedade burguesa e como, em seu bojo, são propostas políticas de cunho liberal que preconizam os valores inerentes ao capitalismo da terceira via; b) Compreender o que consta no Pacto pela Educação acerca da relação Estado – empresa – mercado (público e privado), e de que modo essa reforma educacional preconiza uma educação pública voltada para os interesses do capital; c) Compreender como a educação goiana, que está tanto na elaboração da infraestrutura, quanto na própria elaboração/gestação da superestrutura e dela resultam determinadas concepções de mundo, formam intelectuais orgânicos que são atores privilegiados da reprodução ideológica capitalista.

No presente trabalho, desenvolveremos a análise fundamentando-nos na obra de Antonio Gramsci (1984), principalmente porque a sua definição de ideologia identifica-se com a filosofia, com as superestruturas e com a política, revelando tratar-se de “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1984, p. 16).

Para o autor, as ideologias são múltiplas e contraditórias entre si porque representam racionalidades de diferentes classes, diferentes visões de mundo, interesses políticos diversos, em diversos momentos históricos, se manifestando de diversas formas no discurso ideológico. Isso mostra a força que ela detém, uma vez que qualquer processo de manutenção de *status quo* ou transformação conjuntural e estrutural não acontece sem que haja a intervenção de elementos ideológicos. Elas não são fatos individuais. Cabe ressaltar que, para ele, elas são a expressão de um bloco histórico, de um sujeito coletivo, sendo chamadas de “ideologias

orgânicas”. Seria, portanto, pelo discurso apropriado, que inclusive pode ser contraditório com as práticas tendo em vista adaptações necessárias provenientes de disputas ou conflitos de projetos de classes, que as ações de classe se articulariam, mobilizariam e se direcionariam.

Outra categoria de análise da realidade social central para Gramsci e para o presente estudo é a concepção de Hegemonia, uma vez que analisamos o processo de hegemonização que pode decorrer a partir do conjunto das forças voltadas para o convencimento e estabelecimento de uma determinada concepção da educação - em destaque, a concepção de uma determinada fração das classes dominantes, que, como descreveremos mais a frente, apresenta-se vinculada às políticas públicas educacionais do Estado de Goiás.

Como é no campo das ideologias que os homens adquirem consciência do que representam, se organizam e procuram realizar seus projetos - não como um mero conjunto de ideias abstratas -, a hegemonia se refere a capacidade de uma classe criar uma concepção de mundo própria, a autonomia de realizá-la, de constituir-se, ainda, em Estado, e de promover o consenso na sociedade civil. Esta noção existe justamente pela unidade proposta pelo autor entre a teoria e a prática, já que este conceito expressa a vontade coletiva organizada em torno de um projeto ou visão de mundo, que acaba por objetivar no âmbito econômico, político, no próprio campo da ideologia e de qualquer outra manifestação da vida concreta, individual e coletiva. Este conceito, portanto, permite que se enxergue a história como um campo de possibilidades, tanto para a construção como para a conservação e transformação de uma determinada ordem hegemônica, onde as classes sociais elaboram suas vontades, se organizam em torno dos seus projetos (MOTTA, 2012).

Certamente nesse contexto, fundamental também será a noção de Estado Ampliado em Gramsci, que incorpora a existência de uma sociedade política, onde se desenvolveria principalmente o poder de repressão ou de coerção dos blocos dominantes, em relação dialética permanente com uma sociedade civil, constituída pelos “aparelhos privados de hegemonia” (seja escola, igrejas, partidos políticos, mídia, corporações, imprensa, dentre outros), através dos quais, pela persuasão e consenso, as classes sociais fundantes promoveriam sua hegemonia. Seria em meio a essa disputa intelectual e moral, da direção política e do consenso, que Gramsci nos mostra sobre o papel educador deste Estado, na construção de uma pedagogia para a conformidade, ou manutenção do *status quo*.

Sob esta ótica, é possível compreender como se desenvolvem as relações de determinada fração do empresariado junto aos governos, principalmente pela força política que adquiriram no âmbito das definições de políticas públicas de educação, qual o papel que vem sendo cunhado sobre a escola na sociedade moderna, bem como o papel que pode

cumprir uma determinada proposição ideológica para o avanço das forças materiais de produção.

Desse modo, para alcançar os objetivos estabelecidos nos propusemos a analisar os pilares 1 e 4 da reforma educacional goiana que referem-se à: a) valorização dos profissionais da educação; b) estruturação e consolidação do sistema de remuneração e reconhecimento por mérito, respectivamente.

Para alcançar os objetivos estabelecidos na pesquisa não prescindimos de analisar os documentos oficiais da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEDUC-GO) que orientam as escolas na implementação de ações voltadas para a melhoria da qualidade educacional.

O estudo documental se baseou na seleção dos textos oficiais e publicações da SEDUC-GO no período 2011-2018. Serão analisados os documentos orientadores da reforma do Pacto pela Educação, as cartilhas do Programa Reconhecer (bônus para profissionais da educação) e um conjunto de leis estaduais que instituem e disciplinam o Bônus por desempenho. Conforme Freitas (2012) esse modelo de políticas educacionais pautadas no prêmio e na bonificação não vêm apresentando resultados qualitativos significativos em outros lugares do mundo e, não obstante são adotados com avidez no Brasil. Ademais, serão considerados na análise documentos como o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e o Plano Estadual de Educação (2015/2025), pois, se constituem para Dourado (2017), como o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira. Também recorreremos às portarias da SEDUC-GO, leis estaduais referentes à Educação Básica no Estado de Goiás que sofreram alteração no período investigado.

Também recorreremos às pesquisas recentes como a de Pessoni (2017), Moura (2016), e Silva (2014), que, mesmo com objetivos distintos e de concepções teóricas e metodológicas variadas, têm apresentado resultados sobre a referida política educacional goiana que nos levam à reflexão sobre o papel da educação na construção desse novo projeto de sociabilidade burguês e suas implicações no trabalho dos profissionais da educação que está permeado de valores como a meritocracia, a competição, o individualismo e outros fundamentais para o capitalismo neoliberal da Terceira Via.

Portanto, organizou-se a dissertação em três capítulos. No capítulo I buscou-se compreender os fundamentos liberais que sustentam a sociedade capitalista no seu atual estágio de acumulação. Para isso foi necessário retomar as formulações de John Locke sobre os conceitos de liberdade e propriedade privada, além da sua concepção de Estado. Nesse capítulo também delimitamos com qual linha teórica trabalhamos e fizemos a crítica ao pensador liberal com Marx e Gramsci. Outros autores como Castel (2015), Antunes (2009),

Mészáros (2011), Frigotto (2010) e Harvey (2008) nos ajudaram a analisar o estágio de acumulação capitalista após da década de 1930 nos países hegemônicos e sua crise estrutural no final dos anos 1960.

No segundo capítulo Souza (2017), Harvey (2008), Leher (2008), Paulani (2005), Motta (2012), Boron (2000), Coutinho (2006) nos deram sustentação teórica para discutir como a proposta neoliberal foi capaz de em determinadas condições históricas, segundo as novas necessidades da acumulação capitalista, ser modificada, adaptada, atualizada e utilizada política e economicamente, a partir da década de 1970, para a superação da crise estrutural capitalista. Ainda nesse capítulo discutimos como o neoliberalismo fracassou em trazer os resultados a que se propôs e suas contradições demandaram mudanças nas formas de sua aplicação fazendo com que se buscasse uma roupagem mais humana (MOTTA, 2012), no entanto, sem deixar de ser neoliberal. Trouxemos a discussão para o Brasil e abrimos o caminho para o terceiro capítulo com as reformas neoliberais brasileiras no governo de Fernando Henrique Cardoso, que em muito foi continuada nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores.

No último capítulo iniciamos com a discussão sobre educação e neoliberalismo e utilizando Freitas (2012; 2018) como referencial teórico. Educação como mercadoria é nosso primeiro tópico. No segundo intitulado “O Pacto pela Educação em Goiás” foram demonstradas as estratégias de produção e reprodução do capital voltada para sua construção e disseminação ideológica a partir da escola básica. Os fundamentos destacados no primeiro capítulo como a meritocracia, a (pseudo) liberdade, a competição e o individualismo dão a tônica da reforma educacional goiana escamoteados na promessa de uma melhoria significativa nas condições de trabalho dos docentes e na valorização da carreira de professor mediante a adesão aos pilares do programa por parte dos profissionais da educação. No entanto, o que se vê não é isso.

Nas considerações finais buscamos sintetizar e registrar as impressões que tivemos acerca das questões centrais das atuais políticas educacionais em Goiás. Utilizando-se fartamente do trabalho intenso dos aparelhos hegemônicos do grande capital, está se construindo em Goiás, uma concepção de que educação é uma mercadoria e, como qualquer outra deve ser medida sua qualidade e de seus profissionais pela sua produção, que nesse caso equivale às metas que alcançam ou deixam de alcançar, e ainda, que se foi possível alcançar lugares de destaque nos rankings nacionais de educação dentro dessa reforma, é porque aqui em Goiás a educação estaria sim, sendo boa. Essa ideia, como Silva (2014) demonstrou, está sendo aceita e internalizada por professores, coordenadores e diretores de escolas públicas de

educação básica. É o caminho se abrindo para a terceirização e privatização da educação como destacou Freitas (2018) e os resultados podem ser devastadores para nós.

CAPÍTULO 1 – ESTADO MODERNO BURGUEÊS E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

“(…) as ideias não nascem de outras ideias, (…) as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real.” (GRAMSCI, 1984).

1.1 Fundamentos liberais em John Locke: liberdade e propriedade privada

Entendemos que para se estudar políticas públicas no campo da educação precisamos antes compreender em que condições elas são pensadas e constituídas, ou seja, em qual modelo de sociedade e de Estado são elaboradas. Também é imprescindível analisarmos as tensas e conflituosas disputas de classe que permeiam o pensamento das políticas educacionais na atualidade e seus desdobramentos.

Uma das concepções de mundo presentes na legislação educacional do século XXI nos faz remontar o Iluminismo e um de seus principais pensadores, John Locke (1632-1704). Este é considerado seminal para o pensamento burguês, por ter elaborado uma teoria liberal que serviu de base e inspiração filosófica para diversos outros que o sucederam e assim contribuiu para a construção ideológica, política e econômica do Estado liberal atual.

Obviamente seu pensamento foi incorporado por outros pensadores, os quais propuseram modificações às formulações originais de Locke, no entanto, trezentos anos depois, com outra roupagem, ainda percebe-se elementos teóricos da sua obra *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil* datada do final do século XVII nos discursos e na prática concreta das classes dominantes e dirigentes atuais. No capitalismo moderno a construção de um mundo falacioso onde liberdade e o direito à propriedade são possíveis a todos que se esforçarem encontra ressonância no referido filósofo, consideramos, portanto, discutir como se constitui o Estado moderno e, de caráter capitalista para pensador inglês.

Pensador central do liberalismo, John Locke, se propõe no século XVII a teorizar, dentre outros, à fundamentação do poder político em um contexto turbulento vivenciado pelos europeus e que, naquele momento, exigia ir além da mera definição como também elucidar a quem ele cabe, de direito, na sociedade civil.

Nesse momento histórico, a questão da sucessão real na Inglaterra envolvia mudanças no governo que – acreditava-se poderia comprometer não somente a religião oficial

(anglicanismo), mas a própria vida e liberdade dos súditos. Por isso, localizava-se no centro das disputas, além das leis constitucionais inglesas, a lei natural que rege a vida dos indivíduos. A obra de John Locke reforça as justificativas para a Revolução Gloriosa na Inglaterra que resultou na limitação dos poderes do rei cedendo espaço político significativo para o parlamento burguês. Encontra-se, portanto, em sua obra *Segundo Tratado Sobre o Governo* as bases para sustentar o alicerce do governo civil no consentimento dos governados e para defender o direito de governar. Se no *Primeiro Tratado* Locke refuta a hipótese de que a fonte de todo poder é o domínio particular e a jurisdição paterna de adão, no *Segundo Tratado* defende a noção de liberdade que exige igualdade jurídica e que, a defesa da monarquia absoluta nada mais é que um meio para que um único indivíduo venha a escravizar todos os demais.

Argumenta nesse sentido Locke (1983, p. 41) que “para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade”. E, nesse estado de natureza e de liberdade, o homem é tendencioso a se tornar bom pela excelência do desenvolvimento de sua razão, que o conduzirá no exercício do direito à vida.

Na Inglaterra do século XVII, a lei de natureza passou a ser vista cada vez mais como um sistema de princípios éticos e não mais como apenas um conjunto concreto de regras judiciais ou políticas para aplicação prática. Era uma lei da razão que Deus determinara aos homens para servir de guia de conduta nas relações humanas (TSUJI, 2017).

Locke define o estado de natureza como estado em que homens se encontram naturalmente, ou seja, uma condição soberana para regular suas ações e dispor de suas posses de como julgarem acertado. Um estado também de igualdade que é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais do que qualquer outro sem subordinação ou sujeição (LOCKE, 1983).

Nesse estado os homens além da condição de serem essencialmente livres desfrutam de outros direitos que lhes são atribuídos em função da razão, definidos como o direito à vida e o de punir os que atentem contra ela como também o direito de propriedade privada. A propriedade privada, nesse contexto, é fruto das capacidades individuais de cada homem. A posse individual de um bem coletivo não é o resultado de um conflito, mas da apropriação do necessário para satisfazer suas vontades.

Partindo da premissa de que Deus deu o mundo aos homens em comum e a natureza para dela retirar seu sustento e o conforto de sua existência. Locke (1983) argumenta que, embora os frutos que a natureza produz naturalmente e todos os animais que alimenta

pertençam à Humanidade, há maneiras de frações desse todo serem apropriadas pelos homens.

Cada homem tem em si próprio a sua original e pioneira propriedade e a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo; e agrega à sua propriedade “todo trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos” (LOCKE, 1983, p. 51). Ou seja, quando o homem aplica um trabalho à determinada fração da natureza, essa por sua vez, é retirada do direito comum de todos e se torna propriedade privada deste homem. Argumenta ainda o autor buscando demonstrar a lógica de sua teoria que,

O fruto ou a caça que alimenta o índio selvagem, que não conhece divisas e ainda é possuidor em comum, deve ser dele e de tal maneira dele, isto é, parte dele, que qualquer outro não possa mais alegar qualquer direito àqueles alimentos, antes que lhe tragam qualquer benefício para sustentar-lhe a vida (LOCKE, 1983, p.51).

Sendo assim, o que antes estava para fruição e conforto da vida de todos os homens e que, através da aplicação de trabalho foi retirado do estado de natureza, passa a ser posse de quem primeiro lhe foi o tomador. Para tanto, não é necessário o consentimento de outros pares para que estabeleça sua propriedade sobre qualquer que seja a parte da natureza. Conforme Locke (1983), se necessário fosse a concordância de outros homens para legitimar a propriedade de alguém o homem morreria de fome, apesar da abundância que Deus lhe deu.

Esta é a lei da razão que somada à propriedade privada primeira, o próprio corpo, é capaz de desenvolver trabalho sobre frações da natureza e assim tomar para si o que antes era de todos como o criador o fez. Se uma maçã é apanhada na macieira, tornar-se essa propriedade de quem a apanhou. Do mesmo modo que o minério que retirado da terra passa a ser posse de quem o extraiu e, por conseguinte, este iniciou uma propriedade.

Porém, a propriedade privada não se restringe aos frutos da terra e aos animais que nela vivem, mas também a própria terra, como aquilo que ela abrange. Para Locke (1983), Deus ao dar o mundo ao homem ordenou que ele trabalhasse e as condições materiais da vida cotidiana assim também o exigia. Aquele que, então, em obediência as ordens divinas, domina, lavra, cuida, protege, multiplica os frutos de determinada terra, anexou-lhe por meio de algo que lhe pertencia e que nenhum outro homem tem direito.

No capítulo V do *Segundo Tratado sobre o Governo*, Locke (1983) analisando o direito à propriedade, mesmo que de modo não sistematizado o autor acaba indicando que as disputas envolvendo a propriedade privada - seja da coleta, do pastoreio ou da terra para produção da agricultura e posteriormente para o acúmulo de capitais – seriam baixas e os problemas amenizados em função do pouco desenvolvimento dessa propriedade. Kuntz

(2004, p.119), argumenta que as questões jurisdicionais referentes a propriedade ainda apresentam “pouca importância nas primeiras etapas, quando a população é pequena, a propriedade privada ainda não se desenvolveu, a **ambição** é moderada e as ocasiões de conflito internos são raras” (grifo nosso).

No entanto, com o desenvolvimento do modo de produção da vida material e das suas forças produtivas a terra passa a ser propriedade também de quem pode comprá-la e o acúmulo de capitais passa a ser uma prática recorrente entre os detentores dessa parte da natureza, antes dada a todos de igual modo e, agora, propriedade do homem mais virtuoso por excelência. O autor condena a apropriação indevida – ou seja, além do que se pode usufruir materialmente – de determinada propriedade, no entanto, não vê problemas morais quando o indivíduo se utiliza do que tem para fazer qualquer troca que lhe seja vantajosa, mesmo que esta somente o seja para ele. Vejamos como Locke (1983, p.58) argumenta sobre esse processo

E na realidade era estrambótico, tanto quanto desonesto, guardar mais do que pudesse utilizar. E se trocasse ameixas que apodreceriam em uma semana por nozes que o alimentassem durante um ano, não causava dano; não desperdiçava a reserva comum, não destruía parte da porção dos bens que pertenciam a terceiros, logo que não se estragassem inutilmente em suas mãos (LOCKE, 1983, p.58).

Continua o autor a desenvolver sua ideia passando, então, a justificar a naturalidade das trocas que envolvem o dinheiro

Ainda mais, se trocasse as nozes por um bocado de metal, cuja cor lhe agradasse, ou os carneiros por conchas ou a lã por uma pedra cintilante ou um diamante, e guardasse esses objetos durante toda a vida, não invadiria os direitos de terceiros; poderia acumular qualquer quantidade que quisesse desses objetos duradouros [...] E assim originou-se o uso do dinheiro - algo de duradouro que os homens pudessem guardar sem estragar-se, e que por consentimento mútuo recebessem em troca sustentáculos da vida, verdadeiramente úteis mas perecíveis (LOCKE, 1983, p.58-59).

Portanto, a questão da propriedade privada na concepção de Locke (1983) aparece como algo natural, assim como o direito que Deus deu ao homem sobre sua própria propriedade que é a vida. A razão, mediadora das ações humanas, conduz então o homem na vida cotidiana buscando multiplicar-se e manter suas posses, seja seu corpo e sua vida, seja a terra que nela atribuiu trabalho e, assim sendo, passa-lhe a pertencer. O comércio atua para minimizar os conflitos existentes em busca da sobrevivência e como alternativa para maximizar o acúmulo de capital.

Por conseguinte, com o desenvolvimento das forças produtivas os homens ficavam, segundo o autor, suscetíveis de receber proporções diferentes de posses conforme seu mérito, assim também que com o advento do dinheiro enquanto símbolo de valor acabou por dar-lhes a oportunidade de ampliação das propriedades. Argumenta Locke (1983, p.59) que

É evidente que os homens concordaram que **com a posse desigual e desproporcionada da terra**, tendo descoberto, mediante consentimento tácito e involuntário, **a maneira de um homem possuir licitamente mais terra do que aquela cujo produto pode utilizar**, recebendo em troca, pelo excesso, ouro e prata que podem guardar sem causar dano a terceiros, uma vez que estes metais não se deterioram nem se estragam nas mãos de quem os possui (grifo nosso).

No trecho citado o autor, então, parte do princípio de que os homens aceitam tacitamente a desigualdade das posses como natural, não vendo problema algum em que alguns consigam acumular mais bens que outros. O mérito aparece nessas situações como fator decisivo para diferenciar os que têm direitos a mais posses que o outros. Se assim o é, então podemos afirmar que os homens não são iguais como Deus os fez, mas sim desiguais social e economicamente.

Nessa condição o indivíduo deve pelo comércio conseguir acesso aos alimentos e as demais necessidades objetivas e concretas da qual precisa para a manutenção da sua sobrevivência. Segundo Pinheiro e Bezerra (2018), da possibilidade de compra e venda com acúmulo de dinheiro, surge o capitalismo comercial e seu representante mais emblemático, o burguês. Este, notoriamente atuante em uma sociedade de maior complexidade que as primitivas. Sendo assim, é necessário entender como Locke (1983) compreende a formação do Estado liberal.

1.2 A formação do Estado moderno em Locke: sociedade civil e sociedade política

Locke (1983) aponta que no estado de natureza há lacunas e faltam limites para o homem. É fundamental a existência de leis que possam regulamentar a ações humanas. Essas por sua vez, devem ser constituídas em comum acordo entre os homens que nela estarão sujeitos, ou seja, deverá o poder das leis imanar do consentimento.

Até a formação de uma sociedade civil organizada ou de uma sociedade política¹ cabe a cada indivíduo

¹ Em muitas oportunidades o autor não faz distinção entre sociedade civil e sociedade política.

impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem, e para que se observa a lei da natureza, que importa na paz e na preservação de toda a Humanidade, põe-se, naquele estado, a execução da lei da natureza nas mãos de todos os homens, mediante a qual qualquer um tem o direito de castigar transgressores dessa lei em tal grau que lhe impeça a violação (LOCKE, 1983, p.42).

Fica claro que nessa condição que qualquer um pode, assim que se sentir agredido em seus direitos naturais aplicar ao outro a punição que lhe julgar necessária para que este não lhe seja reincidente. Transgredindo a lei da natureza e tomando-lhe para si o que é por direito de propriedade de outrem, o agressor declara, segundo Locke (1983), viver por outra regra que não a da razão. Quem recai sobre essa condição de abdicar da razão está sujeito a ser punido exemplarmente para que sirva de exemplo para outros e para que não se coloque em risco a Humanidade em geral. Um primeiro direito comum a todos também é o direito de castigar uma violação das leis da natureza para prevenir que ocorra outra ofensa semelhante, direito este que está em todos. Ou seja, um poder executivo do homem.

Outro direito que é excelência natural aos homens é de reivindicar reparação em situações de se sentir prejudicado por outro. Segundo Locke (1983, p.43) “a pessoa prejudicada tem o poder de apropriar-se dos bens ou serviços do ofensor pelo direito de autopreservação, como qualquer um tem o poder de castigar o crime para impedir-lhe a repetição”.

E, por faltar leis que regulamentem toda a amplitude de ocasiões que podem vir a recorrer sobre os homens é que se faz necessário a existência de um contrato social. É aí que surge o Estado para garantir, formalmente, os direitos que o indivíduo já tem no estado de natureza referente à liberdade.

O certo abandono da liberdade natural é o marco inicial pelo qual todas as sociedades políticas tiveram início, através da união entre homens para preservar suas posses. Locke admite que os primeiros governos pudessem recair em uma única pessoa e inclusive coincidir com a figura do pai. Tratava-se, com certeza, de uma sociedade pouco numerosa, com baixa complexidade, cuja exploração econômica volta-se para a subsistência e cuja preocupação central era a defesa de ameaças externas. No entanto, adverte o autor que nesses casos não exista autoritarismo e poder absoluto – Locke (1983) teoriza justamente para se contrapor à essa perspectiva em um momento de centralização do poder na Europa explícito na forma política de organização dos países daquele continente - pois, mesmo assim existe nessa condição a ideia de “consentimento” e de “relação de confiança”, uma vez que, as pessoas

livres, por seu próprio consenso, se submetem ao governo do pai ou se unem para formar um governo. (LEOPOLDO, 2010).

Todavia, com o desenvolvimento das relações sociais há uma passagem da primeira organização, mais simples, para outra mais complexa. Nessa segunda há uma preocupação com a conduta da sociedade, pois, percebe-se que nem todos os homens caminham pela égide da razão, evidenciando a necessidade de regras escritas e claras impondo limites a governados e principalmente ao governante. Com efeito, o uso da expressão “encontrar maneiras de restringir excessos” evidencia a preocupação em se definir, expressamente, a finalidade e os limites do governo, estabelecendo regras para o uso do poder. Em segundo lugar, no estado de natureza falta um juiz conhecido e imparcial com autoridade para resolver quaisquer dissensões de acordo com a lei estabelecida em comum acordo entre os homens. E por último, falta no estado de natureza poder que apoie e sustente as sentenças e suas execuções (LOCKE, 1983).

Se no estado de natureza as regras estão definidas pela lei de natureza, na sociedade política o poder legislativo emergirá do acordo e aceitação dos indivíduos e resultará na determinação de certas obrigações e restrições, bem como no surgimento, para essa comunidade, de um poder superior, ou seja, um juiz comum na Terra com a finalidade de realizar a liberdade política para os membros da sociedade (TSUJI, 2017).

Para Locke (1983, p. 73), em vista disso, “haverá sociedade política somente quando cada um dos membros renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade em todos os casos que não lhe impeçam de recorrer à proteção da lei por ela estabelecida”. Assim, depois de estabelecidas as leis, a sociedade se torna árbitro, excluindo todo julgamento privado de qualquer cidadão e, por meio de homens que deles derivam a autoridade da comunidade para julgar as infrações que procederem. Segundo o autor, aqui nos deparamos com a origem dos poderes legislativos e executivo da sociedade. E, sempre que, portanto, “qualquer número de homens se reúne em uma sociedade de tal sorte que abandone o poder executivo da lei de natureza, passando-o ao público, nesse caso e somente nele haverá uma sociedade civil ou política” (LOCKE, 1983, p.73).

A lei natural se mantém como a base da lei civil, os direitos e deveres naturais – preexistentes – encontrar-se-ão resguardados pela sociedade civil. Locke “enfaticamente sustentava que os direitos e deveres são morais, intrínsecos e anteriores à lei; e os governos são obrigados a realizar pela lei aquilo que é natural e moralmente certo” (SABINE, 1964, p. 520). O grande objetivo da entrada do homem em sociedade consiste, portanto, “na fruição da propriedade em paz e segurança, e sendo o grande instrumento e meio disto as leis

estabelecidas em sociedade” (LOCKE, 1983, p. 92). Ou seja, o poder legislativo deve atuar de forma a preservar a propriedade privada, pois essa é um direito natural do homem, segundo o autor, assim como sua própria vida, a liberdade e a razão.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente obstinação do capital em transformar tudo em mercadoria para sua reprodução e ampliação, o Estado, de caráter liberal, deve atuar sem interferência na vida privada dos homens, garantindo assim a manutenção de seus direitos naturais e da propriedade privada.

Essa linha de pensamento foi responsável pela construção do ideário de mundo burguês do século XVIII adiante e, legitimou no campo teórico, o capitalismo que se consolidava em sua forma industrial na Inglaterra. No entanto, em finais do século XIX e início do XX o modelo liberal levou o capitalismo a uma crise estrutural aguda que culminou com A Grande Guerra Mundial, como assim chamou Hobsbawm (1995) os conflitos bélicos de escala global que ocorreram entre 1914 e 1945.

1.3 Crítica Marxista ao Estado moderno burguês

A crise orgânica que na primeira metade do século XX atacou o modo de produção capitalista e seus regimes liberais deram os elementos necessários para emergir e se consolidar modelos políticos e econômicos que expressaram novas determinações do Estado moderno, como o fascismo italiano e o nazismo alemão, que apresentaram ao mundo a barbárie em sua expressão máxima conforme aponta Hobsbawm (1995).

Nesse contexto que Gramsci (2000b) analisa os desdobramentos políticos e as fragilidades da classe trabalhadora frente uma nova configuração do Estado. Ferreira (2001, p.25) argumenta ancorado na teoria gramsciana, que o triunfo do fascismo e do nazismo exigia “a adesão e controle das massas e dos trabalhadores, que sob severas medidas repressivas, se viram obrigados a abandonar suas formas de organizações anteriores (associações, sindicatos, conselhos de fábrica, círculos de cultura)”. Ou seja, recorreu-se à construção do consentimento, portanto, mecanismo ideológico, como também ao uso da coerção para fazer prevalecer seus valores. Foi necessário nesse processo histórico converter o trabalho e a natureza em mercadorias.

As organizações da sociedade civil em torno de partidos políticos de massa, de sindicatos e classes subordinadas que buscavam participação e protagonismo político, possibilitaram à Gramsci perceber que a organização política e social apresentava agora novas

determinações. Não tinham mais características das sociedades orientais, que o autor define como sendo onde

Não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos e a sociedade estava ainda, sob muitos aspectos, por assim dizer, no mesmo estado de fluidez: maior atraso no campo e monopólio quase que completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo em uma só [...], aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema de forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais em face das relações econômicas do mercado mundial, etc. (GRAMSCI, 2000b, p.24)

Gramsci observou que no período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, o rápido desenvolvimento da grande indústria, a difusão da organização científica do trabalho, do fordismo e do "americanismo" e, mais especificamente, a socialização da participação política, ocorre uma mudança qualitativa na estruturação e na dinâmica das relações de poder. Então, os sujeitos coletivos passam a se constituir, direta ou indiretamente, como níveis distintos de consciência política coletiva, em torno dos dois blocos antagônicos em disputa pela direção política e cultural das formações sociais em rápido processo de urbanização e industrialização (NEVES, 2005). Esse processo de transformações foi chamado, por Gramsci (2007) de ocidentalização².

Coutinho (1992) argumenta que nas sociedades ocidentais o Estado se ampliou, ou tornou-se de caráter Integral. É a percepção dessa socialização mais ampla da política que permite Gramsci elaborar uma teoria marxista *ampliada* do Estado. No entanto, Coutinho (2008, p.52-53) ressalta que

cabe lembrar que se trata de uma ampliação *dialética*: os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria 'restrita' de Marx, Engels e Lenin (ou seja, o caráter *de classe* e o momento *repressivo* de todo poder de Estado), mas o *repõem e transfiguram* ao *desenvolvê-lo* através do acréscimo de novas determinações. Temos aqui, na reflexão gramsciana, um movimento que vai do abstrato ao concreto e que reproduz um movimento diacrônico ocorrido na própria realidade histórico-social (grifos no original).

²Essa ideia de processo é enfatizada por Carlos Nelson Coutinho em diversos trabalhos. Para Coutinho (1992) os conceitos de 'Oriente' e 'Ocidente' não são para Gramsci conceitos estáticos, apenas sincrônicos, definindo duas zonas do mundo. Gramsci toma consciência de que o fortalecimento da 'sociedade civil' e o conseqüente surgimento de uma estrutura social e estatal mais complexa são processos históricos, diacrônicos, que se desenvolvem no tempo e conforme a sociedade civil se constitui, segundo a concepção gramsciana, vai se tornando ocidentalizada, superando a configuração típica do oriente onde a sociedade civil é gelatinosa e o Estado é predominantemente coerção. Na segunda acepção, falta-lhe a estruturação dos partidos de massas e de outros aparelhos hegemônicos para disputar os projetos antagônicos de sociedade, portanto, de condições necessárias para se construir ideologicamente condições de luta e disputa por hegemonia.

Em seu conceito de Estado, Gramsci distingue dentro da superestrutura duas esferas: a sociedade política e a sociedade civil. Sociedade civil, segundo Gramsci, designa o conjunto de instituições responsáveis pelos diversos interesses dos grupos sociais e pela sua elaboração e disseminação dos valores ideológicos e simbólicos; ela compreende assim as Igrejas, a escola, os partidos políticos, os sindicatos profissionais e de classe, os meios de comunicação, as instituições científicas e artísticas dentre outras e, funciona como mediação elementar entre a base econômica e o Estado em sentido *stricto*.

Ao analisar o Estado moderno e o modo de produção capitalista em estágio mais avançado, pontuando a unidade e a reciprocidade entre o estrutural e o superestrutural, Gramsci amplia o conceito de Estado de Marx, introduzindo uma nova dimensão de análise das forças sociais articulada à noção de hegemonia – a sociedade civil (MOTTA, 2012).

Segundo Gramsci

A revolução provocada pela classe burguesa [...] na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo [...]. As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes: a concepção de castas fechadas. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’ [...] (2000b, p. 271).

Remete-nos, Gramsci, ao pensamento de Marx e Engels

Os pensamentos da classe dominante são, também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (2002, p. 48).

Em sua concepção mais ampla, o Estado moderno, portanto, é composto pela sociedade civil, na responsabilidade de buscar o consenso e a sociedade política, em sua função coercitiva. “O exercício de poder incide através da relação orgânica e recíproca dessas funções, coerção-consenso, domínio-direção intelectual e moral” (MOTTA, 2012, p. 112).

Na esfera da sociedade civil, é que as classes objetivam desenvolver e exercer sua hegemonia, ou seja, “buscam ganhar aliados para seus projetos através da *direção* e do *consenso*” (COUTINHO, 2008, p. 54) (grifos no original). Na sociedade civil se encontra o território de disputas e de definições de poder. A sociedade civil se configura como campo

onde se lançam premissas concretas, capilares e abrangentes de um projeto de sociedade. “Torna-se território dos embates e da busca de formas concretamente convincentes para a expansão das forças que lutam para fazer prevalecer os interesses da maioria da população” (MOTTA, 2012, p. 111). Ou seja, é, portanto, na sociedade política como bem quanto na sociedade civil que os conflitos de interesses se manifestam e disputa-se o controle tanto do consenso como dos aparatos de coerção.

A articulação interna da sociedade civil é um dos aspectos essenciais para a organização da ideologia³. A essa estrutura ideológica estão vinculadas não somente organizações cuja função é difundir a ideologia, mas também todos os meios de comunicação social e os instrumentos que permitam influenciar a “opinião pública”. A arma central da classe dominante é obter o consenso, por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, “de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2000b, p. 265). De fato, quando o Estado quer iniciar uma ação pouco popular deve primeiro criar uma opinião pública adequada, ou seja, organizar e centralizar elementos da sociedade civil⁴.

O pensamento gramsciano é construído na tentativa de responder quais seriam as táticas para encaminhar a estratégia revolucionária para outra ordem social, num contexto em que as trincheiras da “sociedade civil burguesa” estavam mais sólidas e complexas. Para o autor “o Estado é apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situa uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas”, que são os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes (GRAMSCI, 2000b, p. 262).

Para enfrentar essas trincheiras e a estrutura historicamente construída de Estado burguês, Gramsci indicou a “guerra de posição”, por meio da formação de trincheiras dos trabalhadores, isto é, com a formação de seus aparelhos privados de hegemonia – sua imprensa, suas escolas, seus partidos, sindicatos, entidades etc. –, vale destacar, no âmbito da sociedade civil. (COUTINHO, 1992).

³ Gramsci (1999) define ideologia como uma concepção de mundo das classes dominantes que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as expressões da vida individual e coletiva. Gramsci (1999) alerta para a importância das ideologias na construção de determinada concepção de sociedade ao afirmar que “enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.”.

⁴No campo da educação, não é diferente. Vemos atualmente uma enorme construção ideológica de que a educação pública, assim como o próprio Estado tem falhado grandemente nas atribuições que lhes são pertinentes. Esse argumento de que o Estado e a educação fracassam é combustível para a construção de uma opinião pública favorável a militarização das escolas e à sua consequente privatização e desmonte.

São esses os aparelhos privados de hegemonia – que podem ser das classes dominantes como também da classe trabalhadora -, dos mais variados como a igreja; a organização escolar, sob o controle do Estado ou de organismos privados e a imprensa e edição. Gramsci (2000b, p. 78) vincula a estrutura ideológica, “tudo que influi ou pode influir direta ou indiretamente sobre a opinião pública” e, menciona particularmente as bibliotecas, os clubes e até mesmo os nomes das ruas.

No entanto, nos alerta Gramsci que a construção de uma concepção de mundo, ou de uma ideologia, não pode ser dissociada da base de produção da vida material. Segundo o autor

as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo meramente didática, porque as forças materiais não seria concebíveis historicamente sem forma e as ideologias seriam caprichos individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI, 2000b, p 238).

Portanto, não se trata de uma pura batalha das ideias, pois, estas ideias têm uma estrutura material. Todos esses recursos de construção de uma ideologia burguesa são utilizados continuamente para a socialização dos sujeitos, por isso destacou Gramsci que (2000b, p. 398) “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial”. Como veremos adiante nessa pesquisa os aparelhos hegemônicos de âmbito internacional, que impõe aos de nível nacional seus *modus operandi* têm atuado continuamente para a construção de uma hegemonia burguesa no Brasil através da educação que busca atender as exigências de produção, concentração e expansão do capital.

Por sociedade política, Gramsci entende o Estado tal como era tradicionalmente compreendido: “Sociedade política [...], na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado” (GRAMSCI, 2000b, p. 279). O autor também compreende sociedade política como conjunto de aparelhos “através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência; trata-se, portanto, dos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis” (ibid., p. 53). Por meio da sociedade política, entendida por Gramsci também como Estado em sentido *stricto*, ou ainda, Estado-coerção, exerce-se sempre uma dominação fundada no uso da força e da repressão, ou seja, uma ditadura.

Portanto, define Gramsci (2000b, p. 244) que Estado é “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”. Porém, hegemonia e coerção aparecem ao mesmo tempo e só podem ser separadas analiticamente, ou seja, sociedade política e sociedade civil só podem ser separadas metodologicamente. Na política concreta não é possível fazer essa dissociação. A coerção é que protege a hegemonia em último caso e Portelli (1977, p. 32), nessa direção, argumenta que “não existe um sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação”. Por isso, a separação entre sociedade civil e sociedade política não é possível, pois, ambas concomitantemente são o Estado em sentido ampliado.

Coutinho (1992) destaca que há leituras equivocadas do conceito gramsciano de Estado. Segundo o autor não há em Gramsci uma concepção de Estado estática ou monolítica, pelo contrário, o Estado é permeado pelas pressões e correlações de forças entre classes e frações de classes. Por outro lado, Gramsci não esquece que a função do Estado burguês é refrear o antagonismo de classes, a fim de manter o domínio econômico, político e cultural. No atual estágio de reestruturação produtiva do capitalismo a disputa entre classes e a busca, de um lado pela sua superação e, por outro, pela sua manutenção, se processa através das duras trincheiras que educam, formam opiniões e disputam a direção político cultural, mediante o consenso e a coerção.

A disputa pela direção da sociedade, ou seja, pela construção da hegemonia, deve ser travada em três níveis de consciência política e de relações de força. 1) no âmbito econômico-corporativo – quando categorias profissionais se organizam para defender seus interesses imediatos, do tipo, aumento salarial, redução da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho, etc.; 2) no âmbito estatal-corporativo – quando essas categorias profissionais específicas atingem a consciência de interesses comuns num grupo social mais amplo e se organizam coletivamente para fazer pressão junto ao Estado “no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica”; 3) momento ético-político – “fase mais estritamente política” (GRAMSCI, 2000b, p. 41). Uma vez que os momentos corporativos (econômico e estatal) são superados e passa-se a disputar a hegemonia, isto é, conduzir um processo de construção da unicidade dos fins econômicos, políticos e, fundamentalmente, a unidade intelectual e moral.

Nessa direção entendemos que os ganhos da classe trabalhadora, como direitos sociais e o de ocupar espaços, por exemplo, no parlamento, no judiciário e nas outras esferas administrativo-políticas, indicam conquistas relevantes da classe subalterna, mas não exprime um avanço no âmbito ético-político, uma vez que “os interesses dos grupos dominantes

permanecem” (GRAMSCI, 2000b, p. 42) com o consentimento da classe dominada, conformada com o atendimento da demanda.

Muitos ganhos no âmbito da seguridade social para a classe subalterna serão conquistados a partir das primeiras décadas do século XX, se consolidando até os anos 60 – momento que padrão produtivo de acumulação do capital apresenta sinais de esgotamento e as disputas entre as classes fundamentais ameaçam os direitos conquistados (HARVEY, 2008). Analisando esse período a afirmativa de Gramsci (2000b) supracitada faz-se atual. Os interesses das classes dominantes não foram superados, mesmo com avanços jurídicos conquistados pela classe trabalhadora, a concepção de mundo burguesa permaneceu dominante como veremos a seguir.

1.4 Reestruturação produtiva de capital e a atuação estatal no processo de acumulação capitalista

A análise histórica mostra-nos que a lei do livre mercado levou o capitalismo a uma lógica esquizofrênica de concentração, acumulação e centralização de capital e, conseqüentemente, a crises cíclicas cada vez mais agudas (MÉSZÁROS, 2011). Conforme desenvolve-se o capitalismo essas crises engendram novas características e tornam a exclusão social mais sutil e violenta. Ou seja, há uma intensificação da exploração dos trabalhadores concomitante à construção de uma falsa consciência sobre a realidade de modo que provoque e construa nos sujeitos o consenso sobre o capitalismo enquanto modo de produção da vida material insuperável (ANTUNES, 2009).

Conforme análise de Gaudêncio Frigotto (2010) ao tratar do modo de produção capitalista, Marx (2001), nos mostra que se trata de um modo social de organização cujo tecido estrutural do conjunto de suas relações sociais tem como objetivo central e permanente a maximização da acumulação de capital e que possui, como leis fundamentais a acumulação, a concentração e a centralização, sem as quais o próprio sistema se vê forçado a se reestruturar para garantir sua sobrevivência.

Fundamenta-se, a exploração capitalista, por inscrever no processo social de produção vigente mediante a separação entre a esfera econômica e política e pela unificação da produção e apropriação da mais valia. No entanto, Gramsci (1999) nos alerta para os perigos dessa separação entre economia e política, estrutura e superestrutura muito utilizada pelos liberais. Para o comunista italiano, “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma” (GRAMSCI, 1999, p. 238). A exploração capitalista forja-se, pois, numa relação

social histórica e efetivamente desigual da relação capital/trabalho – proprietários dos meios e instrumentos de produção e aqueles que são vendedores de força de trabalho (FRIGOTTO, 2010).

Deste modo, a crise econômica de 1914 e a de 1929, evidenciaram a urgência de se reestruturar o modo de acumulação do capital frente ao risco de colapsar o próprio sistema com desemprego e quedas bruscas nas taxas de lucro. A crise que se inicia após 1929 exige profundas transformações tanto no desenvolvimento das forças produtivas quanto nas relações sociais de produção capitalistas, provocando mudanças na divisão social internacional do trabalho. No âmbito econômico e político nacional, compromissos e acordos foram firmados para favorecer a reconstrução e permitir a criação de condições favoráveis para um novo crescimento dos países e as economias devastadas (MELO, 2002).

A reestruturação das formas de atuação do Estado e das relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial pretendia impedir um retorno às condições catastróficas que tanto ameaçaram o poder capitalista na grande crise dos anos 1930. Tinha por objetivo ainda impedir o ressurgimento das rivalidades geopolíticas que levaram à guerra. Laurell (1997) aponta dois modelos que se destacam desde então: o liberal e o socialdemocrata. No primeiro, os direitos são concedidos mediante uma contrapartida aos grupos comprovadamente carentes. Já no segundo, há a defesa do direito social como uma garantia de todos os membros da sociedade. O que têm eles em comum? A aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado - ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos (HARVEY, 2008).

A estratégia para a política e economia mundial estabelecida no modo de atuação estatal conhecida como *Welfare State* – Estado de Bem-Estar Social⁵ – serviram como base para a Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods realizada na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, EUA, em 22 de julho de 1944, reunindo representantes de 44 nações aliadas, com o objetivo de traçar novos rumos para a economia mundial⁶.

⁵ Vários autores nomeiam diferentemente o período histórico marcado pela intervenção do Estado no setor econômico produtivo. Harvey (2008) chamou de liberalismo embutido, Castel (2015) de Estado Social, Bianchetti (2001) de Estado de Bem-Estar Social. No entanto, apesar das diferentes formas de se denominar ao período entre 1930 e 1970, há um consenso entre esses autores sobre a forma de atuação estatal na condução de um pacto que possibilitou a sustentação do padrão de acumulação capitalista, conforme aponta Hobsbawm (1992).

⁶ A Conferência de Bretton Woods, organizada durante os períodos finais da Segunda Guerra Mundial, em 1944, teve como objetivo estabelecer um sistema de gerenciamento econômico mundial, visando, dentre outros elementos, governar relações monetárias entre Estados tidos como independentes e superar os problemas do contexto da Grande Depressão, buscando mecanismos de geração de estabilidade econômica. Ela estabelece o desenvolvimento do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – mais tarde Banco

A teoria keynesiana pressupõe que o Estado deve assumir a função de liderança na promoção do crescimento econômico, do bem-estar material dos indivíduos e na regulação da sociedade civil. Nessa direção, Keynes (1996) defende que o mercado livre, não regulado pelo Estado, por si só não consegue gerar crescimento estável tão pouco eliminar as crises econômicas e a inflação, advertindo que

o celebrado otimismo da teoria econômica tradicional – que levou os economistas a serem considerados cêditos, os quais, tendo-se retirado do mundo para cultivarem seus jardins, clamam que tudo caminha do melhor modo no melhor dos mundos possível, contanto que deixemos as coisas andarem sozinhas – tem como origem, no meu entender, o fato de não haver sido levado em conta o empecilho que uma insuficiência da demanda efetiva pode significar para a prosperidade, pois em uma sociedade que funciona de acordo com os postulados clássicos deveria existir uma tendência natural para o emprego ótimo dos recursos. Pode muito bem ser que a teoria clássica represente o caminho que a nossa economia, segundo o nosso desejo, deveria seguir, mas supor que na realidade ela assim se comporta é presumir que todas as dificuldades estejam removidas (KEYNES, 1996, p. 66).

Portanto, para que haja desenvolvimento, segundo essa concepção, o papel de atuação estatal necessita ser revisto de modo que a garantia de emprego seja priorizada possibilitando um aquecimento da economia. Keynes (1996) acredita que o processo de crescimento, aprofundamento e transformação das formas de atuação do Estado não beneficiam somente a classe trabalhadora. A ação do Estado, em vários setores, garante investimentos em estruturas básicas que desenvolvem o processo produtivo industrial, os quais se mostrarão viáveis para o investimento privado. Ou seja, Keynes (1996) não critica o modo de produção capitalista, apenas sua maneira clássica e postula uma nova organização que visa, assim como no modelo clássico, a acumulação de capital. O Estado assume, segundo a perspectiva keynesiana, o papel de promotor do desenvolvimento econômico financiando o setor privado e atuando para garantir emprego e seguridade social à classe trabalhadora.

Keynes (1996) também defende que se institua um salário mínimo a ser pago aos trabalhadores como fio condutor de futuras negociações entre empregados e patrões. O salário mínimo instituído por lei foi proposto primeiramente como uma forma de controlar a proliferação de estabelecimentos que apresentavam condições de trabalho deploráveis na indústria manufatureira. Esses estabelecimentos empregavam um grande número de mulheres e jovens pagando-lhes salários mais baixos do que os pagos a homens adultos.

Mundial e Banco para Investimentos Internacionais), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) e do padrão dólar-ouro. Por fim, o conjunto de acordos estabelecidos na Conferência contemplavam a intervenção estatal na economia, mediante concepção keynesiana, enquanto um modelo político-econômico a ser adotado por esta aliança, visando à recuperação dos padrões de acumulação de capital.

Portanto, a questão salarial seria fundamental, na visão do autor, para que tivesse um conciliamento de classes, facilitando negociações e mitigando as revoltas e manifestações da classe trabalhadora que se consolidava na Europa. A instituição de um salário mínimo como outros fatores de reivindicação social da classe trabalhadora já vinham em construção desde o início do século no continente como mostra Robert Castel (2015). No entanto, há mudanças significativas do salariamento característico do início da industrialização para a fase do fordismo⁷.

Somado, primeiramente, a um processo de refinamento da maquinaria com grandes fábricas, decomposição das tarefas na perspectiva taylorista⁸, mão de obra pouco qualificada, gerência científica do trabalho, separação crescente entre a concepção e a execução do trabalho. O fordismo propriamente dito que se caracteriza por um sistema de maquinaria acoplada, aumento intenso de produtividade, produção em grande escala e consumo de massa e torna-se um modo social e cultural de vida após a década de 40. Assim, seria fundamental compreender o fordismo/taylorismo, enquanto um projeto econômico cujo pilar é a tentativa de superação da queda tendencial da taxa de lucro, um princípio econômico desenvolvido por Karl Marx (2001), na sua obra, *O Capital*.

Segundo David Harvey (2008) e Robert Castel (2015) um compromisso de classe, entre o capital e o trabalho foi advogado como o principal garantidor da paz e da tranquilidade interna depois de 1930. Os Estados, então, intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer a garantia e padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar, como proposto teoricamente por Keynes (1996). Ou ainda como diz Gramsci (2007, p. 277) o Estado é levado a intervir para “o salvamento das grandes empresas à beira da falência ou em perigo”.

A introdução da organização científica do taylorista na indústria e sua fusão com o fordismo acabaram por representar a forma mais avançada da racionalização capitalista do trabalho ao longo de várias décadas do século XX, tendo somente no final dos anos 60 e

⁷ O desenvolvimento teórico de Gramsci (1984) em “Americanismo e Fordismo” nos ajuda a compreender tal processo quando analisa a organização do trabalho industrial fordista e aborda uma nova forma de organização das bases materiais de produção e das relações sociais, destacando as contradições das relações de trabalho na sociabilidade capitalista. Nesta parte de sua obra, o autor italiano aborda aspectos da formação social e as estratégias utilizadas pelos setores dominantes para adaptar a força de trabalho a condições específicas, de acordo com as necessidades da indústria. Interpreta o fenômeno do fordismo e do taylorismo enquanto modelos econômicos que resultaram da necessidade imanente do modo de produção capitalista de se chegar à organização de uma economia programática, deixando para trás um velho individualismo econômico, trajetória esta marcada por inúmeras formas de resistência, tanto no nível da base econômica, quanto no nível superestrutural.

⁸De forma geral, a teoria tayloriana conferirá a prática da “inspeção” papel central no novo processo produtivo que será proposto pelo autor, prenunciando o conteúdo do que depois seria denominado – em uma terminologia mais moderna – “controle de qualidade”.

início da década de 70 os sinais de esgotamento desse padrão produtivo estruturalmente comprometido (ANTUNES, 2009). Pode-se afirmar que o taylorismo e fordismo baseavam-se na produção de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e fortemente verticalizada.

Dentro desse padrão produtivo um dos mecanismos de opressão de classe, conforme argumenta Robert Castel (2015), foi a garantia do salariamento, que nas primeiras décadas do século XX já vinha se constituindo em mecanismo utilizado para asfixiar os conflitos de classe e subordinar os assalariados, sobretudo, os trabalhadores industriais⁹.

Assim, o salário, apresentado pelas classes dominantes como triunfo dos trabalhadores esconde a sua intencionalidade, pois, “a salarização da sociedade cerca o operariado e subordina-o novamente, desta vez sem a esperança de que possa, um dia, impor sua liderança” (CASTEL, 2015, p. 415). Daí, conforme o salário e com ele o acesso ao consumo que ele proporciona vai se criando hierarquias entre os trabalhadores – o que atende aos interesses capitalistas ao passo que estimula a competição e ao uso de mercadorias e espaços, inclusive os de lazer a partir de 1936 no caso francês e não abre espaço de fôlego para organizações de classe dispostas diretamente a pensar em uma revolução com objetivos semelhantes aos de 1917.

O salário enquanto modo de remuneração da força de trabalho também atua como “forma de disciplina do trabalho que regulamenta o ritmo da produção, e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam” (CASTEL, 2015, p. 419). Em um mesmo modo de produção, o capitalismo, é possível que a relação salarial assuma diferentes configurações, mas a que apresentamos aqui, é a de evidenciar as transformações que comandam a transição da relação salarial que prevalecia no começo da industrialização para a relação salarial fordista. Para isso, Robert Castel (2015) apontou cinco condições.

A primeira é “uma nítida separação entre os que trabalham efetiva e regularmente e os inativos ou semiativos que devem ser ou excluídos do mercado de trabalho ou integrados sob formas regulamentadas” (CASTEL, 2015, p. 420). Ou seja, para maximizar o lucro dos

⁹ Robert Castel (2015) em sua obra *As metamorfoses da questão social*, aqui utilizada como referencial teórico, busca sua referência histórica na sociedade europeia, especificamente a francesa e, desse modo, apresenta distâncias da “questão social” encontrada no Brasil do mesmo período. Em terras brasileiras o cenário de desigualdades sociais crescentes forjados historicamente em uma cidadania restrita soma-se à um Estado que tão pouco chegou a fazer para garantir direitos sociais e logo entrou em um processo de desresponsabilização da questão social como veremos adiante na pesquisa. Hoje se empenha em dismantelar serviços públicos essenciais e relega à população pobre à sua própria sorte na busca pela manutenção de sua existência. Justamente aí que Castel apresenta sua relevância ao nos permitir analisar as similitudes e diferenças no enredo político-cultural e histórico da sociedade brasileira.

capitalistas é necessário definir com clareza quem são os trabalhadores ativos e inativos sem ambiguidades. Os ativos, portanto, passam a ser aqueles que estão presentes num mercado que lhe proporcione um ganho monetário, mercado do trabalho ou mercado dos bens ou serviços.

No entanto, não basta identificar e localizar os trabalhadores, também é necessário educá-lo ou, formar um novo nexos psicofísico¹⁰ em termos gramscianos. Castel (2015) analisando a literatura francesa da época aponta que as preocupações acerca dessa educação para o trabalho era contínua e buscava eliminar comportamentos dos trabalhadores que não condissessem com a compulsão exigida pela exigência do capital. A coerção, conforme destaca o autor era contínua e não poupava quem

Quiser trabalhar uma vez por semana e ficar na cama o resto do tempo, a agência de empregos tornará esse desejo irrealizável. Para quem quiser encontrar um emprego precário de tempos em tempos, a agência de colocação tornará pouco a pouco impossível esse gênero de vida. Pegará esse jornada de trabalho que ele queria ter e dará a qualquer outro que já trabalhe quatro dias por semana e, assim, permitirá a este último ganhar decentemente a vida (CASTEL, 2015, p. 421)

No entanto, para o autor, tal dinâmica de seleção não chegou a se realizar rigorosamente como se aproximou na Grã-Bretanha, onde a condição de assalariamento industrial se constituiu historicamente primeiro. Também pode ser caracterizar como uma mistura de sedução e coerção para fixar os trabalhadores mediante “vantagens sociais” e aniquilar sua resistência utilizando-se de regulamentações rígidas. Através dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes industriais construiu-se um discurso moral que era necessário adaptar-se ao modelo do bom operário, regular no trabalho e cumpridor das regras estabelecidas ou iriam rapidamente compor o exército de miseráveis excluídos da sociedade industrial. O “vagabundo” torna-se como nas sociedades pré-industriais o contramodelo abominado pela sociedade (CASTEL, 2015).

Condição segunda para o autor foi a racionalização do processo de trabalho inserido em uma gestão do tempo exato, recortado e regulamentado. Com a máquina ditando o ritmo, o trabalhador é fixado não por uma coerção externa, mas pelo encadeamento das operações técnicas onde a cronometragem foi responsável por estabelecer estreitamente a duração das atividades. Deste modo, fica impedido de “perambular” na fábrica e tem sua liberdade e

¹⁰ O termo aparece em Gramsci como a formação de determinadas práticas de alimentação, de habitação, de vestimenta, de comportamentos e de costumes que não é algo inato, “natural”, mas que exige ser adquirido na medida em que se desenvolvem as forças produtivas de determinado período histórico-social.

iniciativa castradas. Com tarefas repetitivas e simples uma qualificação sofisticada é dispensável e um trabalhador polivalente, nesse momento, é inútil.

Ao mesmo tempo em que coage o trabalhador ao ritmo da máquina e atua para homogeneizar a classe operária, essa característica da racionalização do trabalho apresenta uma de suas contradições. Outrora, disparidades de salário e *status* entre companheiros com formação completa, o domínio das tarefas e diferenciações entre aprendizes e mestre contribuía para que antes de ser reconhecer operário, dentro da compartimentação dos ofícios, seus membros se vissem ferreiros, carpinteiros ou sapateiro. Com a padronização das condições de trabalho foi possível forjar uma consciência de classe aguçada pela penosidade da organização do trabalho. Segundo Robert Castel (2015) as primeiras ocupações de indústrias na França, em 1936, se darão nas empresas mais modernas e mais mecanizadas. Também foi nesses estabelecimentos que o Partido Comunista e a Central Geral dos Trabalhadores recrutaram militantes combativos.

A terceira condição foi o acesso por intermédio do salário a novas normas de consumo operário, através do que o próprio operário se torna consumidor da produção de massa. Taylor já defendia um aumento do salário para incitar os operários a se submeterem às coerções da nova disciplina da indústria, mas é Henry Ford quem sistematiza a relação entre produção de massa e consumo de massa. Se antes o único consumo legítimo para o trabalhador era o que lhe fosse necessário para reproduzir sua força de trabalho com decência e manter sua família no mesmo nível de mediocridade, a possibilidade de consumir mais era deixada de lado, porque poderia conduzir ao vício, à bebedeira e ao absentéismo.

No entanto, essa situação se transforma com a expansão das concentrações industriais e, por sua vez, vem acompanhada da homogeneização dos modos de vida. Tal processo encontrou seus obstáculos e precisou de décadas para se consolidar. Henry Ford, citado por Robert Castel (2015, p. 431), viu no aumento dos salários dos empregados de suas fábricas uma vantagem econômica, segundo ele “a fixação do salário da jornada de 8 horas em cinco dólares foi uma das mais belas economias que já fiz na vida, mas elevando-o a seis dólares, fiz uma economia maior ainda”. Percebe-se que há uma relação entre o aumento dos salários e o aumento do consumo de maneira direta.

É traçado, portanto, uma política de salários ligada aos avanços de produtividade através da qual se tem acesso a um novo registro da existência social: o do consumo e não mais somente o da produção. Constrói-se uma forma de “liberdade” ligada ao que se pode ou não consumir. O “desejo de bem-estar”, que repousa sobre o carro, a geladeira, a moradia e outros bens de consumo duráveis dão acesso aos operários à mercadorias que antes lhes eram

negadas e que agora satisfazem suas necessidades dignas e essenciais como também as que não são elementares¹¹.

Outra condição para a transição do assalariamento na sua fase anterior para a fase fordista é o acesso a propriedade social e aos serviços públicos. Uma rede mínima de seguridades ligadas ao trabalho é desenvolvida para lhe dar apoio em situações fora do trabalho e livrá-lo da privação absoluta. Ou seja, uma aposentadoria, seguros para desempregados e auxílios doença. Essa legislação também é desenvolvida na década de 1930 e consolidada nos anos 1940 no Brasil. Apesar de no caso francês abranger alguns setores do campo, o que não se viu por aqui onde a legislação trabalhista era direcionada para o trabalhador urbano.

A quinta condição é a inscrição em um direito do trabalho que reconhece o trabalhador como membro de um coletivo dotado de estatuto social que vai além da importância exclusivamente individual do contrato de trabalho. Surgem aqui as convenções coletivas enquanto estatutos jurídicos que protegem as relações do trabalhador com o capitalista. “Com efeito, a convenção coletiva ultrapassa o face a face empregador-empregado da definição liberal do contrato de trabalho. Um operário admitido a título individual numa empresa beneficia-se das disposições previstas pela convenção coletiva” (CASTEL, 2015, p. 435).

Aqui o Estado assume papel decisivo na constituição do direito do trabalho. Em 1936, na França, um momento histórico foi efetivado com a conjunção de uma vontade política e de um movimento social, expressos nos acordos de Matignon, onde lançaram as convenções coletivas e impunham delegados eleitos pelo conjunto do pessoal das fábricas (CASTEL, 2015). Ou seja, percebe-se que a conciliação de classes continua dando passos importantes para mitigar os conflitos e confrontos de classes em prol da manutenção do sistema capitalista, mesmo que momentaneamente reduzindo taxas de lucros e cedendo direitos aos trabalhadores. Constrói-se mediante reformas políticas e de seguranças sociais o consenso tão necessário para a dominação de classes na sociedade capitalista. Ou seja, os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes absorvem para o interior de suas estruturas os aparelhos de hegemonia da classe trabalhadora e com isso sufocam os confrontos e disputas de classe. Claro, que não silenciam as reivindicações trabalhadoras de modo geral, nem ao

¹¹ No caso brasileiro, o acesso, por parte dos trabalhadores, ao consumo de bens duráveis tiveram avanços nos governos de Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945) com expansão da indústria nacional e consolidação de leis que garantiam seguridade social aos trabalhadores. No entanto, com o golpe de 1964 houve um retrocesso dessa condição com o aumento da desigualdade social e arroxo salarial (FAUSTO, 2015). Acesso significativo da classe trabalhadora à moradia, refrigeradores e outros bens duráveis, acontecerá na virada do milênio com o novo bloco que assumirá o poder, mais alinhado à perspectiva progressista e que efetivará políticas de inclusão e acesso à educação formal bem como a redução do desemprego e, por conseguinte, a elementos materiais da sociedade burguesa que antes eram restritos às camadas médias e à burguesia como um todo.

menos as manifestações e greves, mas enfraquece significativamente o poder de negociação dessa classe frente à burguesia.

Conforme o acesso ao consumo vai se concretizando por parte da classe trabalhadora¹²forja-se a concepção de que é possível reformar o capitalismo para se alcançar determinados padrões mínimos de vida e não tão somente sendo possível por intermédio de revoluções radicais contra a ordem estabelecida.

O destaque para a salariedade é pertinente, pois, como veremos adiante, uma estratégia para se construir o consenso em torno de um projeto de sociabilização individualista e extremamente competitivo levará os trabalhadores a reconhecer como “melhoria dos salários” pagamentos de bônus e prêmios mediante desempenho. Tais medidas estarão respaldadas em um amplo projeto de uma sociedade que tem como fundamentos o individualismo, a competição e o reconhecimento do mérito enquanto distinção entre os trabalhadores.

Desse modo também é salutar destacar na legislação que comportava o aparato social do Estado as férias remuneradas. A priori essa questão era secundária, visto ter na quantidade de dias trabalhados por semana e nas horas totais da jornada de trabalho a principal canalização das forças combativas da classe trabalhadora. Segundo Ricardo Antunes (2009) a redução da jornada de trabalho deve ser a pauta prioritária da classe trabalhadora no que concerne a luta pelo direito ao trabalho não alienado. Todavia, revestido de significado simbólico, as férias remuneradas para os trabalhadores se constituíram em fator de indignação por parte da burguesia do século XX. O motivo é que

Alguns dias por ano o operário pode deixar de perder sua vida em ganha-la. Não fazer nada do que é obrigado a fazer: é a liberdade de existir para si. Inscrever tal possibilidade na lei e reconhecer ao trabalhador direito de existir simplesmente [...] a remuneração de um tempo *livre* equivale a um reconhecimento oficial da humanidade do trabalhador e da dignidade humano do trabalho. O trabalhador também é um homem e não um eterno tarefeiro, e seu trabalho lhe paga o acesso à qualidade de homem enquanto tal, de homem de si, deixando de ser a lei inexorável de cada jornada (CASTEL, 2015, p. 438-439)

A reação conservadora foi brutal. A burguesia não poderia aceitar que trabalhadores, mesmo que, por alguns pouquíssimos dias por ano, estivessem sem trabalhar e mais, escolher entre nada fazer ou ainda ocupar espaços urbanos que outrora não era possível em dias da

¹² Não toda classe trabalhadora. Robert Castel (2015) destaca que operários tinham condições jurídicas mais seguras que outros trabalhadores. No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas e as metamorfoses provocadas pelo movimento do modo de produção, outras frações de classes passaram a acessar o consumo de massas.

semana que a fábrica era ativada. Ou seja, durante a semana, trabalhadores ocupavam praias, gozavam de um curto momento onde o trabalho não era sua preocupação máxima, a manutenção da sua existência ficava enquanto preocupação para outros dias. Assim, as férias remuneradas simbolizavam a aproximação de dois modos de vida que tudo separava. “Na praia, por um tempo muito curto, a vida operária experimentava uma característica essencial da existência ‘burguesa’” (CASTEL, 2015, p. 439).

Não somente a burguesia manifestava hostilidade às férias pagas. Comerciantes e pequenos trabalhadores independentes partilhavam dessa indignação com o descanso remunerado dos operários. Um julgamento moral, portanto, foi construído em torno dessa questão. Para o olhar burguês, não há nenhuma outra modalidade de existência possível para o trabalhador que não seja o trabalho. Ver trabalhadores dispendo de tempo livre e com liberdade de escolher o que fazer – dentro de suas condições objetivas e concretas – foi condenado como acometido de tara moral, não tendo outro uso possível de uma liberdade roubada ao trabalho que não fosse saciar seus vícios, preguiça, embriaguez e luxúria.

Deste modo, foi preciso educar o trabalhador para que em seu momento de férias remuneradas “soubesse” qual a melhor maneira de aproveitá-las. Um lazer sim, mas um lazer popular, um lazer com relações saudáveis, em contato com a natureza, não sexualizadas – sobretudo entre os jovens –, com acesso a cultura popular e ao esporte.

Outro elemento importante característico desse modo de atuar na acumulação capitalista pelo Estado é o desenvolvimento de uma propriedade social. Primeiro trata-se de nacionalizações e fundação e desenvolvimento de serviços públicos. Estes representavam a maneira como se encarnava o social, quer se tratando de estabelecimentos especiais a favor de determinadas frações da classe trabalhadora ou direcionadas para o uso público coletivo. Assim os serviços públicos aumentam a propriedade social. Representam bens que não são apropriáveis de maneira individual, nem podem ser comercializados, mas sevem ao bem comum.

Deste modo, a questão social caminhou para o que soava uma crença no progresso indefinido. Em função dos fundos e auxílios públicos, a sociedade salarial, conforme chamou Robert Castel (2015), parecia caminhar em uma ascendente contínua. O trabalhador que não conseguia conquistar uma de suas ambições materiais depositava a crença que suas proles o fariam e que o Estado promotor do desenvolvimento, do emprego e da seguridade social iria ser perene. No entanto, Marx (2001), já nos sinalizava que a crise é imanente ao sistema de produção capitalista. E desse modo, a utopia na perenidade do Estado Social foi estrangulada após os anos 70.

Como exposto, o Estado, portanto, interveio não só como produtor de bens, mas também como produtor de consumidores, isto é, de assalariados. Desse modo, acompanhando a análise de Robert Castel (2015), o assalariamento atendeu as necessidades dominatórias das classes hegemônicas através de conciliação de classes que atenuou os conflitos e confrontos, uma vez modificou as condições sociais dos trabalhadores – ele destaca, sobretudo os operários fabris – em relação ao início da industrialização. Fatores de pertencimento e integração aqui já destacados como: seguros sociais, direito do trabalho, ganhos salariais, acesso ao consumo de massa, relativa participação na propriedade social e até ao lazer foram responsáveis pela inserção dos trabalhadores em uma estrutura social que anteriormente lhes deixavam à margem.

Concomitante a essa inserção ao mundo do consumo e as conquistas sociais, destaca o autor que, uma consciência de subordinação foi construída. A própria postura reivindicativa não se dá, pois, sem essa consciência. “Sentir-se dependente constitui o motor da luta para se reapropriar da dignidade social do trabalho ‘alienado’ pela organização capitalista da produção” (CASTEL, 2015, p. 444). Entretanto, esse repatriamento se insere num contexto que contém traços dualistas. Os dominados não são entregues ao acaso da violência e da arbitrariedade, mas prevalece uma relação de dominação de classes. O Estado Social, segundo argumenta Robert Castel (2015), também teve uma missão educadora. Doravante, não era mais necessário subverter a sociedade pela revolução, aos moldes de 1917, para promover a dignidade ao trabalho. O trabalhador tornava-se cidadão em um sistema de direitos sociais, um beneficiário das subvenções distribuídas pelo Estado e, também, um consumidor de mercadorias produzidas pelo mercado (CASTEL, 2015).

A análise da função educadora do Estado feita por Castel encontra consonância na teoria de Antonio Gramsci (2000b) quando discorre sobre a natureza educativa do Estado burguês. Para ele,

Na realidade, o Estado deve ser concebido como "educador" na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de "racionalização", de aceleração e taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e "pune", já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é "possível", a "ação ou a omissão criminosa" devem receber sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica (GRAMSCI, 2000b, p. 28).

Gramsci ressalta o caráter revolucionário do Estado moderno na função de educar o conformismo da classe dominada, no sentido de assimilar as perspectivas cultural e econômica burguesas; educar para a nova sociedade, moderna, urbana, que exigia a formação de nexos psicofísico e de trabalhador totalmente adaptado ao atual estágio das forças produtivas. Para Gramsci (2000a), sendo a sociedade burguesa um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade para operar a reprodução social, esse processo educativo também possui um movimento contínuo e vai ser ajustado conforme necessidades do padrão de acumulação-reprodução social constituído em dada conjuntura. Como Marx, Gramsci também entende que a burguesia é revolucionária e busca incorporar aos seus aparelhos hegemônicos as frações de classe dos trabalhadores para reduzir os conflitos e atuar pedagogicamente, e portanto, atuando o Estado como educador. Nos chama atenção para isso em um de seus cadernos escritos na prisão, onde para o autor

A revolução provocada pela classe burguesa [...] na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo [...]. As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes: a concepção de castas fechadas. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: **o Estado torna-se educador** (GRAMSCI, 2000b, p. 271 – grifo nosso).

Portanto, as análises de Robert Castel (2015) sobre a educação do trabalhador mediada pelo Estado, que utilizando-se da coerção e do consenso pela seguridade social, são totalmente pertinentes para se compreender a construção da hegemonia burguesa no período histórico que o Estado Social foi o promotor do desenvolvimento das forças produtivas.

O sucesso da função educadora do Estado burguês não se manteve restrito à classe trabalhadora. Hobsbawm (1995) destaca que até mesmo intelectuais defensores do livre mercado revisaram suas posturas e passaram a defender o Estado interventor, diante o enorme acúmulo de capital proporcionado naquele período. Segundo autor, brilhava aos olhos de muitos “um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas” (HOBSBAWM, 1995, p. 268).

Todavia, o capital jamais se submeteu a quaisquer formas de controle duradouras ou a processos de autorrestrrição racional, até mesmo porque se configura como forma de controle

social que não conforma qualquer sobreposição de si. Segundo István Mészáros (2011, p. 58) “o capitalismo e a racionalidade do planejamento social abrangente são radicalmente incompatíveis”. Ele só se permitiu, ao longo da história, o desenvolvimento de processos compatíveis com ajustes limitados, enquanto pudesse prosseguir sua dinâmica de autoexpansão e acumulação, afirmando os ajustes enquanto serviam para contornar os obstáculos e resistências encontradas, sempre que se fosse incapaz de demolí-las.

No decorrer de “Para além do Capital”, István Mészáros (2011) desenvolve a sua análise afirmando que esta forma de controle detém caráter intrinsecamente expansionista na medida em que busca de maneira intensiva e crescente extrair mais valor; ao mesmo tempo em que se desenvolve de maneira destrutiva em meio a sua processualidade pautada pela superfluidade e descartabilidade; tornando-se, desta forma, incontrolável. Se, por um lado, este “modo de funcionamento” do capital teria intercalado momentos de otimização da acumulação e momentos de recessão ou crise de caráter cíclico, ou conjuntural, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970 o capital teria começado a se deparar com os próprios limites absolutos das suas determinações estruturais internas, diante do estabelecimento de uma real crise de baixa eficiência e insuficiência da extração do trabalho excedente, configurando um inédito perfil de crise, de caráter endêmico, cumulativo, crônico e permanente: a Crise Estrutural do Capital (SOUZA, 2017).

Portanto, concordando com Marx que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista e também entendendo como Perry Anderson (1995) que quando essa crise acusou sintomas graves e risco de colapso do próprio modo de produção, as condições materiais favoreceram a retomada de teorias lançadas na década de 1940 e que, com as adaptações necessárias para o momento histórico, foram implementadas para a manutenção e restabelecimento do poder das classes dominantes. Isso será discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO

Lembro que um dia o Guina me falou
Que não sabia bem o que era amor
Falava quando era criança
Uma mistura de ódio, frustração e dor
De como era humilhante ir pra escola
Usando a roupa dada de esmola
De ter um pai inútil, digno de dó
Mais um bêbado, filho da puta e só
Sempre a mesma merda, todo dia igual
Sem feliz aniversário, Páscoa ou Natal

Racionais MC's

2.1 Crise estrutural do capital e Neoliberalismo

Como destacamos no capítulo anterior o capital não aceita controle, baixo lucro ou vácuo. Possui leis intrínsecas ao seu funcionamento – acumulação, concentração e centralização, além de construir uma falsa concepção de liberdade quando, na aparência, capciosamente, diz-se engendrar um sujeito livre e igual ante o direito, o contrato e a moeda. Todavia, sem esses elementos de “liberdade”, na atual fase de seu desenvolvimento, não poderia exercer sua ação seminal: a compra e venda de força de trabalho e apropriação de valor. Trata-se, na verdade, de uma ilusão, quando na verdade as relações de força e de poder entre capital e trabalho são estruturalmente desiguais. E, portanto, é sob esta ilusão e coerção que a ideologia burguesa age eficazmente na reprodução de seus interesses de classe. Para Marx e Engels

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes (MARX, 1977, p. 24 – grifo nosso).

O caráter contraditório do capitalismo, que o leva a crises cíclicas, abruptas e violentas, como demonstra Marx (2001) ao analisar a natureza do capitalismo, não advém de algo externo, mas é fruto da dominação do capital e exploração do trabalho. A crise está, pois, organicamente engendrada na natureza das relações sociais capitalistas. Os conflitos relacionados à superprodução e à formação de um mercado mundial são dois componentes estruturais do capitalismo. As crises são inevitáveis, constituindo uma contradição que faz

parte da gênese desse sistema e que é gerada na medida em que a competição entre os vários setores capitalistas provoca uma superprodução de mercadorias, que leva ao consumo reduzido e, por consequência, à queda da taxa de lucros.

Sobre a queda de lucros dos capitalistas, István Mészáros (2001) afirma que o capital enquanto a mais poderosa estrutura totalizadora de controle, à qual tudo o mais deve se ajustar e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, portanto, não aceita o vácuo e tem aversão ao baixo lucro. O capitalismo será desta maneira, uma das formas possíveis de realização do capital, marcado pela generalização da subsunção real do trabalho ao capital. Assim, cabe destacar, o capital detém uma estrutura de comando singular. Ele representa um sistema de controle absorvente e totalitário, que sujeitará aos mesmos imperativos, o comércio, a escola e a saúde, subordinando a tudo os mesmos critérios de viabilidade. (SOUZA, 2017).

Dessa maneira, portanto, a mudança do papel Estado para enfrentamento da crise de 1929 foi fundamental – como apresentamos no capítulo anterior embasados teoricamente em Castel (2015) –, como um mecanismo de superação da crise e agravador da mesma nas décadas subsequentes, além da atuação frente à opressão de classes. As políticas sociais das décadas subsequentes à crise estrutural do final dos anos 20 e início da década de 30, não foram suficientes para estancar um modelo de desenvolvimento social fundado sobre a crescente concentração de capital e exclusão social, até porque seu objetivo não era esse, como vimos anteriormente. Quando, pois, determinado padrão de acumulação alcança seus limites de crescimento e expansão e quando os limites locais são atingidos, “não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças” (MÉSZÁROS, 2001, p. 65).

Seu esgotamento, nos anos finais da década de 1960, deu sinais graves. O desemprego e a inflação se ampliavam desencadeando uma fase de estagnação econômica e aumento dos preços das mercadorias. As receitas advindas dos impostos caíam bruscamente enquanto os gastos sociais – conquistas das décadas anteriores – mantinham-se altos. O modelo monetário internacional baseado no dólar americano e tendo no ouro a base metálica da moeda internacional não podia mais funcionar. As taxas de juros passaram de fixas para flutuantes e as tentativas de controlar a flutuação logo foram deixadas de lado (HARVEY, 2008). O liberalismo revestido de caráter social dava sinais de esgotamento e deixara de funcionar. A recuperação dessa crise de acumulação de capital exigia alguma alternativa e que foi encontrada dentro do próprio modo de produção capitalista retomando as velhas práticas com novas roupagens.

Tentativas de regulação do capital através da socialdemocracia malograram e quem defendia as liberdades de mercado ganhou espaço significativo para tirar a teoria do campo de discussão filosófica para a prática de um Estado mínimo e ausente de responsabilidades sociais, considerado empecilho para o desenvolvimento.

A teoria neoliberal, fundamentada no livre mercado e na livre sociedade, uma releitura do liberalismo lockeano, estabelece suas bases no pensamento econômico de Friedrich August Von Hayek (1899-1992), economista e filósofo austríaco, posteriormente naturalizado britânico, que defende a ideia de que o mercado, livre do controle do Estado, é o único instrumento capaz de lidar com os problemas sociais de maneira efetiva e eficaz. Convictos desse pensamento, Friedrich Hayek juntamente com Bertrand de Jouvenel de Ursins (1903-1987), Frank Hyneman Knight (1885-1972), George Joseph Stigler (1911- 1991), Karl Raimund Popper (1902-1994), Ludwig Heinrich EdlervonMises (1881-1973) e Milton Friedman (1912-2006) fundaram a Sociétédu Mont Pèlerin, com o intuito de promover a institucionalização do pensamento neoliberal. Publicado em 1944, *O caminho da servidão*, de Hayek, transforma-se em referencial para a doutrina neoliberal.

Para esse grupo, como destacou Bianchetti (2001), a liberdade econômica é requisito essencial para se alcançar liberdade política, que por sua vez, deve reger-se pela lógica que rege o intercâmbio de mercadorias. Deste modo o Estado de interventor, teorizam, deve passar para um Estado mínimo, desregulamentado e que não interfira nas liberdades individuais e econômicas dos sujeitos. O renascer do liberalismo para os liberais de Mont Pèlerin significava romper com a barbárie e servidão trazidas pelo socialismo. Ao defender essa perspectiva de oposição do neoliberalismo ao que considerou socialismo evidencia um equívoco teórico de análise. Para o autor, o sistema socialista está diretamente ligado ao totalitarismo, nesse sentido, Hayek (2010) afirma que a adoção da filosofia socialista levou à mudança no curso da civilização que tomou um rumo inesperado quando, ao invés do progresso contínuo, trouxe a ameaça dos males associados à barbárie.

Hayek (2010, p. 42) reforça essa teoria enfatizando que no início do século XX, o trabalhador, nas mais remotas regiões do mundo ocidental, “havia alcançado um grau de conforto material, segurança e independência que pareceria impossível um século antes”. No entanto, o que se observa nesse mesmo período referenciado por Hayek (2010) é um quadro de recessão denominado Grande Depressão, marcando o pós-guerra. Logo após tivemos em 1929 a Grande Depressão, que provocou grande miséria e fome em diversas regiões do mundo. Ou seja, nos argumentos de Hayek (2010) é possível a percepção da intencionalidade de se inverter a realidade para disseminar uma falsa consciência a respeito do modelo

neoliberal de Estado. Tal fato se expressa, sobretudo, nas afirmações do autor sobre o Estado interventor ao considerar o modelo de Estado de Bem-Estar Social como próprio de um Estado socialista.

A teoria neoliberal obteve respeitabilidade acadêmica quando Hayek em 1974¹³ e Friedman em 1976 ganharam o prêmio Nobel de economia. Esse prêmio específico, embora assumisse a aura de um Nobel não tinha nenhuma relação com os outros prêmios, estando como estava sob o estrito controle da elite bancária suíça. A dramática consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em 1979. Em maio desse ano, Margareth Thatcher foi eleita na Grã-Bretanha com a firme obrigação de reformar a economia (HARVEY, 2008).

Segundo Frigotto (2010) a tese neoliberal atua genuinamente de modo a postular

a retirada do Estado da economia – ideia do Estado mínimo; a restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais (FRIGOTTO, 2010, p. 85).

De fato, não se trata de uma alternativa para a crise, mas a busca por uma recomposição dos mecanismos de reprodução do capital e restauração de poder de classe, que aconteceu de maneira articulada entre a utilização da força e do consenso.

Os países hegemônicos do mundo capitalista mergulharam, então, na neoliberalização como resposta à crise estrutural do capital. Na Inglaterra dos governos de Margareth Thatcher, uma nova agenda transformou substancialmente as relações de trabalho e a condição de organização de classe naquele país. Antunes (2009) destaca que aprovado pelo parlamento conservador um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação dos sindicatos. Ficou famosa sua declaração: "a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais" - e, acrescentou depois, suas famílias.

As formas de solidariedade social e de organização das classes trabalhadoras deveriam ser destruídas em nome dos “novos” valores do capitalismo: o individualismo, a responsabilização dos indivíduos e sua “liberdade”. O ataque ideológico do governo era incansável. Thatcher foi além dos discursos políticos, segundo ela o objetivo não era tão somente mudar os caminhos econômicos da Inglaterra, mas o espírito dos indivíduos. Uma

¹³ Prêmio dividido com Gunnar Myrdal.

nova sociabilidade burguesa retomava o palco, dessa vez travestida de liberdade econômica. Sua política era de conter a inflação sem medir as consequências que isso traria para o emprego. Em 1981 a taxa de juros, conforme aponta Harvey (2008), ficou em 20%.

Se os impactos das mudanças político-econômicas não levaria em conta a condição do emprego, tornar, então, o sindicalismo em inimigo central do neoliberalismo, não foi demorado. Consequências diretas no relacionamento entre Estado e a classe trabalhadora foram gritantes. Os dirigentes sindicais que ocupavam cargos em órgãos econômicos foram destituídos, assim como impossibilitados de participar das discussões da agenda estatal, sobretudo, das que se referem às políticas de desemprego.

As greves viram-se praticamente inviabilizadas naquele contexto, uma vez que para sustentarem sua legalidade deveriam obedecer a um ritual de burocracias extremamente complexas e em caso de descumprimento de qualquer exigência, os sindicatos eram penalizados com multas que chegavam decretar a quase morte da vida associativa. Em empresas públicas os sindicalistas sofreram com sua participação nas decisões das empresas reduzidas a limites ínfimos ou mesmo extinguidos. O desemprego gigantesco no início dos anos 80 evidenciou a contradição desse processo.

Mesmo com greves punidas severamente pelo Estado em 1984-5 uma histórica paralização foi vivenciada pelos ingleses. Mais de 220 mil pontos de trabalho tinham sido eliminados pelo fechamento das minas de carvão. Houve enorme desgaste causado por inúmeras manifestações, paralizações e movimentos de contestação contra o neoliberalismo de Thatcher, mas que não reverteram o crescente número do desemprego e a intensificação do trabalho. Diante esse cenário, o trabalho *part time* teve crescente adesão, precarizado, mas possibilitando o mínimo para a sobrevivência dos sujeitos, sendo então utilizado para escamotear os números de desemprego e assim, os dados oficiais davam estimativas à opinião pública baseados em critérios que condizia aos interesses do Estado (ANTUNES, 2009).

Com o crescente trabalho *part time* e autônomo, quase sempre com pouca tradição sindical, o número de filiados aos sindicatos caiu drasticamente nos anos 1980 e 1990, chegando os sindicatos a terem que optar pela fusão visando sua sobrevivência. Claro, a representação fica prejudicada nessas condições, uma vez que estar vinculado aos sindicatos confere ao sindicalizado, nessas condições, pouca esperança de melhoria na qualidade do trabalho.

Segundo Antunes (2009, p. 76) o sindicato, particularmente na década de 1990, “tornou-se cada vez mais a expressão institucionalizada de um grupo de pressão e cada vez menos um sindicalismo com representação de classe”. Ou seja, aqui os sindicatos atuam não

como aparelhos privados da hegemonia da classe trabalhadora, mas passam defender os interesses das classes dominantes, contribuindo assim na formação de um novo tipo nexo psicofísico¹⁴ de trabalhador. A coerção do estado em sentido *stricto* não poderia se manter, todavia, sem se revestir pelo consenso, o que acontece quando os aparelhos hegemônicos das classes subalternas acabam sendo incorporados pelas instituições burguesas, o que reduz o poder de representação dos trabalhadores e sua força nas lutas de classes.

Conforme se efetivam reformas políticas e de reajuste fiscal ocorre concomitante fragmentação da força dos trabalhadores frente às exigências do capital e de subordinação do trabalho, nesse momento o Estado atua como educador do consentimento criando uma falsa concepção de que frente à crise vivida pelo Estado melhor reduzir direitos do que perder o emprego. Esse discurso está inflado em tempos hodiernos, sobretudo em países de situação periférica no mundo capitalista. O intenso processo de contra reforma empreendido pelo capital criou condições mais favoráveis à sua reprodução com a fragmentação da consciência operária. Desse modo a burguesia obtém a hegemonia na medida em que sua cultura e seus valores tornam-se, ou pretendem tornar, universais. Conforme afirmam Marx e Engels, a burguesia (1977, p. 225) “Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringendo-as a abraçar o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança”.

Nesse processo de mundialização do capital, em outros países também foram implementadas ações políticas que direcionaram as economias para a retomada do poder de classes, sobretudo a fração de classe que representa o capital financeiro. Os organismos internacionais aproveitando o momento histórico dos países periféricos impunham condições de empréstimos atreladas à austeridade fiscal. No período do pós-guerra, boa parte do mundo não comunista estava aberto ao imperialismo norte-americano mediante relações de financiamento de suas infraestruturas e dinamização de suas economias com dólares americanos. Entretanto, a influência dos EUA não se manteve restrita a fatores do mercado. O imperialismo norte-americano utilizou-se de financiamento às elites locais para derrubar governos – como na Nicarágua e no Irã.

Os países com economias periféricas foram estimulados a se endividar pesadamente com taxas de juros para lá de vantajosas para os banqueiros de Nova York. Os organismos

¹⁴ O termo é utilizado por Gramsci (2000a) para explicar a formação de um novo homem, ajustado as novas demandas do capitalismo de determinado período histórico. Conforme desenvolvem-se as forças produtivas emerge a necessidade de se formar indivíduos que atendam às exigências do modo de produção da vida material. E.P Thompson (1998) analisando o cenário inglês demonstrou como forjou-se uma nova sociabilidade burguesa constitutiva de costumes e hábitos que atenderam as demandas capitalistas de fase industrial.

internacionais como o Banco Mundial e FMI passaram a exigir reformas neoliberais para o refinanciamento de dívidas e tornaram-se verdadeiros propagadores do fundamentalismo do livre mercado (HARVEY, 2008).

Contraindo dívidas externas para o desenvolvimento de sua indústria e economia nacional, os países periféricos tiveram de se ajustar estruturalmente ao modelo neoliberal que para eles consistia em um conjunto de regras centradas na desregulamentação dos mercados, mais abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado, definidas pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo governo norte-americano através do Consenso de Washington¹⁵.

A partir de então as instituições de Bretton Woods atuaram não apenas para “salvar” os países em desenvolvimento de um colapso econômico total, mas também para resguardar a estabilidade do mercado internacional. Essa postura dos organismos multilaterais determinou a liderança do Banco Mundial na difusão da ideologia neoliberal, já recomendada pelo Consenso de Washington.

As experiências do Estado mínimo para questões sociais e regulador para o capital, foram aplicadas, portanto, em países periféricos do capitalismo como o Chile e México. No caso da crise mexicana, em uma política de privatização e cortes de gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexível foram imposições feitas pelo FMI e pelo BM para o reescalonamento da sua dívida. O México, portanto, foi um dos pioneiros Estados recrutados para aquilo que iria se tornar uma crescente coluna de aparelhos neoliberais em todo o mundo (HARVEY, 2008).

Deste modo, sob pena de morte, como disse Marx, os Estados nacionais sob o domínio de suas burguesias que buscam o restabelecimento de seus privilégios de classe – diminuídos durante anos que dominou o padrão keynesiano – são impelidos cada vez mais a se libertar das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, para estender tapete vermelho a atividade financeira que pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Em suma, a neoliberalização significou a "financiarização" de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia. Doravante, como afirma Harvey (2008, p. 42) “ganhos na capacidade

¹⁵O chamado Consenso de Washington, documento produzido pelos representantes dos países do capitalismo central, definiu a doutrina do neoliberalismo e forneceu as diretrizes para as reformas na década de 1990, aliadas aos interesses estratégicos e comerciais do EUA, especialmente a reestruturação da dívida externa dos países latino-americanos, com a necessidade da América Latina de se adaptar às necessidades do mercado internacional.

manufatureira não mais significavam concentração aumento de renda *per capita*, mas certamente significavam concentração em serviços financeiros”.

Assim os países devedores forçados a acordar com as condicionalidades dos empréstimos para “ajustamento estrutural” continuaram a pagar juros elevados e tornaram-se extremamente dependentes dos empréstimos e das obrigações impostas pelos FMI e pelo Banco Mundial. Conforme explica Leher (1998, p. 136) a condição de dependência se dá

Não tanto pela importância de seus recursos, mas, sobretudo, porque o aval dessas instituições é condição necessária para a negociação com investidores privados. A condicionalidade que antes se restringia aos indicadores macroeconômicos, como balanço de pagamentos, é ampliada com a exigência do ajuste estrutural.

Nesse estágio do desenvolvimento do capital e em seu padrão de acumulação, a desigualdade social se configura como elemento estrutural, enquanto a igualdade jurídica soa como atenuador dessa discrepância social, conforme afirmam Harvey (2008) e Bianchetti (2001). Através da segunda, portanto, os indivíduos devem exercer sua liberdade, uma vez que iguais perante a lei, para conquistar, por seu mérito, acesso a melhores condições de alimentação, moradia, educação e emprego. Transfere-se então a responsabilidade que outrora assumiu o Estado ao indivíduo. A teoria neoliberal braveja que aquela atuação estatal que buscou salvaguardar o direito ao trabalho e a seguridade social fora demasiadamente coercitiva e obstaculizava a liberdade dos indivíduos.

Aqui, o neoliberalismo mostra sua primeira diferença com o liberalismo original, como argumentou Paulani (2005, p. 124), “menos que uma doutrina política, filosófica e/ou moral, o neoliberalismo fica constrangido a se apresentar fundamentalmente como uma receita de política econômica, desprezando dessa medida, alguns valores universais que primariamente lhe deram origem”.

Paulani (2005, p.126) nos chama atenção para essa característica do neoliberalismo

Premido pelas condições nas quais se recolocou no debate e grande auxiliado, nos tempos mais recentes, por uma suposta demonstração histórica da superioridade do mercado, o neoliberalismo acaba por exigir uma profissão de fé nas virtudes do capitalismo e da livre concorrência, não mais por uma questão de opção ideológica, em obediência a uma dada visão de mundo, mas por uma questão de respeito às coisas “tais como elas são”.

Ou seja, não se trata mais de uma falsa consciência da realidade. Seus defensores argumentam que o neoliberalismo exige rendição total as suas premissas de liberdade econômica e do Estado mínimo. Sendo assim, inadmissível, para os neoliberais, a manutenção

das proteções sociais garantidas pelo Estado Social. Nessas condições o Estado surge de vilão; o mercado de panaceia (PAULANI, 2005).

Apesar do senso comum de que é possível o modo de produção capitalista sobreviver sem a atuação do aparelho de Estado – uma vez que a atuação estatal esteve presente para proteger os interesses do capital desde suas primeiras configurações – O Estado em sentido *stricto*, na concepção liberal, deve ser forte para assegurar os interesses econômicos mais amplos e administrar os infortúnios sociais que podem ser causados pela impessoalidade do mercado. Porém deve ser fraco em seu sentido amplo, restringindo as reivindicações dos grupos sociais ao âmbito das necessidades imediatas e locais. Na observação de Gramsci

Afirma que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que a sociedade civil também e o Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, modificar a distribuição da renda nacional (2000b, p. 47)

Motta (2012) considerando a afirmação citada de Gramsci, afirma, portanto, que o pressuposto de Estado-mínimo que insere o pensamento neoliberal revelou-se, na concretude, uma falácia. O Estado ainda é fundamental para articular a socialização do poder e em escala mundial. O caráter minimizado do Estado, visto em sua dimensão institucional, está presente diuturnamente na deterioração das políticas sociais e na precarização do trabalho. Também é inegável que no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial os Estados nacionais permaneçam como atores privilegiados do capital.

Os resultados da política concreta neoliberal aplicada em países hegemônicos do capitalismo bem quanto aos periféricos foram de concentração de renda e aumento das desigualdades sociais como aponta Harvey (2008). Na mesma direção Boron (2000, p. 55) defende que

De nada vale um orçamento fiscal equilibrado, ou uma inflação “zero”, ou um superávit na balança comercial, se nossas sociedades desabam, se a miséria prolifera nas cidades e nos campos, se cada dia há mais crianças que crescem nas ruas, se os desempregados são uma legião cada vez mais numerosa, se o emprego se torna precário e os salários não são suficientes, se a criminalidade nos esmaga e se a sociedade se divide num pólo que faz o que pode para ostentar sua opulência e outro que não pode mais ocultar sua indigência.

Também, reforça o autor, além dos resultados sociais catastróficos, por outro lado, a “vitória” do neoliberalismo fundou-se na derrota das forças populares e das tendências mais profundas da reestruturação capitalista, posta pela avassaladora mercantilização dos direitos conquistados convertidos em bens ou serviços adquiridos pelo mercado; pela “satanização do Estado contrapondo-se à ineficiência do mercado; pela criação de uma nova sensibilidade e de uma nova mentalidade que penetraram muito profundamente no chão das crenças populares” (ibid., p. 9) e, por fim, pela vitória no terreno da cultura e da ideologia ao afirmar-se como única alternativa possível. O mesmo foi constatado por Anderson (1995, p.13)

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.

O neoliberalismo, no entanto, como qualquer outro fenômeno, não pode ser compreendido fazendo uma separação entre política, economia e ideologia. Os valores liberais, resgatados após a Segunda Guerra Mundial pelos membros de Mont Pèlerin foram apropriados, em algumas de suas prerrogativas, em um momento que as novas necessidades da acumulação capitalista exigiam mudanças para realizar a necessária mutação no Estado e em outras esferas sociais. Economicamente, como argumenta Anderson (1995) os resultados não foram os esperados, porém, a ideia de que o mérito, o individualismo e a competição são os meios para se conseguir direitos foram perenizadas enquanto ideologia. Cabe ainda ressaltar que a ideologia neoliberal da metade do século XX, segundo Viana (2009, p. 81) “foi apenas uma ideologia recuperada e utilizada segundo as novas necessidades da acumulação capitalista em declínio e que foi modificada, adaptada, atualizada, mesclada com outras formas de ideologia neoliberal que surgiram”.

No entanto, fazer separação entre economia e política, para Gramsci, é característica do liberalismo. Para o autor existe uma relação orgânica e recíproca entre estrutura e superestrutura e que adquire características específicas em determinadas formações históricas. Trata-se, portanto, da relação entre o econômico-social e o ético-político, ou entre forças materiais e ideológicas que compõe um determinado bloco histórico (MOTTA, 2012).

O conceito de bloco histórico em Gramsci expressa a organicidade que imprimem as relações de produção, sociais e de poder em uma determinada formação social e histórica, enquanto “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2000b, p. 26), e concomitante permite a visualização, no conjunto das relações sociais de força, do movimento histórico que insere uma determinada formação histórica. Portanto, ao se analisar o período neoliberal somente pelo olhar econômico (de fracasso) ou pelo ideológico (de sucesso) assume-se o risco de cometermos erros analíticos graves conforme destaca Gramsci (2000b).

Ainda para Gramsci, para analisar determinada formação histórico-social, é necessário distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos de conjuntura (ocasionais e imediatos). Deste modo, aponta

O erro em que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-se excesso de “economicismo” ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de “ideologismo”. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual (2000b, p. 37).

Essa distinção deve ser feita independentemente da situação em que se encontra qualquer formação histórico-social. “A distinção entre movimentos e fatos orgânicos e movimentos e fatos de conjuntura ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, nos momentos de crise, de prosperidade e de estagnação das forças produtivas” (GRAMSCI, 2000b, p. 37). Ainda é necessário identificar os diversos graus nas relações sociais de forças: as forças de produção, as forças políticas e as forças militares.

As forças de produção estão diretamente relacionadas à estrutura objetiva e permitem identificar as condições necessárias para uma transformação social, tomando como base o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção. O segundo momento das relações sociais de forças, para Gramsci (2000b) é onde a disputa pode ser travada em níveis de consciência política já mencionadas no capítulo anterior. O terceiro momento elementar para análise das relações sociais de força de determinada formação histórica refere-se à relação das forças militares. Gramsci, todavia, distingue dois graus nessa relação de forças: I) o militar, no sentido técnico-militar, relacionado às capacidades tecnológicas, bélicas e organizativas; II) o político-militar, no sentido da articulação política das forças militares e policiais com o Estado.

Gramsci observa que, historicamente, situações de bem-estar ou de mal-estar econômicos podem produzir “novidades”, mas não a ruptura do equilíbrio de forças. Não se trata de uma causa mecânica e imediata, segundo ele. As crises econômicas são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força. Desse modo, compreende que os indivíduos são condicionados às estruturas existentes, mas também podem dissolvê-las e gerar novas estruturas, desde que permaneçam organizados e com um grau elevado e consciência ético-política. Assim, Gramsci concorda com Marx (2011, p. 25) quando afirma que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Consciente disso a classe dominante que viu os desastrosos resultados das políticas neoliberais se rearticula em torno novas formas de atuação. A estratégia que começará a ser utilizada é tratada por alguns autores¹⁶ como uma nova roupagem do neoliberalismo, mas que não questiona seus fundamentos básicos: individualismo, competição, desigualdade estrutural e meritocracia. Os galopantes índices de pobreza e desigualdade oferecem riscos a estabilidade do Estado moderno burguês e, prevendo isso, intelectuais orgânicos do capital¹⁷ repensaram a atuação do Estado que foi de mínimo para o necessário, apenas.

2.2 A Terceira Via enquanto continuidade do neoliberalismo e a construção do consenso

No atual estágio de reestruturação de acumulação de capital, a superexploração (com arrocho salarial, aumenta das taxas de desemprego, da jornada de trabalho e da precarização dos trabalhadores) somada à concentração de renda e riqueza bem como problemas sociais e a violência vão explicitando as contradições do neoliberalismo. A pobreza global é um item introduzido também nesse rol de contradições, pois o sistema econômico global se alimenta da mão de obra barata. Setores ainda atrasados contribuem para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho; a agricultura atrasada financia a agricultura moderna e a indústria. Assim o exército de reserva nas cidades, os marginalizados, os que ocupam atividades informais, não são apenas consumidores de excedentes, mas configuram o

¹⁶ Motta (2012), Coutinho (2006), Antunes (2009), Neves (2005).

¹⁷ Gramsci observou que os intelectuais não são um grupo autônomo e independente, mas uma criação das classes sociais fundamentais para dar homogeneidade e consciência ao seu projeto de sociedade, nas dimensões econômica, política e social. É por ele considerado intelectual, portanto, “todo [indivíduo ou] estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo” (GRAMSCI, 2002a, p. 93)

expediente de rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho urbano. (MOTTA, 2012).

Na concepção de Coutinho (2006), o Brasil, e outros países latino-americanos, que se modernizaram pelo alto, pela via prussiana, ou em termos gramscianos, passivamente, acabaram gerando números enormes de desigualdade social e altíssimos déficits de cidadania. No entanto, malgrado isso, o Brasil se modernizou, tornou o que Gramsci chamou de sociedade ocidental. No entanto, não escapou das condições precarizadoras do trabalho e dos trabalhadores e de todas outras implicações causadas pelos ajustes estruturais demandados pelo neoliberalismo. Na virada do século XX, o aprofundamento da pobreza roubou a cena e tornou-se o principal foco de políticas sociais das agências multilaterais, colocada como fator de segurança internacional¹⁸. Mas, já observava Marx (1977, 298-9)¹⁹ que a pobreza dentro do modo de produção capitalista é inevitável. Para ele,

Hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas de propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém-descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações.

Diante o cenário de agravamento de desigualdades sociais, a realidade da pobreza extrema e outras contradições inerentes ao modo de produção capitalista somada aos limites econômicos apresentados por esse ordenamento econômico, uma saída encontrada para salvar o capitalismo foi a política da social-democracia da Terceira Via – assim denominada por Giddens (2001) por se propor um terceiro caminho entre o neoliberalismo e a antiga social-democracia – que começou a ser desenvolvida pelos intelectuais do capital e aplicada pelos organismos multilaterais a partir dos anos 1990.

Conforme afirma Motta (2012) alguns intelectuais orgânicos do capital, como Bernardo Kliksberg²⁰, iniciaram um processo de autocrítica sobre a ideologia do livre mercado

¹⁸ Não que a burguesia internacional, através dos seus aparelhos privados de hegemonia, comece a agir por uma suposta consciência de que a pobreza é algo muito ruim à humanidade e, portanto, deva ser eliminada. Ao contrário, o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo requer que a pobreza seja mitigada para atender as exigências de reprodução e ampliação do capital.

¹⁹ Discurso pronunciado na festa de aniversário do *People's Paper* (jornal cartista publicado em Londres entre 1852 e 1858), no dia 14 de abril de 1856.

²⁰ Foi coordenador do Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Diretor do Projeto da ONU para a América Latina de Modernização do Estado e Gerência Social. É assessor de diversos organismos internacionais, entre eles Organização Internacional para a organização do Trabalho (OIT), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tendo em vista sua atuação nos programas de várias agências multilaterais e sua produção intelectual na área do gerenciamento social

e seu fracasso em não cumprir suas promessas de benefícios globais. Nesse contexto, foi difundida a ideia da necessidade de se construírem alternativas políticas de bases ideológicas diferenciadas para conter o aprofundamento da “nova” pobreza.

Em 1995, um encontro denominado Cúpula Mundial de Copenhague reuniu vários chefes de Estado e representantes das agências multilaterais que, segundo documento-base desse encontro, estavam preocupados com as possíveis consequências do aumento da pobreza mundial e decidiram discutir as possibilidades de novas soluções para o desenvolvimento dos países de capitalismo dependente (KLIKSBURG, 2002). Em sua visão conservadora, a pobreza acentuada e altas polarizações sociais prejudicam o desenvolvimento sustentável e produzem enorme perda de credibilidade nos governos democráticos que solapam suas bases de governabilidade. Foi, portanto, com essa perspectiva retomada a discussão sobre desenvolvimento econômico na América Latina.

Na época do encontro de Copenhague, o tema pobreza já fazia parte da agenda dos G7 e do Fórum Econômico Mundial em Davos. Na mesma ocasião, o FMI substituiu a proposta denominada “Facilidade de Ajuste Estrutural” (FAE), que era oferecida aos países de capitalismo dependente no final da década de 1980 e no início da de 1990, por uma outra, intitulada “Facilidade para o Crescimento e Redução da Pobreza” (FCRP). Nessa última os países interessados em empréstimos e “facilidades” deveriam se comprometer oficialmente em desenvolver políticas de redução da dívida – austeridade fiscal – e apresentar um plano estratégico de luta contra a pobreza. Nesse mesmo contexto, a ONU lançou, em 1997, uma série de campanhas de alívio à pobreza em nível mundial.

Pode-se depreender que prevalece uma concepção que individualiza a questão da pobreza, isto é, o foco de discussão não está na pobreza das nações, mas nos indivíduos ou grupo de indivíduos pobres. Essa concepção de pobreza fica explícita no documento do Banco Mundial de 2004 (p.4) onde define-se como “incapacidade de alcançar os padrões básicos de nutrição, saúde, educação, meio ambiente e participação nas decisões que afetam a vida de pessoas de baixa renda”. Assim, a pobreza e a desigualdade social acabariam sendo responsabilidade e culpa não só dos países, mas também dos indivíduos incapazes de, em um mundo repleto de oportunidades, informar-se e participar. A incorporação dos pobres à “comunidade do desenvolvimento”, segundo Melo (2005, p.77), se daria a partir de programas de incentivo e oportunidades (programas focalizados para os mais carentes), “facilitação do empoderamento (estimulando a estabilidade dos regimes democráticos

especificamente relacionada à América Latina, pode-se deduzir que as ideias do autor exercem forte influência nos fundamentos das políticas sociais dessas agências.

participativos) e aumento da segurança (de manutenção da propriedade, não necessariamente do emprego)”.

Portanto, nos anos 1990, constatou-se que a difusão e consolidação da ideologia neoliberal, ou seja, da fé na liberdade econômica, não obteve os resultados prometidos. O que se pode constatar, porém, é que a liberalização dos mercados não é, em geral, acompanhada de crescimento, mas, de mais miséria e problemas sociais dos mais diversos. Para Hobsbawm

No fim do Breve Século XX, os países do mundo capitalista desenvolvido se achavam, tomados como um todo, mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970, e a economia global da qual ainda formavam o elemento central estava imensamente mais dinâmica. Por outro lado, a situação em regiões particulares do globo era consideravelmente menos cor-de-rosa. Na África, na Ásia Ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB *per capita*. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980, e a produção caiu durante a maior parte dos anos da década nas duas primeiras regiões, e por alguns anos na última [...] Ninguém duvidou seriamente de que, para essas partes do mundo, a década de 1980 foi de severa depressão [...]. Quanto à pobreza e miséria, na década de 1980 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. [...] O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica na nova era (2003, p. 395).

O abismo entre os mais ricos e mais pobres entre as classes da população em nações menos favorecidas foi evidente, no entanto, o fosso entre os países mais ricos e mais pobres e entre regiões também foi alargado. “A pobreza reaparece em seguimentos sociais dos países mais abonados e desenvolvidos, de forma mais intensificada a partir dos anos 1980. Desse modo, foi sendo configurado um novo mapa-múndi econômico” (MOTTA, 2012, p. 67). Diante desse quadro, os principais organismos multilaterais concluíram que a “nova pobreza” deveria ser combatida e implantada outra metodologia econômica, mais humana, em detrimento das matrizes mais ortodoxas. A partir de então, se difunde a rejeição do “fundamentalismo neoliberal”.

Lideranças trabalhistas²¹ e políticos profissionais, apesar das aparentes divergências ideológicas, sob o risco de colocar em perigo as estruturas de governabilidade e a convicção de se buscar novas alternativas políticas reformistas para o desenvolvimento do novo século,

²¹ Como já citado anteriormente no texto, os aparelhos hegemônico das classes trabalhadoras foram, aos poucos, sendo incorporados aos aparelhos hegemônicos das classes dominantes através do consentimento em torno de reformas políticas e trabalhistas como mecanismos de garantirem o mínimo de trabalho sem embates e conflitos de classes. Essa estratégia de subsunção dos sindicatos e partidos às ideias burguesas liberais foi construída durante os anos de atuação do Estado neoliberal, mas não somente durante esse momento, como vimos, durante o período que predominou a atuação do Estado Social também foi instrumento de conciliação de classes a desarticulação das classes trabalhadoras.

partilharam, portanto, novas ideias sobre rearranjos no aparelhamento estatal e atuação socioeconômica. Tony Blair²², na época líder dos trabalhadores ingleses e eleito primeiro ministro inglês, argumentou que a velha esquerda resistiu a mudança necessária da nova ordem global e, que juntamente com a direita, seria responsável por administrarem essas mudanças para produzir solidariedade e prosperidade social.

Tomando como referência o discurso de Blair, Giddens (2005) desenvolveu um corpo teórico para dar sustentação à prática alternativa que emergia com o Novo Trabalhismo inglês. A esse denominaram de “terceira via”.

Segundo Motta (2012), entre a social-democracia do velho estilo keynesiano, que compreende o capitalismo de livre mercado, dotado de qualidades irracionais, porém possível de serem controladas pelo Estado, e o neoliberalismo que, ao contrário, defende o Estado-mínimo e concebe o mercado com qualidades superiores, a terceira via pretende criar um projeto político modernizado para que a social-democracia possa administrar a crise do sistema, aprofundar a democracia²³ e promover a maior igualdade de oportunidades – a chamada “redistribuição de possibilidades”.

Na concepção de Giddens (2005), o neoliberalismo triunfou, mas está em apuros, tendo em vista a tensão entre o fundamentalismo de mercado e o conservadorismo evidenciada na

devoção ao livre mercado por um lado, e a família tradicional por outro, é uma contradição. Espera-se que o individualismo e o direito à escolha se detenham abruptamente na soleira da família e da identidade nacional, onde a tradição deve permanecer intacta. Mas nada destrói mais a tradição que a “revolução permanente” das forças do mercado. O dinamismo das sociedades de mercado solapa as estruturas tradicionais de autoridade e fratura as comunidades locais; o neoliberalismo cria novos riscos e incertezas e pede aos cidadãos que simplesmente ignorem (2005, p. 25)

Em Kliksberg, observa-se essa mesma preocupação. Para ele as fortes tensões sociais acumuladas em todas as áreas referidas, além de outras que a elas se podem acrescentar,

²²Anthony Charles Lynton "Tony" Blair é um político britânico, que foi primeiro-ministro do Reino Unido de 1997 a 2007, e foi líder do Partido Trabalhista de 1994 a 2007 e membro do Parlamento Britânico de 1983 a 2007.

²³ O termo democracia compreendido nos moldes capitalismo – eleições livres e periódicas, direitos e liberdades individuais entre outros – é extremamente limitado e incompatível com soberania popular. Por isso, Ellen Meiksins Wood (2011) questiona enfaticamente se poderá o capitalismo sobreviver a uma plena extensão da democracia. A resposta de tal indagação é negativa, pelo óbvio. Em uma sociedade de classes os interesses das classes dirigentes e dominantes são opostos aos interesses das classes trabalhadoras, portanto, governo onde o povo exerce soberania é algo violentamente combatido em uma sociedade capitalista (MEIKSINS WOOD, 2011).

constituem um espaço favorável “para o processo de enfraquecimento do tecido social, como a desintegração da família e o aumento da criminalidade” (KLIKSBERG, 2002, p. 15).

Para ele a família é instituição social primária e, sendo assim, é responsável pela socialização de normais morais, educação básica, saúde preventiva e afeições básicas, no entanto, vem sendo seriamente deteriorada pelos problemas sociais (KLIKSBERG, 2002).

Nessa direção, argumenta Giddens (2005), o desafio é dirigir o Estado manobrando a contradição entre a expansão do individualismo e o conservadorismo de valores como a família e democracia. Segundo ele “numa sociedade em que a tradição e o costume estão perdendo seu domínio, a única rota para o estabelecimento da autoridade é a vida democrática” (GIDDENS, 2005, p. 76). Então, a proposta da terceira via pode ser apresentada como aquela que visa “ajudar os cidadãos a abrir seu caminho através das mais importantes revoluções de nosso tempo: a globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza” (ibid., p. 74).

O teórico da terceira via sugere como preceitos para a nova política que: “não há direitos sem responsabilidades” e “não há autoridade sem democracia” (ibid., p. 74-75). Em sua proposta há uma intenção de consolidar uma esquerda moderna, que visa governar um tipo de capitalismo justo e eficiente. O sentido de democracia, para ele, está relacionado à descentralização do governo, ao envolvimento de comunidades locais nos destinos do país e à “renovação social e material de bairros, pequenas cidades e áreas locais mais amplas” (GIDDENS, 2005, p. 89).

Em comunidades mais pobres, particularmente, “é que o incentivo à iniciativa e ao envolvimento locais podem gerar maior retorno, tanto econômico quanto cívico” (ibid., p. 90). Argumenta nessa direção que,

Programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens centradas na comunidade, que permitem uma participação mais democrática e além de serem mais eficazes. A formação de comunidades enfatiza as redes de apoio, o espírito de iniciativa e o cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica em bairros de baixa renda. O combate à pobreza requer uma injeção de recursos econômicos, mas aplicados para apoiar a iniciativa local (GIDDENS, 2005, p. 120).

A competitividade e a geração de riquezas são elementos enfatizados na proposta da terceira via de Giddens tendo em vista uma concepção de mercado como elemento natural da vida em sociedade. Apesar disso, o autor considera que esses aspectos não podem se desenvolver plenamente sem a interferência do governo, isto é, “se os indivíduos forem abandonados para nadar ou afundar num redemoinho econômico” (GIDDENS, 2005, p. 109).

Assim, o governo tem um papel essencial a desempenhar investindo nos recursos humanos e na infraestrutura necessária para o desenvolvimento de uma cultura empresarial (MOTTA, 2012).

Para desempenhar eficazmente o papel de renovação cívica, fortalecendo o senso de solidariedade, a diminuição da criminalidade e não dissolução da família, a política da terceira via defende: uma “nova economia mista”, que busque uma nova sintonia entre os setores públicos e privados; parceria entre Estado e sociedade civil²⁴, principalmente no processo de superação do declínio cívico²⁵ e no controle da criminalidade e da educação como uma base essencial para a “redistribuição de possibilidades” (GIDDENS, 2005).

Para o teórico da proposta, a terceira via é uma adaptação bem-sucedida da social-democracia às novas condições sociais e econômicas. Para isso, o Estado deve assumir a função de administrar os riscos de forma responsável e transparente, recorrendo a metodologias empresariais e em parceria com o setor privado e a sociedade civil estimulada a prestar solidariedade – valor cívico considerado para Giddens (2005) imprescindível.

Coutinho (2006) analisando as “mudanças” que a terceira via propõe para resolver os problemas causados pela política neoliberal faz a seguinte crítica

Os defensores da “terceira via” são pessoas que aplicam uma política neoliberal [...], mas que têm ou tiveram no passado um certo compromisso com valores de esquerda e tentam propor, como se isso fosse possível, um neoliberalismo com rosto humano [...]. A “terceira via” é isso: uma manifestação hipócrita do neoliberalismo, que sabe muito bem que a virtude está com outro tipo de política (COUTINHO, 2006, p. 112).

Ainda argumenta Coutinho (2006) que a proposta de se instaurar uma terceira via como solução para a crise dos anos 1990 introduz novos mecanismos de hegemonia de função intelectual e moral para abrandar os efeitos nefastos das políticas neoliberais e dar condições de reprodução do capital na virada do milênio. É, portanto, fundamental atentar para o fato de que para os intelectuais orgânicos do capital o aumento da pobreza, do desemprego e da desigualdade social no contexto do neoliberalismo dos anos 1980-90 deu-se por conta do fracasso dos pacotes econômicos implementados pelos FMI e pelo Banco Mundial. A instabilidade social e política provocada pelos efeitos neoliberais para os países periféricos

²⁴Os liberais como destaca Gramsci (2000b) tendem a separar a sociedade civil do Estado o que leva a equívocos teóricos e a compreensões de que é possível dissociar infra e superestrutura, ou, o econômico do político e fazermos análises pouco concretas sobre o real. Isso escamoteia as contradições sociais e dificulta a apreensão do movimento do real da sociedade capitalista.

²⁵ A defesa dos valores morais apregoados pela família tradicional cristã foi amplamente utilizado como bandeira de luta política contra a “perversão” de quem defende a liberdade de credo, de orientação sexual e outras concepções de família, na campanha do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro em 2019.

causariam efeitos perigosos nas economias dos países centrais, sendo assim, considera Coutinho (2006), que a terceira via vem enquanto necessidade de se realizarem novos ajustes nos mecanismos de conservação da condição de reprodução do capital e nas definições de políticas sociais.

Dá a junção atuante dos diversos aparelhos hegemônicos das classes dominantes e de alguns aparelhos hegemônicos da classe trabalhadora construindo uma nova concepção de política social baseada na filantropia, na constituição de Organizações não governamentais (ONG) e em parcerias de empresas “cidadãs” com o Estado para superar assim os índices de desemprego, de desigualdade social e de pobreza extrema que resultou do Estado mínimo. Nas palavras de Giddens (2005) o governo deve atuar diretamente em pequenos grupos, principalmente com os grupos mais pobres, estimulando o sentimento comunitário, no sentido de solidariedade em relação àqueles que têm preocupações semelhantes e que se juntam para empreender uma “jornada pela vida”.

Considerando que o conceito de hegemonia de Gramsci parte do pressuposto de que é priorizado a “vontade geral” – o interesse em comum – em relação à vontade particular – o interesse privado – deve-se considerar que “o Estado burguês, no decorrer do seu processo histórico, expandiu sua esfera de domínio, desenvolvendo capacidades estratégicas cada vez mais refinadas para impor a adesão à sua forma particular de ver o mundo” (MOTTA, 2012, p. 86). Ou seja, enquanto Estado educador, o Estado burguês aprimorou seus mecanismos de construção e disputa pelos espaços de direção política, intelectual e moral de seu projeto de sociedade, ou seja, os mecanismos de construção da hegemonia.

Segundo Motta (2005) o quadro que se instaurou nos últimos anos na América Latina e especificamente no Brasil revela que houve uma perda significativa da força política da massa de trabalhadores e, com ela, ampliou-se a distância para se objetivar um momento ético-político pensado por Gramsci (2000b).

E, compreendendo a questão social como constitutiva do Estado capitalista resultante da dinâmica das contradições que a fundamentam, “cabe questionar, frente à impotência diante dos interesses e estruturas transnacionalizados, se a sociedade civil brasileira, de fato, perdeu seu espaço de disputa e luta pela hegemonia e segue seu processo histórico replicando o superestrutural”.

Dentro da perspectiva de análise das relações de forças que compõem um determinado bloco histórico, torna-se, dessa maneira, fundamental compreender que há uma unidade entre as dimensões filosófica, política e econômica, que é dada através do desenvolvimento

dialético das contradições entre o homem e as forças materiais de produção. Gramsci (1999) entende que,

Na economia, o centro unitário é o valor, ou seja, a relação entre trabalho e as forças industriais de produção (os que negam a teoria do valor caem no crasso materialismo vulgar, colocando as máquinas em si – como capital constante e técnico – como produtoras de valor, independentemente do homem que as manipula). Na filosofia, é a práxis, isto é, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica. Na política, é a relação entre o Estado e a sociedade civil, isto é, intervenção do Estado (vontade centralizada) para educar o educador, o ambiente social em geral (1999, p. 237).

Logo, é compreendendo a relação de unidade entre trabalho e forças produtivas (economia), entre estrutura econômica e vontade humana (filosofia), entre Estado em sentido *stricto* e sociedade civil (política) e a natureza contraditória do Estado capitalista que o pensamento de Antonio Gramsci se mostra atual e fundamental para analisar as forças sociais de um determinado contexto histórico-social (MOTTA, 2012).

Desse modo, ao se analisar a situação dos governos latino-americanos percebe-se que, pelas suas condições periféricas no capitalismo global, foram transferindo o espaço de decisão político-econômica para agências internacionais (enquanto condição para obterem empréstimos junto ao FMI e Banco Mundial), e desse modo, o discurso intencional dessas agências multilaterais de que o Estado é incapaz para gerir o bem público foi fortalecendo.

Para Milani (2002), a boa governança, ou a capacidade de governabilidade no contexto de um Estado burguês neoliberal, tem o sentido de “redução de gastos públicos, sobretudo na área social, de desregulamentação dos mercados, de redução e de flexibilização dos custos do trabalho, com reformas na legislação trabalhista” (MOTTA, 2012, p. 108). Essas características passam a substituir outras políticas de maior abrangência e de caráter integrador expondo problemas locais e regionais o que contribui para a desarticulação das classes subalternas e mitigação dos confrontos de classe.

Para Milani (2002) e Motta (2012), essa estratégia busca a legitimação do ideário neoliberal imprimindo uma ideia de eficientismo administrativo, que desloca a ideologia do bem-estar e dos direitos sociais para outras ideias voltadas para a eficiência e a qualidade na gestão dos serviços públicos. A solidariedade focada na ação particular passa a ser priorizada suprimindo outra concepção de mundo voltada para a perspectiva da solidariedade universal como forma de enfrentamento das questões sociais. Assim, em âmbito político, cabe ao Estado facilitar o bom funcionamento dos mercados e exercer boa governança. Agindo assim atribui-se um caráter democrático e transparente na gestão, na busca pelo desenvolvimento

sustentável e na administração da pobreza, respaldando-se pela participação da sociedade civil que atribui um verniz de aparente harmonia. Nas palavras de Chossudovsky

Esse dogma neoliberal “oficial” também cria seu próprio “contraparadigma”, incorporando um discurso altamente moral e ético, que se concentra no “desenvolvimento sustentável” e na diminuição da pobreza [...] Essa “contraideologia” raramente desafia as prescrições da política neoliberal. Ela se desenvolve paralelamente e em harmonia com o dogma neoliberal oficial, e não em oposição a ele (1999, p. 34).

As políticas sociais nesse novo rearranjo passam a serem determinadas a partir de pesquisas quantitativas que vão dar um caráter de cientificidade e neutralidade as ações governamentais. Considerando-se uma das funções do Banco Mundial é a de objetivar prescrições para países dependentes que não desafiem a política neoliberal e que o FMI também alinhe suas estratégias de maneira minuciosa e articulada com esse posicionamento. As recomendações desses organismos multilaterais são efetivamente de reduzir os gastos públicos dos países de capitalismo dependente, principalmente os sociais, direcionando a administração da pobreza para organizações da sociedade civil como pauta a ideologia da boa governança, o que implica, segundo Motta (2012, p.110) “em políticas sociais de baixo custo, utilizando-se de força de trabalho voluntária e de recursos doados pela população”.

Tomando como fundamento a concepção de sociedade civil em Gramsci (2000b), pode-se afirmar que na atual conjuntura, configura-se em um processo hegemônico no qual predomina a concepção de sociedade civil à parte do Estado e do mercado, ou seja, como um terceiro setor. “O objetivo dessa divisão liberal é buscar o consentimento da classe subalterna para a implementação das novas determinações do capitalismo, instaurando assim o conformismo da sociedade civil” (MOTTA, 2012, p. 110).

Conforme observa Coutinho (2006) essa concepção liberal de analisar a sociedade civil separada do Estado pode levar ao enfraquecimento dos embates e das correlações de forças, impedindo o desenvolvimento de estratégias objetivas de poder e contra-hegemonia. E com isso naturalizam-se os modos mais violentos e cruéis de reprodução social com certa “tranquilidade” e conformismo.

No conjunto político dirigido pelos organismos multilaterais do capital, considera-se que suas propostas, orientações e políticas inserem princípios pedagógicos para a formação de um novo nexos psicofísico de homem (solidário e conformado) e de um tipo de sociedade burguesa colaboradora e menos conflitiva. Nos Estados dependentes esse seria o único caminho possível para gerar crescimento econômico e social. Para Motta (2012, p. 114)

Tomando a concepção de Gramsci de Estado ampliado e de Estado educador, pode-se concluir que a sociedade civil, enquanto “protagonista” dessa nova estratégia conservadora, mais que promover a despolitização e enfraquecer os embates em seu interior, exerce também uma função de educadora junto às massas ao disseminar a ideia de criação de um clima ameno, sem confrontos, solidário e coeso para combater as mazelas sociais; a fundação de uma “vontade de conformismo”. Trata-se de um tipo de educação para o conformismo que encontra terreno fértil na atual conjuntura, na qual se sente instaurar a “paralisia da sociedade civil” e a impotência dos Estados diante “dos interesses e estruturas transnacionais”.

A situação brasileira da década de 1990 e do início do novo milênio se assemelha a esse cenário político e de reestruturação do padrão de acumulação do capital citado por Motta (2012). As fases de um Estado mínimo e com reformas para mitigar seus violentos resultados sociais aqui também foram/são vividas. O neoliberalismo enquanto prática política estatal veio com a eleição de Fernando Collor (1989) e se aprofundou nos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). A esperança de mudanças estruturais com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, Lula, acabou ficando apenas no discurso tendo na conciliação de classes a estratégia política utilizada para sua governança²⁶; o que sufocou os movimentos sociais contra-hegemônicos, desarticulando as classes subalternas e ampliando a pedagogia do consentimento.

2.3 O Estado brasileiro neoliberal e os mecanismos de construção do consenso

A transição democrática brasileira na década de 1980 foi moldada por uma relação de forças conflitantes; por um lado, demandas da classe trabalhadora por liberdade política e igualdade econômica e, por outro, pressões da elite para a renovação das estruturas de desigualdade e dominação. A Constituição Federal promulgada em 1988 sofreu ataques frequentes e de diversos tipos, sendo desconsiderada quando se tornava empecilho à reprodução e imposição da opressão das classes dominantes. As bases excludentes em que se alicerçou o Estado se mantiveram apesar dos movimentos populares significativos da década.

Os imperativos de se controlar a inflação e melhorar a economia acelerando o crescimento da produtividade justificavam as reformas neoliberais juntamente com o esgotamento da industrialização por substituição de importações. Tornou-se comumente aceito que o modelo anterior de industrialização não poderia promover a convergência com

²⁶ Para uma análise mais detalhada da atuação dos governos de Lula da Silva e sua relação com o neoliberalismo vigente consultar Motta (2005) e James Petras (2005).

países de capitalismo desenvolvido nem, tão pouco, garantir os níveis de desenvolvimento industrial das décadas anteriores.

Reformas graduais levaram a uma feroz transição para o neoliberalismo na década de 1990, durante o governo de Fernando Collor (1990-1992), se consolidando nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) eleito após o término do mandato de Itamar Franco (1992-1994) que substituiu Collor em razão de seu impeachment. Essas mudanças trouxeram não apenas baixas taxas de crescimento do PIB como também uma enorme desigualdade social, a exemplo do que já havíamos presenciado nas experiências neoliberais em outros países.

Na maioria dos países, o neoliberalismo deu prioridade aos interesses do capital privado transnacional e, em especial, ao do setor financeiro, desconsiderando as consequências para o setor produtivo preexistente e as consequências sociais a isso atreladas. Em um primeiro momento uma enérgica intervenção estatal foi necessária para impor ao novo quadro institucional as bases para as reformas privatizantes e uma estratégia de repressão aos trabalhadores, desarticulando os aparelhos hegemônicos da classe trabalhadora e enfraquecendo suas representações e possibilidades de disputas pela direção intelectual e moral dessa sociedade. Depois, a consolidação do papel maximizado do setor financeiro na reprodução econômica e social como também na construção do consentimento desse sistema de acumulação como inevitável restando aos trabalhadores se qualificarem continuamente para disputarem sob as condições selvagens as escassas oportunidades de trabalho precarizado no mercado, sendo este, colocado como salvador do Estado ante sua “incapacidade” de resolver os problemas sociais (MOTTA, 2012).

A construção da ideologia neoliberal vem acompanhada de uma retórica insistente sobre a necessidade de se reduzir o tamanho do Estado. Em outras palavras, é necessário que o Estado se retire das questões econômicas para que o país possa incorporar-se a nova dinâmica do capitalismo internacional por meio das forças de mercado. No entanto, esse mesmo Estado que se quer longe da economia só é possível no discurso liberal, na prática, o Estado é necessário para introduzir novas formas de intervenção que possibilitem gerenciar o novo sistema de acumulação. Todavia, o caminho neoliberal no Brasil acabou sendo moldado pelo imperativo da estabilização monetária e controle da inflação (SAAD FILHO e MORAIS, 2018).

Nota-se aqui a construção de um consenso em torno de uma concepção de Estado incapaz de gerir o bem comum. Para Gramsci (2000a, p. 78), “a classe dominante tem sua própria estrutura ideológica, isto é, a organização material voltada para manter, defender e

desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica”. Ainda para o autor o aparelho hegemônico mais utilizado pelas classes dominantes a fim de construir sua visão de mundo como vontade geral é a imprensa, pois é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não é a única: “tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e os nomes das ruas” (ibid., p. 78).

Para conseguir, portanto, o êxito ideológico necessário à implementação das reformas institucionais do Estado e a desregulamentação necessária ao capital financeiro as classes dominantes que detém também o poder econômico foram construindo uma opinião pública favorável às reformas que, não sem conflitos e confrontos de classe conseguiram lograr êxito, sobretudo após a eleição, em 1989, da proposta neoliberal encabeçada no executivo nacional por Fernando Collor.

As administrações lideradas por Collor e Itamar Franco, seu vice-presidente, impuseram políticas cada vez mais contracionistas para controlar a inflação, atrair capital estrangeiro e gerar excedentes exportáveis. Também apoiaram e propuseram mudanças constitucionais que desfiguraram a Carta Magna de 1988. Saad Filho e Moraes (2018, p. 102) destacam que

O artigo 171 foi revogado, eliminando a distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras. O item IX do artigo 170 foi modificado, permitindo que empresas estrangeiras explorassem o subsolo. O artigo 178 foi alterado para eliminar o monopólio estatal de transporte em rotas costeiras. O inciso IX do artigo 21 foi alterado para abolir o monopólio estatal das telecomunicações. O parágrafo 1º do artigo 177 foi reescrito para relaxar o monopólio estatal da exploração de petróleo, e o artigo 192, modificado para reduzir o controle estatal da seguridade social. As reformas constitucionais também levaram adiante o programa de privatização introduzido pela ditadura em reação à crise internacional da dívida e abriram espaço para a “flexibilização” do mercado de trabalho.

Apesar dessas mudanças desregulamentadoras e de flexibilização o discurso elaborado por Fernando Collor e fortemente veiculado pela grande mídia era de combate à pobreza e trabalho incansável para defender os mais pobres. Contradição evidente entre a ação do governo e a realidade concreta e objetiva da população foi o aumento da pobreza e do desemprego. Os setores mais organizados, que constituem a base social do sindicalismo combativo, passam a canalizar suas ações na forma mais defensiva de todas as suas lutas: a preservação do emprego (ANTUNES, 2005).

Os Planos Collor 1 e 2 ao completarem seu primeiro ano amargaram resultados distantes do prometido. O sonho era que o país entrasse para o clube dos países ricos através da docilidade ao capital externo, no entanto, o vivido foi o sucateamento do capital estatal e

destruindo a tecnologia nacional abrindo conseqüentemente nosso parque produtivo para os detentores de tecnologia forânea. A inflação passou da casa dos 20% (SAAD FILHO e MORAIS, 2018).

Dessa maneira, Collor que se elegeu com um projeto de modernização do país vai sucumbindo à promessa. A integração subordinada do Brasil nos marcos do capitalismo avançado levou à desindustrialização de vários setores que haviam se expandido nas décadas anteriores. Segundo Antunes (2005) muitos setores vinculados ao grande capital começam a perceber que com Collor a aventura eleitoral estava cobrando preços altíssimos e com conseqüências catastróficas.

A política brasileira por ser marcada historicamente, no universo das classes dominantes, por um processo de conciliação pelo alto (ANTUNES, 2005), após os escândalos envolvendo Collor e esquemas de corrupção, acabou sofrendo impeachment, abrindo assim espaço para Itamar Franco concluir o período que restava de governo. No entanto, Itamar Franco precisou aderir ao projeto de modernização da fase Collor, o que não era uma opção bem definida até esse momento, chegando Itamar Franco a ser cortejado até por Brizola antes do pleito e agora compromissado com a remodelação do Estado, conforme afirma Antunes (2005).

A continuidade do seu governo seguiu a cartilha neoliberal do seu antecessor: critica a fome e concede um bilhão de dólares aos usineiros; fala em um projeto autônomo e independente, mas dá continuidade às privatizações; fala em combate à miséria crescente mas continua tocando o padrão de acumulação que gera uma sociabilidade de pauperização absoluta. Não se viu nada sobre o fortalecimento do capital produtivo estatal, sobre o crescimento do parque industrial brasileiro, não se tocou nas questões relacionadas à dívida externa; reforma agrária, nem pensar (SAAD FILHO E MORAIS, 2018).

Do ponto de vista das classes dominantes era fundamental resolver um problema: a inflação. Herdada da crise dos anos 1970, gradualmente aumentou até 1994, quando a hiperinflação espreitava após vários planos de estabilização. Surge então o Plano Real, bem-sucedido no combate a esse problema também deu legitimidade ao projeto neoliberal de Estado. O plano foi produto de vários anos de pesquisa e partida do pressuposto de que a inflação era causada por déficits fiscais e persistia em decorrência da indexação. Concordavam seus gestores que políticas contracionista eram necessárias, mas insuficientes para reduzir a inflação.

Argumenta Antunes (2005) que o plano só foi possível em um contexto de economia globalizada com mercados de capitais altamente líquidos, e exigia uma alta taxa de juros com

um estoque de reservas de divisas e entradas contínuas de recursos para garantir a estabilidade da moeda. Segundo Saad Filho e Morais (2018), sete políticas-chave compuseram o Plano Real. Uma delas foi a liberalização das importações, que deveriam abastecer o mercado brasileiro com bens estrangeiros baratos, limitando os preços que poderiam ser cobrados pelas empresas instaladas no país e restringindo as demandas por salários da classe trabalhadora por meio da ameaça do desemprego. Sendo o estado de São Paulo fortemente industrializado e sindicalizado essa estratégia combatia o conflito e confronto de classes mais organizado no sudeste (SAAD FILHO e MORAIS, 2018).

O Plano Real, segundo os autores supracitados, ofereceu uma estratégia segura para reduzir a inflação²⁷ e apoiar as reformas neoliberais. Certa euforia aconteceu nos primeiros anos de implementação do Plano Real. As importações foram liberalizadas e “tornadas artificialmente baratas” (ibid., p. 109), enquanto altas taxas de juros, empréstimos estrangeiros e privatizações trouxeram a moeda estrangeira necessária para financiar o déficit externo. A queda da inflação possibilitou uma camada média da população brasileira de adquirir automóveis, várias quinquilharias e até viajar nas férias pagando em prestações mensais. O rápido crescimento do PIB e a queda momentânea do desemprego trouxeram também ganhos imediatos aos mais pobres, no entanto, a efemeridade desses ganhos acabou, mais adiante, evidenciando a ilusão neoliberal.

Utilizando-se de uma opinião pública favorável aos primeiros sintomas do Plano Real, a consequência política foi a eleição para a presidência, em 1994, de Fernando Henrique Cardoso, até então ministro da Fazenda que havia capitaneado o plano de estabilização²⁸. Apesar de suas realizações, o Plano Real continha problemas que logo foram desnudados.

Saad Filho e Morais (2018) argumentam que o desmoronamento do Plano Real não tardou. Os sinais começaram no final de 1994 a tornar-se evidentes e as reservas externas do país diminuíram quase US\$ 10 bilhões durante o ano. Como medida de emergência um controle temporário de importações foi lançado mão, especialmente para bens duráveis. Depois o governo abandonou a flutuação assimétrica do real e a moeda teve desvalorização de 5%, portanto uma nova política cambial foi introduzida, segundo a qual haveria novas desvalorizações mensais do real, a taxas um pouco acima da inflação doméstica.

No final de 1998 os grandes meios de comunicação relatavam a sangria das reservas cambiais do país; as políticas governamentais foram fortemente criticadas e movimentos a

²⁷ Ver Saad Filho e Morais (2018).

²⁸ Para uma análise da influência do Plano Real na eleição de Cardoso, ver Danilo Martuscelli, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil* (2015).

favor e contrários à desvalorização da moeda entraram em confronto no parlamento e na imprensa. O setor financeiro defendeu a manutenção da taxa de câmbio vigente tentando sustentar o argumento de que isso facilitaria a modernização industrial, por outro lado as elites industriais e os sindicatos defendiam a desvalorização para aumentar a competitividade externas e estimular a economia ao passo que reduziria o desemprego.

No final de janeiro de 1999 a crise cambial bateu seu recorde, a desvalorização da moeda vinha galopante e destruiu a credibilidade do recém-reeleito presidente da República Fernando Henrique Cardoso e os próximos anos de seu novo mandato não foram nada populares. Há de se destacar, todavia, que o projeto neoliberal para o Estado brasileiro foi consolidado por esse presidente com suas ações cotidianamente neoliberais.

Sabemos que são os agentes de mercado que, diante de todo o contexto histórico que vimos até o momento, exigem mudanças, readequações na burocracia estatal e na forma de atuação do Estado, para a geração das condições ótimas de mercado em meio ao sistema de competição mundializado. Assim, o recém-criado Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) lançou, em 1995, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, capitaneado por seu intelectual orgânico²⁹ Luiz Carlos Bresser-Pereira (SOUZA, 2017).

O desenvolvimento da ideologia neoliberal com o protagonismo do mercado contou, fundamentalmente, com o aparelho estatal para sua consolidação. É importante destacar que quando não contam com o consentimento ativo da população, as classes dominantes utilizam-se necessariamente da coerção, do controle verticalizado e da institucionalização de seus procedimentos, muito embora seja disseminado de maneira insistente que o faz sob a luz da democracia.

Fundada sobre o discurso da crise do Estado – não crise mundial do capitalismo - esta reforma tinha como preceito a concepção de que era necessário superar o Estado ineficaz e burocrático. O Estado deveria, segundo discurso governista, abandonar seus traços

²⁹ Segundo Gramsci (2000a), todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. No capitalismo, destacam-se os intelectuais orgânicos da burguesia e os intelectuais orgânicos do proletariado. Em sentido amplo, todos os intelectuais são orgânicos já que exercem na sociedade consciente ou inconscientemente a função dirigente. Em sentido estrito, os intelectuais orgânicos atuam nos dois planos superestruturais, na sociedade civil e no governo, desenvolvendo atividades de obtenção do consenso espontâneo das massas ao projeto de sociedade da classe ao qual serve, e de disciplina no aparelho coercitivo estatal, quando sua classe assume o governo. Os partidos, em sentido amplo, formam os intelectuais orgânicos de cada classe social. Devido ao seu papel organizativo, todos os integrantes de um partido são intelectuais em graus distintos. Eles exercem tarefas que vão desde a difusão à formulação das estratégias e táticas políticas do grupo social ao qual se filiam.

patrimonialistas e clientelistas e restaurar seu espírito neutro, garantindo a implementação da democracia – compreendida aqui na perspectiva liberal. Segundo o próprio Plano Diretor

A crise do Estado define-se então (1) como uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no terceiro mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática. (BRASIL, 1995, p.10-11).

O Brasil passa então a se engajar em um movimento de renovação do papel do Estado e de contrarreforma³⁰ que estava ao mesmo tempo sendo incorporado pelos EUA, México e pouco antes pelo Chile, também inspirado na reforma implementada pelo Reino Unido, que mobilizou o envolvimento de praticamente toda América Latina, sobretudo após a criação do CLAD – Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento, em 1998.

Desta forma, este ministério buscou realizar, de imediato, mudanças institucionais, na estrutura legal, organizacional e nas políticas públicas, por meio de emenda constitucional para a reforma administrativa (sendo promulgada uma Reforma Constitucional somente em abril de 1998, quando a opinião pública, as elites formadoras de opinião e os administradores públicos já estavam mais convencidos, depois de um intenso investimento em propaganda, mas também via orçamento anual da República e Plano Plurianual (PPA). Nos Estados e Municípios, a reforma foi implementada mais lentamente, e até os dias atuais estamos a ver mudanças nessa direção (SOUZA, 2017).

O governo amparado na defesa de que a ação reguladora, corretora e estimuladora do Estado já era um consenso, procedeu com a criação de três novas instituições organizacionais básicas, mediante a formulação de uma nova classificação das atividades do Estado, fundamentada em tipos de propriedade pré-definidos: as agências executivas, instituições estatais que executam atividades exclusivas de Estado; as organizações sociais, instituições híbridas entre o Estado e a sociedade que executam os “serviços sociais e competitivos”; e as agências reguladoras, dotadas de autonomia prevista pelas agências executivas,

³⁰“As mudanças que ocorreram nas bases produtivas exigiram, para sua manutenção e legitimação, uma reforma, ou melhor, uma contrarreforma do Estado – estrutura totalizante de comando político do capital” (MOTTA, 2012, p. 89). Carlos Nelson Coutinho chama a atenção, também, de que nesses tempos marcados pela “hegemonia da pequena política”, “(...) quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente” (COUTINHO, 2010), uma contrarreforma se configura enquanto a reforma dentro da reforma, para a manutenção efetiva da hegemonia burguesa.

regulamentando setores empresariais que operam em mercados não suficientemente competitivos (SOUZA, 2017).

Outra transformação observada foi a flexibilização do trabalho público, que deixa de seguir um regime único coma criação da categoria “emprego público”, quebrando a estabilidade dos servidores, para o caso de não se tratar do exercício de atividade exclusiva de Estado. Para estes casos específicos (de atividades exclusivas de Estado), se mantém a defesa da estabilidade, acrescida da defesa pela elevação de sua remuneração e qualificação. Segundo Souza (2017) todo este conjunto de medidas que propõe uma nova regulação do regime de trabalho nos serviços públicos inclui a implantação de um sistema de meritocracia nos processos de recrutamento e seleção, visando, segundo o discurso oficial, eliminar privilégios e distorções, e a implementação de um novo perfil de servidor, adequado à perspectiva empreendedora de atuação, conforme destacado pelo projeto de “Valorização do Servidor para a Cidadania”, contido no Plano Diretor (1995):

Este projeto tem como objetivo resgatar os talentos individuais e promover sinergia dos grupos e organizações que constituem a Administração Pública Federal, visando oferecer ao cidadão brasileiro serviços de melhor qualidade e maior prontidão às suas demandas. Pretende-se: (1) criar condições psicossociais necessárias ao fortalecimento do espírito empreendedor do serviço público, conjugada ao comportamento ético e ao desempenho eficiente; (2) reforçar o sentido de missão e o comprometimento do servidor público para com a prestação de serviços de melhor qualidade para o cidadão, e (3) obter maior satisfação do servidor público com o seu trabalho e com sua qualidade de vida. O projeto será implantado gradativamente através da ação participativa, de modo que os próprios servidores assumam sua implementação no regime de co-gestão. (BRASIL, 1995, p.64)

Compondo o cenário desta flexibilização do trabalho, a “reforma” do Estado institui, ainda: os contratos de gestão para a prestação de serviços, o que possibilita a multiplicação das políticas de parcerias com os mais diversos setores empresariais, e o fortalecimento das políticas de terceirização; os indicadores de desempenho claramente definidos, como ferramentas de medição da suposta qualidade dos serviços prestados; uma nova política de recursos humanos com ênfase no fortalecimento de um núcleo estratégico do Estado e na realização de concursos anuais com pequeno número de vagas para carreira de Estado.

Outra mudança que acontecerá no âmbito do funcionalismo público será a construção do processo de responsabilização do trabalhador pelo atendimento de metas pré-estabelecidas, ficando constantemente, portanto, vigiado, controlado e avaliado pelo seu desempenho. A justificativa para tal é, mais uma vez, a importância de se manter uma administração efetivamente “democrática”, porém cabe destacar, uma democracia que, na prática, persegue e

pune os “divergentes” e os “pouco produtivos” de parâmetros de produção estabelecidos não conjuntamente aos próprios funcionários, mas em pequenos “núcleos estratégicos” hierarquicamente superiores na burocracia estatal (SOUZA, 2017).

Continuando com os ataques da reforma outro foi direcionado ao esvaziamento da concepção política de cidadania, no que diz respeito ao acesso a direitos sociais historicamente conquistados, e a consolidação da concepção de cidadania vinculada diretamente ao consumo, mediante uma contrapartida que, de imediato, reforça um olhar desigual no que tange ao acesso a estes “bens ou serviços”: a contribuição de impostos. Nos termos da própria reforma:

A administração pública gerencial vê o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços. Os resultados da ação do Estado são considerados bons não porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros, como quer a administração pública burocrática, mas porque as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas. (BRASIL, 1995, p.17)

Nota-se aqui a ação coercitiva do Estado traçando as necessidades do cidadão-cliente ao elaborar uma política pública. Não foi o cidadão ouvido em seu posicionamento e ele considerado. O que parece ser democrático na verdade é imposto pelos “núcleos estratégicos” do Estado (SAAD FILHO e MORAIS, 2018).

Pelo viés da “democracia” também foi posto em construção um discurso missionário-salvacionista, o discurso do esforço individual como premissa fundamental para a superação dos problemas sociais e o alcançar do sucesso. Tal discurso é extremamente utilizado nas escolas de negócios. Diante destes elementos, é possível observarmos que a proposta de reforma do aparelho estatal buscou criar as bases para a consolidação da ideologia da meritocracia, da competição e do individualismo, e mesmo, institucionalizou o papel interventor do Estado na geração das condições ótimas de competição em nível mundializado.

O Estado desempenhou um papel fundamental na transformação desses padrões de emprego por meio da compressão da demanda, das privatizações, das mudanças na política industrial e na política regulatória, da contratação de trabalho precário e de mudanças nas leis trabalhistas. Desta maneira “o alto desemprego, o trabalho precário e a crescente pobreza relativa, quando não absoluta, foram *resultados das políticas públicas no neoliberalismo*” (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 127) (grifos no original).

Na esfera da educação voltada para a periferia do capitalismo, mais especificamente, a ideologia da qualidade se torna vigente por um conjunto de medidas que englobam: alinhamento de organismos internacionais com esta proposta, especialmente para os países em

desenvolvimento; a construção da nova Lei de Diretrizes e Bases, no ano de 1996 (Lei nº 9.394/1996); uma nova forma e estratégia de atuação de frações do empresariado, principalmente após a consolidação do Movimento Todos Pela Educação; o estabelecimento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, instituído via Decreto-Lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que consolidou o estabelecimento de metas para a educação, a criação de índices de medição da qualidade educacional e o estabelecimento de sistema de avaliações externas; e o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação – PNE, em especial o PNE 2014-2024³¹, aprovado pela lei nº 13.005/2014, que reforça a concepção de metas para a educação e institui o Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi).

No entanto, cabe ressaltar que os interesses do mercado voltados para a educação antecedem a década de 1990³², mas por ela se desenvolvem e se concretizam. Através da atuação do Estado burguês educador e marcado por teorias desenvolvimentistas que responsabilizam o papel educacional dentre o conjunto de políticas públicas responsáveis pela superação do atraso econômico nacional a educação passará por mudanças significativas no caminho de sua adaptação ao modelo do mercado.

Um exemplo do que falamos pode ser aferido ao se analisar o governo de FHC (1994-2002) que manteve estreita relação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)³³ que atuou com um destacado papel na reforma de ensino médio empreendida pelo psdebista, sobretudo por ter sido a instituição responsável por viabilizar financeiramente e dar subsídios

³¹A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Segundo Dourado (2017) o Plano Nacional de Educação 2014-2014 deve ser encarado como principal política pública de Estado para a educação brasileira.

³²No início do século XX, por exemplo, “teve lugar a tradução do taylorismo, então em processo de implantação progressiva no mundo do trabalho, à linguagem escolar. Reformadores como Bobbitt, Spaulding, Cubberly e outros sustentavam que a escola devia servir à comunidade, identificando esta com a empresa. Bobbitt afirmava que os alunos deviam ser modelados pela escola de acordo com os desejos das empresas, da mesma forma que as fábricas metalúrgicas produziam os lingotes seguindo as especificações fornecidas pelas companhias ferroviárias; e que o processo de trabalho dos professores podia ser organizado e normalizado da mesma forma que o havia sido o do infeliz Schultz por Frederick W. Taylor. Spaulding introduziu a análise de custo-benefício e propôs avaliar os resultados das escolas de acordo com a proporção de jovens nelas matriculados, os dias de frequência no ano, a porcentagem de promoções, o tempo necessário por aluno para realizar um trabalho, etc., aventurando-se inclusive a estimar o custo em dólares de cada lição por matéria, para suprimir as menos rentáveis. Cubberly se esforçou por introduzir nas escolas a figura do especialista em educação, a réplica escolar do especialista em termos e movimentos.(ENQUITA, 2001).

³³ O BID foi fundado como instrumento de desenvolvimento regional, já no contexto histórico da Guerra Fria como forma de favorecer o desenvolvimento social e econômico da América Latina e para conter a difusão das ideias comunistas.

técnicos ao Projeto Escola Jovem³⁴. O Promed (Projeto Escola Jovem) foi configurado em dois subprogramas: a) Nacional: o desenvolvimento de ações estratégicas para a implementação da reforma do ensino médio; b) Estadual: financiamento de projetos estaduais de melhoria e expansão do ensino médio. O seu custo foi estimado em um montante global de US\$ 1,0 bilhão (US\$ 500 milhões, empréstimo do BID; US\$ 50 milhões da contrapartida nacional e US\$ 450 milhões da contrapartida dos estados).

Oliveira (2004) ao pesquisar sobre a gênese do Promed (Projeto Escola Jovem) e a participação de alguns intelectuais na definição dessa proposta ressaltou duas recomendações mundializadas, que foram contempladas no rol de políticas e programas voltados para o ensino médio na década de 1990, com ênfase no Promed: o Dualismo estrutural (Banco Mundial) e a Teoria do Capital Humano (Unesco).

Deitos (2001) afirma que, devido à financeirização globalizada da economia e ao neoliberalismo, o BID sofreu fortes pressões para ajustar-se às decisões maiores do BIRD e do FMI. O BID deveria continuar a financiar projetos e programas para a América Latina, a exemplo do Promed, porém com mais rigor ao selecioná-los, privilegiando as reformas necessárias nos países, segundo as concepções do BIRD e do FMI. Para tal, foi firmado um acordo entre os dois bancos e o FMI.

Fonseca (2002) discute a similitude das recomendações do BID e do BIRD para as políticas educacionais. Para a autora há um esforço conjunto entre os dois bancos e o governo FHC. A publicação “Educação secundária no Brasil: chegou a hora” fruto de um trabalho entre os dois bancos, publicada no ano de 2000, foi realizada a partir das ações realizadas no país, a partir da promulgação da Constituição de 1988, deixa bem evidente as premissas recomendadas pelas agências financeiras que, em parte, são endossadas por alguns brasileiros que atuam como intelectuais orgânicos a serviço do capital³⁵.

Para evitar que a população excluída compreendesse o sistema de produção capitalista como negativo e que contestassem a lógica “natural” do sistema de eliminar aqueles trabalhadores não considerados qualificados, os organismos internacionais passaram a reconhecer a necessidade de qualificação dos trabalhadores excluídos no mercado de trabalho, elegendo a educação como única alternativa para resolver tal problema. É dessa forma que a educação passa a ser uma estratégia de combate à pobreza, tomada como um instrumento de

³⁴ Em 2000 foi assinado o convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Interamericano (BID), em Washington, para a realização do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)¹⁸⁵, ou Projeto Escola Jovem, nome mais utilizado na divulgação desse programa.

³⁵ Na publicação alguns brasileiros, que participaram da produção do relatório, e ocupavam funções diretas ou indiretas no governo FHC são mencionados: Claudio de Moura Castro, Guiomar Namó de Mello, Avelino Romero Pereira Simões, Rui Leite Berger Filho e Moaci Carneiro.

atuação em várias frentes. Segundo Leher (1998, p.45), “as instituições educativas são reconfiguradas para atuar, de modo ainda mais explícito e contundente, na produção da disciplina e da sujeição, por meio da inculcação de ideais, valores e de um modo de ser e de viver”.

Silva (2014) argumenta nesse sentido, que os organismos internacionais, notadamente o Banco Mundial, têm priorizado a educação básica para a população mundial, como alternativa para colocar os excluídos em condições de concorrer a uma vaga de trabalho e, com isso, “aliviar” a pobreza e o risco de conflitos sociais. As políticas sociais, portanto, são elaboradas para instrumentalizar a política econômica. Essa concepção de educação como propulsora do desenvolvimento social foi institucionalizada e divulgada como marco mundial na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien na Tailândia. Essa Conferência foi realizada por iniciativa de quatro organismos internacionais: a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial.

Seguindo as orientações internacionais, a educação voltada para a periferia do capitalismo foi redefinida como uma prática passível de ser regulada pelo mercado e a política educacional se configurou como um mecanismo de operar a exclusão estrutural, no sentido de aliviar a pobreza. Ao mesmo tempo, o Estado reduz sua participação em alguns setores da educação, concentrando-se no ensino fundamental³⁶ e no controle político-ideológico sobre a rede de ensino pública. Com base na ideologia do “Estado mínimo”, tal projeto desqualifica bens e serviços públicos, a escola pública e o trabalho dos professores, criando uma base necessária para a implantação dessas reformas, utilizando como justificativa o discurso da qualidade (melhores resultados no desempenho escolar, trabalho produtivo e atitudes sociais); eficiência (uso dos recursos da melhor forma e novas opções financeiras) e equidade (participação e atenção aos grupos prioritários) (LEHER, 1998). As reformas educacionais bem como a elaboração dos Planos Nacionais de Educação e até mesmo a LDB são realizadas no bojo dessa estruturação neoliberal no Brasil. Portanto, não ficam alheias aos interesses e as garras do mercado e tendo no governo um mecanismo de facilitador para essa relação entre o público e o privado.

³⁶ Cabe destacar que o Ensino Superior teve a quantidade de matrículas ampliada de modo significativo, sobretudo de 2002 em diante, no entanto, oferecido pelo setor privado com financiamento público. Cf. Favato e Ruiz (2018).

Esse projeto educacional com redução da atuação estatal no setor educacional cujas sementes foram semeadas no governo FHC continuou a se desenvolver no início do novo milênio passando pelos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, mantendo até os presentes dias em desenvolvimento (PESSONI, 2017). Em Goiás, o Pacto Pela Educação é representante dessa política voltada a atender os interesses do mercado, conforme análise que segue no capítulo posterior.

CAPÍTULO 3 – O PACTO PELA EDUCAÇÃO EM GOIÁS NA CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA BURGUESA

Odeio os indiferentes. Como, Friederich Hebbel, acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, os estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão e participante. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes (GRAMSCI, 1976).

3. 1 A educação como mercadoria

Os intelectuais orgânicos do capital em seu atual estágio de acumulação olham para a educação a partir da sua concepção de sociedade baseada no livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Nessa corrente de pensamento a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado resultará em uma sociedade melhor. O modelo elementar das relações humanas nessa sociedade é o empreendimento que expressa o empreendedorismo dos indivíduos, chegando a seu estágio mais avançado na organização de uma empresa (FREITAS, 2018).

Cabe ressaltar que os interesses do mercado são antagônicos aos interesses populares (BORON, 2000). Se podemos compreender democracia, de forma genuína, como um modelo ascendente de organização do poder social (BORON 2000) e, portanto, com as tomadas de decisão realizadas pelos sujeitos constitutivos das classes trabalhadoras, ou seja, a maioria, a lógica do mercado é o contrário disso. Segundo o autor, o mercado obedece a uma lógica descendente: “são os grupos beneficiados por seu funcionamento – principalmente os oligopólios – que têm a capacidade de ‘construí-lo’, controla-lo e modifica-lo à sua imagem e semelhança, e o fazem de cima para baixo” (BORON, 2000, p.22). Na lógica do mercado é necessário compradores e vendedores e estes não são iguais – nem podem ser – porque ao dividir estruturalmente os cidadãos em duas classes fundamentais, “introduz uma distorção radicalmente incompatível com a democracia: a dos vendedores da força de trabalho e a daqueles que pode adquiri-la.” (Id., *ibid.*, p. 22-23).

Considerando esses pressupostos, a fronteira que impõe limites à eficiência do sistema educacional seria o Estado, pois é considerado um mau gestor. Nesse modelo do livre mercado, a educação deve ser encarada como mercadoria, onde os pais portadores de

vouchers distribuídos pelo Estado “escolhem” onde seus filhos irão estudar, considerando a qualidade que as escolas oferecem, a qual é certificada em exames nacionais (FRIEDMAN, 1995 apud FREITAS 2018). Portanto, os pais deixam de serem usuários de um serviço público e passam a condição de clientes de empresas educacionais.

A qualidade da escola nesse tipo de privatização é, portanto, uma mercadoria que está disponível em vários níveis e que pode ser adquirida pelas famílias. Fica a cargo do Estado apenas fornecer os *vouchers*, ou seja, o mínimo para garantir o acesso das crianças e jovens à escola – seja ela qual for (FREITAS, 2018). Se ainda houver escola pública com gestão pública – o que não é preferível nessa concepção de educação – ela se torna mais uma competidora no mercado educacional³⁷ o que deveria melhorar a qualidade educacional pela concorrência, segundo os liberais.

Esse é modelo chamado de reforma empresarial da educação por Freitas (2018), foi aplicado nos Estados Unidos e também no Chile³⁸ com resultados que não refletem melhoria na qualidade da educação e que contribuem para a produção e reprodução de exclusão e desigualdade (FREITAS, 2018). Apesar de grande parte dos estudos de Freitas (2012; 2018) estarem direcionados a compreender o processo de terceirização e privatização da educação nos Estados Unidos, esse cenário já tem mostrado força no Brasil, como alerta o autor, e com um trabalho contínuo dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes, sobretudo, a fração de classe vinculada ao mercado financeiro e a burguesia de serviços.

A preocupação do pesquisador brasileiro com o desmonte da educação no país não é sem precedentes. No estado de São Paulo, foi aprovado no dia quatro de dezembro de 2019, o Projeto de Lei nº 434/2019 que dispõe sobre a criação do programa "Voucher Educação", que oferece vagas para crianças e adolescentes na rede particular de ensino com base em critérios de meritocracia, mediante parceria público-privada. A justificativa apresentada para que o projeto de lei fosse aprovado é ancorada na meritocracia e busca

Diminuir o custo do Estado com educação, uma vez que um aluno na rede pública de ensino custa mais caro comparado com a média de gasto de um aluno na rede privada de ensino; dar suporte de ensino de qualidade aos alunos que demonstrarem

³⁷ Os estudos apontados por Freitas (2018) nos Estados Unidos, onde o modelo de escolas de *vouchers* é aplicado, escancara que as escolas públicas com gestão pública acabam se transformando em “guetos” acolhendo a pobreza extrema e os que não se enquadram nas exigências das escolas de maior qualidade.

³⁸ O movimento da reforma empresarial da educação desenvolveu-se nas últimas décadas em escala mundial, mas pelo menos em dois países planejaram sua educação com base nele e de forma mais extensa – Estados Unidos e Chile – tornando-se locais privilegiados para se encontrar esse fenômeno de maneira mais desenvolvida e, portanto, mais visível em todas as suas formas. A importância de se conhecer o mais desenvolvido está em que, a partir dele, pode-se observar melhor a sua dinâmica, constituição e formas que o caracterizam (PAULO NETTO, 2011).

maior interesse e resultados de rendimento nos estudos; bem como reduzir a quantidade de alunos por sala nas escolas públicas, o que, por conseguinte, aumentará a qualidade do ensino público (SÃO PAULO, 2019, sp.).

Percebe-se que um dos argumentos proferidos no projeto de lei é de que ao se transferir a responsabilidade pela educação de parcela da população para o setor privado consequentemente aumentará a qualidade do ensino público, sinalizando à opinião pública que a lei irá trazer melhorias para a população. Na linha de pensamento liberal o projeto de lei continua argumento que “sistema de “vouchers” para a educação funciona em diversos países que economizam com a educação e entregam excelentes resultados em termos de qualidade, tais como os Estados Unidos e Suíça” (SÃO PAULO, 2019, sp.). Com isso pode-se inferir que não está em jogo um real interesse pela qualidade da educação brasileira e sim o interesse que se tem com a educação enquanto transformada em mercadoria e sua possibilidade de formação profissional para a reprodução e ampliação do capital.

Nessa direção uma condição é estabelecida pelo projeto de lei paulista no que refere ao acesso dos estudantes ao *voucher* e sua possibilidade de estudar em uma escola privada com financiamento público:

Os critérios para a seleção dos alunos contemplados levam em conta a meritocracia, fomentando maior interesse dos alunos nos estudos. Sabemos que os alunos mais interessados passam por grandes dificuldades em encontrar ensino de qualidade nas escolas públicas. Há bons professores, porém, desmotivados ante a falta de valorização da carreira, bagunça em sala de aula, indisciplina de muitos estudantes, entre outros fatores. (SÃO PAULO, 2019, sp.).

Explícito no texto está a condição de acesso ao *voucher* pelo mérito de cada indivíduo. Também tratam os problemas de salas superlotadas e com alunos e alunas de distintas realidades concretas e objetivas como mera “bagunça em sala de aula”, também não considerando as condições de trabalho e desafios do professor em desenvolver seu trabalho nessas condições. Isso transfere para o estudante a responsabilidade pela qualidade de sua educação, uma vez que se ele se esforçar o bastante e alcançar notas que o qualifiquem como apto, em testes estandardizados, poderá, ou não, ter acesso a uma escola de maior qualidade. No Artigo 5º lê-se:

Apenas poderão integrar o programa “Voucher Educação” as crianças e adolescentes formalmente inscritas na rede pública de ensino. §1º - Serão contemplados em ordem preferencial os alunos que estiverem em melhor colocação de desempenho em listas e com base nos critérios mencionados no parágrafo único do artigo 2º desta Lei (SÃO PAULO, 2019, sp.).

Ou seja, nessa concepção, só depende do estudante. Já na prática, alerta Freitas (2012, p. 387) “a rede privada clássica continuará recebendo os alunos com melhores níveis socioeconômicos e não é para lá que os alunos das escolas públicas migrarão”.

Outra parte que aparece na justificativa do projeto de lei e, que vai de encontro ao que Freitas (2018) chamou atenção, é a questão da competição entre as escolas. “Além disso, a adoção de um sistema universal de vouchers, os quais estariam disponíveis aos pais e que poderiam ser utilizados em toda e qualquer escola privada cadastrada no programa, estimulando a concorrência entre as escolas” (SÃO PAULO, 2019, sp.). Ao se estimular a competição entre os alunos e as escolas, não obstante, os professores que nelas trabalham também são estimulados a competirem entre si pela lógica que é inerente ao capitalismo que é a da briga selvagem e acirrada pelo emprego. Com isso cria-se um discurso que os professores da rede pública são de qualidade inferior aos da rede privada, pois, se na rede particular é onde há o melhor ensino, seus professores também são os melhores (SILVA, 2014).

Todavia, para se chegar a esse patamar de privatização do sistema educacional apresentado acima, partindo da realidade concreta atual, são necessários vários caminhos. A opção pelo *voucher* é a ideal aos olhos dos neoliberais, pois insere de maneira imediata a escola na lógica do mercado. Um empecilho para a realização deste formato no Brasil, ainda, é a condição de termos a maioria das escolas inseridas em redes públicas e de gestão pública. Para aumentar a qualidade da escola pública, portanto, a mesma deve ser inserida na lógica de mercado supracitada e, no caso de não poder efetivar-se o sistema de *vouchers* de forma imediata resta desenvolver a privatização por dentro das redes de ensino (FREITAS, 2018).

O procedimento geral mais utilizado consiste em introduzir, em algum grau, os parâmetros de funcionamento das empresas para o interior do serviço público, criando ferramentas de aferição e certificação da qualidade – isso é feito externamente às escolas – dando visibilidade aos resultados obtidos em avaliações e condicionando recursos conforme o alcance de metas que, em tese, referem-se à qualidade.

Para tal, segundo Freitas (2018, p. 34) deve-se estabelecer “um processo de alinhamento das atividades das escolas com os resultados esperados, em uma dinâmica que imite, pelo menos, a lógica de funcionamento empresarial”. Isso demanda acessar informações das escolas para que se possa estabelecer algum grau de pressão sobre cada uma delas. Posta essa dinâmica, as escolas passam a ser acompanhadas e, no caso de não alcançarem as metas ou não reagirem de maneira positiva aos dados apresentados anualmente

pelas avaliações externas³⁹ podem, segundo Freitas (Id. *ibid.*), “1) serem fechadas e seus alunos transferidos para outras escolas públicas mais eficazes; 2) terceirizadas para empresas privadas que operam escolas públicas; ou 3) uma combinação entre terceirização e *vouchers*”.

Estas ações são fundamentais para criar um mercado através da terceirização das escolas públicas como também dar seguimento do projeto de destruição da rede pública de ensino pela transferência dos recursos públicos para empresas privadas que podem ser contratadas para gerir as escolas públicas. Através desses contratos diminuem-se os recursos para as escolas que não estão em gestão privada, pois recursos públicos estão sendo destinados a empresas educacionais em algumas unidades, o que com o decorrer do tempo acaba por precarizarem as condições estruturais e de trabalho das escolas públicas derrubando sua qualidade e justificando sua “incapacidade” de entregar uma educação conforme os anseios da população (FREITAS, 2012). Essa estratégia acaba, paulatinamente, legitimando a continuidade da terceirização das escolas até o passo que os *vouchers* sejam vistos como a melhor e única saída diante a “crise” vivida na educação.

Segundo Gentili (2013), o neoliberalismo ataca a escola pública a partir de uma série de estratégias privatizantes⁴⁰ por intermédio de uma política de descentralização autoritária e, concomitante, mediante “uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias” (Id. *ibid.*, p. 229). Assim, ao passo que constrói o consentimento em torno de seus valores e propostas para a educação, o neoliberalismo pode também realizar com êxito sua a implementação de suas propostas políticas. Boron (2000) na mesma direção da afirmação de Gentili (2013) destaca a relevância do resultado obtido pela ideologia neoliberal ao afirmar que esse modelo de sociabilidade do capital constrói uma concepção de eternização do mesmo e enclausura todo tipo de alternativa superadora, que

³⁹ O resultado do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é o critério mais utilizado para pressionar as escolas no que tange aos seus resultados. O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

⁴⁰ Uma ampla variedade de formas de privatização agride a educação pública com gestão pública. Dentre elas “o serviço de acessórias, privatização dos serviços de apoio, parcerias público-privadas, terceirização das escolas, modalidades de *vouchers*, aquisição de sistemas de ensino e materiais didáticos entre outras” (FREITAS, 2018, p. 44).

quando cogitada ressoa como ilusórias fantasias. A educação com seu potencial e função de formação humana é um terreno privilegiado de construção dessa sociabilidade burguesa.

Quando é possível, através do processo de construção do consentimento, logo, da hegemonia, realizar a internalização dos valores burgueses nas classes trabalhadoras, a reprodução do capital, que é material, se garante também do ponto de vista ideológico. Mészáros (2008) analisando o papel da escola na sociedade capitalista destaca sua importância na manutenção e reprodução do capital, pois

Enquanto a internalização conseguiu fazer o bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

Na mesma direção que Mészáros (2008), argumenta Neves (2005) que sob a hegemonia burguesa, ao formar intelectuais orgânicos em sentido amplo e estrito segundo as ideias, valores e práticas da classe dominante e dirigente⁴¹, a escola torna-se importante instrumento de difusão da pedagogia da hegemonia, ou pedagogia da conservação, e, concomitantemente, em veículo que limita e emperra a construção e a veiculação de uma pedagogia da contra hegemonia.

Dada sua importância compreende-se que as reivindicações elitistas pela educação não são desinteressadas. A burguesia não pode mudar a seu bel-prazer a concepção de mundo da sua época, por mais que queira fazê-lo, e por maior que seja seu aparelho econômico. É necessário, porém, “um processo coletivo inevitável, de proporções elementares” (MÉSZÁROS, 2008, p. 50). Por isso, desvelar a essência que se escamoteia atrás da aparência das políticas voltadas para a educação é fundamental.

A educação, logo, constitui-se em terreno fértil e oportuno para a construção de mundo burguês a sua semelhança e, as lutas de classes e relações de força que são travadas em seu interior e em todos os âmbitos da sociedade, devem, por excelência, buscar a superação do *status quo*, ou seja, uma educação que vá para além do capital (MÉSZÁROS, 2008). Este desafio urge em tempos hodiernos e a contundência necessária nos confrontos de

⁴¹O grupo dominante utiliza-se da força para submeter outros grupos dissidentes pelo controle da hegemonia, que por sua vez nunca é total. O grupo dirigente utiliza o convencimento e o consenso. Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente desde antes da conquista do poder governamental (é uma das condições principais para a própria conquista do poder). Depois, quando exerce o poder, e mesmo se o detém com firmeza, torna-se dominante, mas deve continuar a ser dirigente (PORTELLI, 1977).

classe não deve ser menor do que as investidas do capital sobre a educação. Tais investidas se expressam, além do demonstrado até aqui, no estado de Goiás, através do Pacto pela Educação lançado em 2011 como política educacional incumbida de efetivar na educação goiana a pedagogia da hegemonia burguesa, pautada nos valores neoliberais sob a égide do capitalismo da terceira via.

3.2 O Pacto pela Educação em Goiás

Dentro do processo de internacionalização das políticas, impulsionadas pelo processo de Globalização, foram efetivadas na Europa, nos Estados Unidos e nos países da América Latina reformas educativas visando ajustar a educação ao ideário neoliberal. Conforme mencionado anteriormente o movimento de reformas do Estado brasileiro como também o da educação incidiram no Brasil no período pós 1990.

Em 2011 no Estado de Goiás tomou posse para o exercício de seu terceiro mandato como governador, Marconi Ferreira Perillo Junior, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) para o exercício de 2011-2014. Na composição do secretariado, foi escolhido pelo governador para assumir a Secretaria de Estado da Educação, o economista Thiago de Mello Peixoto da Silveira, que na ocasião havia sido eleito para deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), logo após o convite filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD).

Thiago Peixoto é economista e empresário, à época ocupou-se com a direção adjunta da ACIEG – Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás –, também foi integrante da equipe de comunicação da campanha majoritária do PMDB em 2002 (Maguito Vilela e Iris Rezende). Pós-graduado pela universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, em seus artigos publicados nos jornais entre 2005-2010 alegava que muito teria a contribuir para a educação de Goiás, apostando na competência e seriedade como elementos fundamentais para uma boa gestão da vida pública. Também dizia-se entusiasta da participação e do maior envolvimento das pessoas nas decisões governamentais o que para ele traria o amadurecimento das instituições democráticas. No entanto, esse discurso ficou apenas nos jornais, como veremos a seguir (MOURA, 2016).

Peixoto, que se autodenomina um “ativista educacional”, propõe em seus escritos, um caminho a seguir que vai ao encontro, por exemplo, de experiências internacionais, entre as quais se destaca a reforma de Nova York, que valoriza a gestão eficiente e a adoção da meritocracia na escola, apresentadas como uma iniciativa que obteve sucesso

internacionalmente e que começava a ser adotada no Brasil. A partir da coletânea de artigos publicados por Peixoto no período 2005-2010, podem ser constatadas concepções de educação que se vinculam, dentre outras, ao crescimento e desenvolvimento econômico, ao capital humano e também ao capital social⁴². Para Peixoto (2010) os diagnósticos educacionais deveriam seguir os paradigmas estandardizados, pois, orientam o acompanhamento pedagógico com mais eficácia. Também não abre mão do estabelecimento de metas com foco nos resultados e na aprendizagem e de estabelecer critérios para o que chamou de valorização do professor, com o pagamento de bônus/prêmio mediante metas alcançadas.

Apresentado dentro do contexto de transformações neoliberais que chegavam aos estados brasileiros, em setembro de 2011, foi lançado, portanto, o documento Pacto Pela Educação. Tido como uma ampla reforma no ensino público do Estado ganhou destaque nos principais veículos de comunicação, por dar o pontapé em um novo período da educação goiana segundo seus idealizadores. Seu principal intelectual orgânico, o secretário de educação Thiago Peixoto, para justificar a implementação da reforma educacional apoiou-se no diagnóstico levantado pela Secretaria de Educação de Goiás, onde foram apresentadas deficiências do setor. Dentre elas, o baixo desempenho dos alunos no IDEB, considerado pelo secretário como o mais importante indicador de qualidade de ensino-aprendizagem no Brasil e que se encontrava em sucessivas quedas a cada ano – 2005, 2007 e 2009 – no estado de Goiás (GOIÁS, 2011a). Sendo assim, o discurso do governo foi que urgia uma reestruturação do sistema educacional que combatesse os altos índices de evasão escolar dos estudantes da educação básica.

Uma matéria veiculada na página da Secretaria da Educação na internet noticiou o fato sob o seguinte título: “Governo de Goiás anuncia o Pacto Pela Educação nesta segunda-feira, dia 5. O secretário Thiago Peixoto irá divulgar (as) diretrizes da reforma educacional”. Segundo a matéria o objetivo da reforma é “melhorar a pontuação das escolas goianas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)” fazendo com que o “Estado de Goiás torne-se referência em educação para todo o país”. Para isso o Estado, assumiria naquele momento um “compromisso público em promover um grande salto e qualidade na educação em Goiás” e também “reforça a necessidade de toda a população trabalhar em prol deste grande projeto”, por isso, representantes de diversos setores da sociedade civil organizada participarão deste importante anúncio. E assim prosseguiu-se a audiência pública para a

⁴² Para uma crítica a teoria do Capital Humano, consultar Frigotto (2010). Para uma crítica sobre a teoria do capital social, consultar Motta (2012).

discussão da reforma que seria implementada em Goiás. (GOIÁS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NOTÍCIAS DA EDUCAÇÃO/04-09-2011).

O intuito da notícia vinculada ao site da Assembleia Legislativa de Goiás foi de transmitir aos profissionais da educação e à sociedade que as mudanças na educação seriam fruto de uma construção coletiva, o que, de fato, não ocorreu (SILVA, 2014). Como bem destacou Gramsci (2000a), através da imprensa, parte mais dinâmica da estrutura ideológica das classes dominantes, a construção de uma opinião pública favorável às mudanças de governo são construídas visando a desarticulação da organização das classes trabalhadoras e por consequência mitigar os conflitos e confrontos de classe. Continuando nessa estratégia, para preparar o cenário político e justificar a reforma que viria logo em seguida, a SEDUC/GO deu início à instalação de placas na porta das escolas estaduais, com a nota alcançada por cada unidade de ensino no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Segundo o Secretário de Educação, Goiás seria o primeiro estado a adotar a iniciativa que visava “promover o engajamento da comunidade escolar em prol da melhoria da qualidade do ensino, por isso a necessidade de dar maior publicidade a este importante índice que afere a qualidade da Educação em todo país e que não é plenamente conhecido pela população, principalmente por pais e alunos” (GOIÁS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NOTÍCIAS DA EDUCAÇÃO/17-08-2011).

Com as placas exibindo as notas que cada escola alcançou no IDEB continua-se com o projeto de construção da imagem do Estado como mau gestor (GENTILI, 2013), típico do neoliberalismo. Ações como essa buscam construir uma ideia de que as escolas por si próprias e inseridas nas políticas educacionais do momento estariam fadadas a repetir os resultados exibidos nas placas e as ações do governo para efetivar mudanças na educação seriam legítimas, pois estariam buscando conduzir a educação goiana para patamares de melhor qualidade (SILVA, 2014).

Assim, com a multinacional *Bain&Company*⁴³ a Secretaria de Educação de Goiás firmou parceria para a formulação da reforma educacional goiana. O nome escolhido foi “*Pacto pela Educação - Um Futuro Melhor Exige Mudanças*”. O Pacto pela Educação propõe uma série de mudanças ambiciosas na educação goiana, por meio da implementação das diretrizes, metas e ações de grande repercussão, organizadas em torno de cinco eixos: valorizar e fortalecer o profissional da educação; adotar práticas de ensino de alto impacto no

⁴³Bain&Company é uma empresa Norte-Americana fundada em 1973, presta assessoria empresarial, com 52 escritórios espalhados em 34 Países. No Brasil, a Empresa possui escritório em São Paulo (aberto em 1997) e no Rio de Janeiro (inaugurado em 2011). A Empresa é especializada em prestar serviço de assessoramento em gestão empresarial. Parte da premissa de que escolas e empresas têm muito mais em comum do que aparentam.

aprendizado do aluno; reduzir significativamente a desigualdade educacional; estruturar sistema de reconhecimento e remuneração por mérito; realizar profunda reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino. Estes eixos desdobram-se em 10 (dez) metas gerais e 25 (vinte e cinco) iniciativas, a saber.

Quadro 01: Pilares estratégicos e as metas gerais do Pacto Pela Educação em Goiás.

Os Pilares Estratégicos e suas respectivas Metas Gerais	
Pilar Estratégico	Metas Gerais
1. Valorizar e fortalecer o profissional da Educação	1. Remuneração compatível com profissões mais valorizadas no mercado de trabalho 2. Oportunidade de capacitação de alto nível a todos os servidores
2. Adotar práticas de ensino de alto impacto na aprendizagem	3. Toda criança plenamente alfabetizada até os 7 anos* 4. Proficiência adequada dos alunos nas provas padronizada
3. Reduzir significativamente a desigualdade educacional	5. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série* 6. Todo jovem com ensino médio concluído até os 19 anos* 7. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola*
4. Estruturar sistema de reconhecimento e remuneração por mérito - "Programa Reconhecer"	8. Servidores com avaliação e remuneração condicionada a critérios técnicos
5. Realizar profunda reforma da gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino	9. Investimento ampliado e bem gerido* 10. Padrões mínimos de infraestrutura*

Fonte: Pacto Pela Educação (GOIÁS, 2011a, p. 7)

Observa-se que entre as metas da reforma educacional as de número 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10 também constam entre as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (2014-2024), instituído pela lei 13.005/2014 e como também no Plano Estadual de Educação - PEE 2008/2017, Lei Complementar Nº. 062/2008. A importância do PEE é fundamental para manutenção de uma educação pública gratuita e de qualidade (MOURA, 2016), pois

é o documento definidor da política educacional do Estado de Goiás para os próximos dez anos. Ele, a partir do diagnóstico da situação educacional de Goiás, neste início de século, estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização dos profissionais da Educação e para o financiamento, a gestão e a avaliação da Educação (GOIÁS, 2008, p. 9).

O Plano Estadual de Educação também menciona dez objetivos, a saber

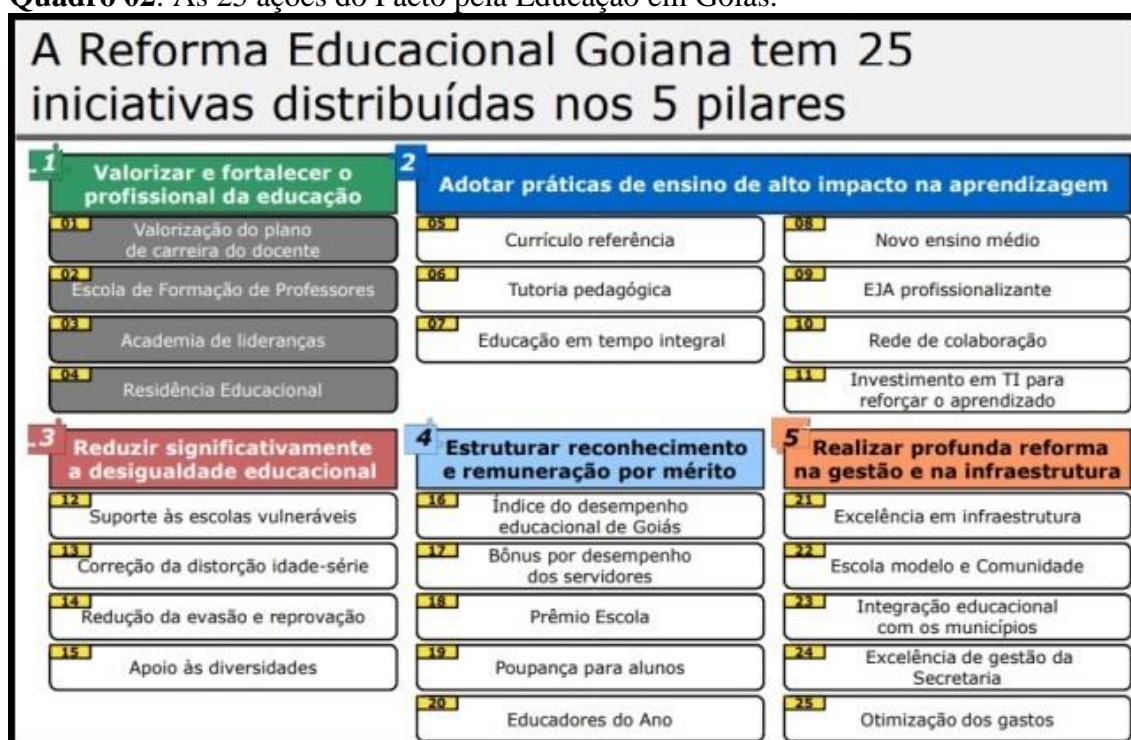
1. erradicar o analfabetismo; 2. aumentar o nível de escolaridade da população; 3. universalizar a educação básica; 4. implantar, gradativamente, a jornada de tempo integral, com três refeições diárias; 5. garantir o fornecimento de merenda escolar para o ensino médio; 6. Assegurar o fornecimento do livro didático para a educação

básica; 7. garantir padrões mínimos de infraestrutura e qualidade para todos; 8. valorizar e qualificar os profissionais da educação, inclusive com implantação de planos de carreira próprios em todos os municípios; 9. garantir efetiva gestão democrática em todos os níveis e modalidades educacionais; 10. manter, em parceria com a União e Municípios, os programas sociais de renda mínima (*Idem*, p. 16).

O PEE possui abrangência a todos os níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior) e nas diversas modalidades (Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Tecnológica e Formação Profissional; Educação Especial; Educação Indígena; Educação do/no Campo e Educação Quilombola). Para cada um dos níveis e modalidades, apresenta-se uma argumentação com fundamentos legais denominada Diagnóstico e Diretrizes, seguidos pelos objetivos e metas correspondentes. Como o Plano Estadual possui sintonia com as políticas nacionais, o PEE sofreu adequações no que diz respeito às metas, conforme o PNE 2014/2024, estabelecido pela Lei nº 13.005/2014.

Os poderes legislativo e judiciário desempenham “a tarefa de velar pelo fiel cumprimento das metas estabelecidas, responsabilizando, nos termos constitucionais e legais, o governante que deixar de implementá-las” (GOIÁS, 2008, p. 15). Como uma das questões que se referem à valorização dos profissionais da educação, o PEE destaca a importância das condições de trabalho, da remuneração digna, da formação permanente e do estabelecimento de planos de carreira. No entanto, segundo o texto, “O caminho a ser percorrido ainda é longo e árduo, sobretudo no que diz respeito às condições de trabalho, à remuneração, à formação, à democratização das relações de trabalho e à recuperação do entusiasmo, da confiança e da dedicação profissionais” (*Idem*, p. 68).

Diante o estabelecido na lei no que concerne a valorização profissional é necessário que sejam questionadas as concepções contidas no Pacto pela Educação. Por isso, é imprescindível além de conhecer seus pilares e metas tomar conhecimento também de suas ações, pois através delas buscar-se-á contemplar o que foi estabelecido enquanto objetivo da reforma. Conforme o documento pode ver.

Quadro 02: As 25 ações do Pacto pela Educação em Goiás.

Fonte: Pacto Pela Educação (GOIÁS, 2011a, p. 9)

Percebe-se que a ligação da escola com a empresa parece cada vez mais estreita. Os termos atribuídos às ações são típicos e corriqueiramente usados no mundo empresarial, tais como: academia de lideranças; excelência de gestão e otimização dos gastos. Essa assimetria não aconteceu no vácuo. É fundamental apontar que para a sua elaboração o Pacto Pela Educação contou com o financiamento da empresa Movimento Brasil Competitivo (MBC)⁴⁴ conforme descrito no site da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás:

O Pacto Pela Educação é financiado pelo Movimento Brasil Competitivo, entidade composta por empresas privadas que financiam projetos governamentais e particulares sobre modelos de gestão. O projeto apresenta as diretrizes e metas do governo para a reforma educacional. (GOIÁS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NOTÍCIAS DA EDUCAÇÃO/04-09-2011).

A partir das parcerias estabelecidas pelo governo estadual pode-se compreender que a concepção de educação que se tem é de que a educação deve servir aos interesses dos grandes conglomerados econômicos e do capital financeiro. Afirmamos isso, pois, se os patrocinadores da reforma educacional compõem um grupo reunido em torno do MBC onde

⁴⁴ O Movimento Brasil Competitivo (MBC) foi criado em 2001 pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter. Atua como um grande agente mobilizador entre os diferentes segmentos e setores do país na busca pela excelência em gestão e melhoria da competitividade brasileira. Disponível em <http://www.mbc.org.br/mbc/novo/index.php?option=conteudo&Itemid=20&Itemid=20>

constam empresas como Banco Itaú, Fiat, Facebook, Grupo Farma Brasil, Gerdau, Google, Grupo Globo, Huawei, Microsoft, Motorola, Renner, Seguros Unimed, Sicoob Credicom, e outros, e seu fundador é dono de um dos maiores conglomerados siderúrgicos do mundo, não resta-nos alternativa a não ser perceber que a educação está sendo alçada a mercadoria pelo governo estadual, mesmo que no discurso oficial isso não esteja em evidência. Também é destacado até aos olhares mais aligeirados que pesquisadores da área educacional com vasta produção científica foram excluídos da elaboração dessa reforma. O então Secretário de Educação ao ser questionado sobre essa ausência respondeu

Tínhamos de apresentar as propostas. No nosso cronograma, agora começa o processo de discussão, como já falei, vamos percorrer todas as subsecretarias do Estado, conversando com os professores, com pais de alunos, vamos conversar com todo mundo, colhendo sugestões e ouvindo críticas. A validação do plano começa agora. Nesta segunda-feira estaremos em Catalão numa grande audiência pública para discutir o plano, na quinta-feira estaremos em Rio Verde e Jataí, no sábado vamos à Inhumas e Itaberaí, e por aí em diante. Vamos ouvir todos. Repito, esse plano só tem sentido se for validado pela sociedade e em especial pela comunidade escolar. São cem dias para discutir isso da forma mais ampla e democrática, ouvindo críticas e sugestões e fechando esse caminho. Isso são os pilares e agora eles terão acesso a tudo, vão poder sugerir o que acharem conveniente. Mas para que a discussão não fosse eterna, tínhamos de ir com os pilares definidos, foi o que fizemos. Se não fosse assim ficaríamos discutindo um plano durante quatro anos (SILVEIRA, apud BEZERRA 2017, p. 70).

Na entrevista fica clara a falta de democratização na construção da reforma, o que a torna autoritária, evidenciando a falta de diálogo do governo com a classe trabalhadora, pois, não expandiu-se o debate sobre as ações necessárias para a melhoria da educação com os professores e demais profissionais que vivem do fazer educação cotidianamente.

Como vimos no outro capítulo o regime de acumulação neoliberal não foi implementado de maneira democrática⁴⁵, ou seja, sem a vontade e soberania popular, o que se sobressaiu, de fato, foi a vontade do capital, portanto, foi de modo violento imposto pelo alto e em consonância com os interesses do mercado. Segundo Libâneo (2011, p. 1), desse modo, o documento oficial do Pacto pela Educação evidencia seu caráter neoliberal. Ressalta o autor que

No seu conjunto, as Diretrizes do governo goiano para a educação são uma reprodução clara da visão neoliberal economicista da educação que, basicamente, corresponde a uma política de resultados, com base na melhoria de indicadores quantitativos de eficiência do sistema escolar. Tal como já ocorreu em projetos semelhantes de reforma educativa nos estados de Minas Gerais e São Paulo nas

⁴⁵ Em países como o Chile o neoliberalismo, enquanto política econômica, foi implementado após um golpe de Estado de caráter militar (HARVEY, 2008; ANDERSON, 1995).

últimas décadas (além de países da América Latina, como o Chile), trata-se de juntar a demanda da qualidade da educação com eficiência econômica, dentro de padrões empresariais de funcionamento, visando objetivos pragmáticos e instrumentais.

O referido autor faz suas interpretações tendo como exemplo as políticas já implantadas em outros países da América Latina e em outros estados brasileiros, cujo parâmetro é voltado para os ditames empresariais de funcionamento, ou seja, do mercado. O momento histórico de políticas voltadas para essa concepção não é inédito em Goiás, pelo contrário, direcionados pelas exigências de educação para a periferia do capitalismo impostas pelos organismos internacionais, em outros estados⁴⁶ já se encontram projetos de teor semelhante sendo desenvolvidos (PESSONI, 2017).

Araújo (2014) em sua pesquisa de mestrado revelou que no ano de 2012 cinco regiões do país já haviam colocado em vigência reformas com elementos ideológicos iguais as de Goiás⁴⁷. Isso demonstra que o projeto nacional de privatização e terceirização da educação bem como o desmonte de sua concepção enquanto direito passa por uma ampla e significativa etapa de concretização.

No entanto, voltemo-nos ao Pacto pela Educação em seus pilares. O primeiro intitulado “*Valorizar e fortalecer o profissional da educação*”. Inserido no primeiro pilar, a primeira ação “*Valorização do plano de carreira do docente*” possui objetivo de “tornar a carreira do professor como uma das mais atrativas do estado (pagar o piso salarial nacional e aumentar o salário de entrada)” (GOIÁS, 2011a, p. 11). A concepção de valorização docente explícita no documento está diretamente ligada ao pagamento de valor pecuniário mediante alcance de metas impostas pela Secretaria de Educação Estadual. Outra incidência em termos de valorização profissional explícitas no documento da reforma é em relação à remuneração dos professores compatível com as profissões mais valorizadas no mercado, porém não cita quais são essas profissões referências, deixando uma lacuna tanto no entendimento da meta, quanto na sua execução. Todavia, estudos recentes apontam que professores afetados diretamente pela reforma e, portanto, se encontram envolvidos na questão da “valorização” mediante pagamento semestral com caráter de prêmio/bônus não veem nela, de fato, mecanismo de reconhecimento profissional (SILVA, 2014).

⁴⁶ Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

⁴⁷ Naquela ocasião verificou-se que onze secretarias estaduais haviam aderido às políticas como as do Pacto pela Educação em elementos que giravam em torno da meritocracia, da responsabilização e da bonificação/premiação por desempenho. Dentre elas as dos estados do Acre, Tocantins, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

O Programa Reconhecer, quarto pilar da reforma educacional está diretamente ligado ao primeiro pilar. Ele institui mecanismos de controle e fiscalização do professor para que ele seja recompensado com o bônus/prêmio. Os critérios para o recebimento são:

1. Assiduidade: presença em sala de aula, conforme quadro de horário acordado previamente na unidade educacional;
2. Plano de Aula: entrega do planejamento de aulas ao coordenador pedagógico da escola a cada 2 semanas, até o 1º dia útil do período em que as aulas planejadas vão ocorrer, de acordo com o Modelo Padrão divulgado pela Superintendência de Inteligência Pedagógica e Formação (GOIÁS, 2013, p. 4).

Segundo a cartilha do Programa Reconhecer uma aula será considerada ministrada somente se seu planejamento tiver sido entregue e tendo os critérios 1 e 2 acompanhados de maneira concomitante para a validação do bônus. Os professores podem receber o bônus mesmo com um percentual mínimo de faltas conforme mostra o quadro abaixo

Quadro 03: Percentual de faltas para aferição do bônus do Programa Reconhecer.

PERCENTUAL (%) DO BÔNUS	PERCENTUAL DE FALTAS
100%	Até 1%
85%	De 1,01% a 2%
70%	De 2,01% a 3%
55%	De 3,01% a 4%
40%	De 4,01% a 5%
Não receberá o bônus	Mais de 5%

Fonte: Programa Reconhecer (GOIÁS, 2013, p. 4).

O mecanismo de controle das faltas dos professores também é estabelecido pela cartilha, que diz: “Todo professor regente deverá acompanhar, no quadro de frequência afixado no mural da escola, o lançamento diário das aulas programadas e ministradas e a indicação da entrega dos planos de aula” (GOIÁS, 2013, p. 4). O lançamento de suas aulas ministradas conforme o planejamento deve ser feito pela coordenação pedagógica, que “para isso, a cada 2 semanas, o relatório do período deverá ser impresso pelo grupo gestor e afixado ao lado da frequência social” (Id., *ibid.*). É importante também destacar que complementar a exposição do controle sobre sua jornada pelo coordenador pedagógico e o grupo gestor habitualmente feito na sala dos professores de cada unidade escolar, como previsto na Lei n.17.735/2012, foram criados alguns “instrumentos de controle social” dos funcionários da escola, que são afixados em locais de acesso ao público, como o quadro de frequência do

período – diariamente atualizado com o número de aulas programadas e ministradas de cada professor e a presença ou ausência de cada coordenador pedagógico – exposto no mural da escola e o cronograma semanal de aulas colocado na entrada de cada sala de aula, com os horários das disciplinas e os nomes dos respectivos professores (SILVA, 2014).

O modo como é feito o controle da frequência dos professores, expondo-os a todos os colegas e a comunidade escolar em geral, também é entendido como forma de regulação social e controle de sua autonomia (SILVA, 2014). Embora a educação escolar seja uma atividade altamente colaborativa e que, portanto, depende das relações interpessoais e profissionais para sua boa realização, o modo imposto pela Secretaria de Educação para estabelecer controle sob os professores modifica as relações entre eles criando um clima de competição e fiscalização constante. Esse mecanismo de fiscalização, já destacado por Freitas (2012), resulta também para que a contribuição entre os professores seja desarticulada o que traz como consequência um processo de desarticulação de classe e a desconstrução da consciência de classe entre os que vivem da educação cotidianamente.

Como forma de tentar fugir dessa constante fiscalização e da punição imposta pela Secretaria de Educação que é o não pagamento do bônus aos professores e, diante as condições concretas e objetivas que enfrentam os trabalhadores da educação cotidianamente no exercício de suas funções, surgem dentro das escolas movimentos de ajuda mútua entre o grupo gestor e os docentes. Um dos mecanismos utilizados é ocultação de faltas no lançamento do Programa Reconhecer com a colaboração entre professores para suprirem a ausência de um colega que está afastado do trabalho e não deixando seu ponto ser cortado. Para isso recorre-se a “subidas de aula” efetuadas por um professor que se ocupa de duas turmas ao mesmo tempo (a sua turma e a do colega que está faltando) (SILVA, 2014). O resultado disso é que ao não informarem a Secretaria de Educação que um professor está faltando em determinado dia, o número de faltas nas unidades escolares investigadas por Silva (2014) não caiu na prática (apesar de nos documentos constar assiduidade para os professores) o que leva a mudanças na rotina da escola, como a liberação de alunos antes do horário previsto, pois tiveram aula adiantada (subida de aula) por outro professor e, não obstante, problemas na relação de ensino e aprendizagem. De um modo, cria um clima organizacional de confiança entre os trabalhadores do colégio, pois entendem a gestão como defensora dos seus direitos junto à Secretaria de Educação, mas em contrapartida não resolve o problema e coloca em risco a gestão e os professores porque incorrem em fraude da frequência.

O governo estadual, no entanto, apresenta os dados oficiais onde apontam que com a implementação do Programa Reconhecer houve uma queda significativa no quadro de faltas

dos professores da rede estadual de ensino, o que teria influenciado na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos, comprovada através do IDEB, no qual Goiás deixou a 16ª posição nacional em 2009 para atingir o 5º lugar em 2011. (CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS, 2012, p. 129).

Sem dúvida a maior frequência dos professores ao trabalho é fator positivo e acaba por impactar no ensino e aprendizagem dos seus alunos. No entanto, a pesquisa de Silva (2014) nos traz elementos para analisar esses dados exibidos pela Controladoria Geral do Estado de Goiás. A pesquisadora obteve dados relevantes conseguidos através de entrevistas realizadas em três escolas da rede estadual de educação sobre o cotidiano dos professores para atenderem as metas fixadas pelo Programa Reconhecer. O relato da professora de Ciências do Colégio Estadual Noemy M. Silveira, em 2013, citado por Silva (2014, p. 203) nos mostra a percepção da professora sobre o Programa Reconhecer. Para ela

O Reconhecer virou um castigo, pra você ganhar, você tem que ser castigado. Eu vou desistir porque eu não estou dando conta. Eu ganhei dois anos seguidos, mas nem no médico eu fui durante esses dois anos, você acredita, em nenhum médico durante esses dois anos. Primeiro eu estou com LER, eu tenho que ir num ortopedista, ele atende só pela manhã, não encontrei nenhum pelo Ipasgo que atende a tarde, ou em outro horário que eu posso ir, pra ganhar o reconhecer eu não posso trazer atestado. Simplesmente você tem que estar aqui todos os dias, e isso aí eu acho que precisa ser revisto, porque tem casos e casos, eu acho que se você tem atestado, você tem direitos, você precisa ir ao médico, tem dia que meu braço dói a noite todinha, é uma dor fina, parecendo que tem agulhas e aí desce e eu nunca fui num ortopedista.

O relato da professora vai em direção ao que Freitas (2012) vem questionando através das experiências já obtidas por esse modelo de educação pautada na responsabilização, na meritocracia e na privatização. Nos Estados Unidos esse modelo logrou resultados insatisfatórios, chegando a ser considerada a década de sua implantação, como década perdida (FREITAS, 2012). O trabalho cada vez mais monitorado, portanto coagido, e intensificado é uma característica das políticas públicas neoliberais voltadas para países periféricos no mundo capitalista (ANTUNES, 2009) e a escola não está isenta dessa condição. O adoecimento dos profissionais da educação⁴⁸ tem sido tema abordado continuamente pelos centros de pesquisas e com resultados alarmantes, que, pelo que vemos não são considerados em reformas desse porte. Outra entrevista concedida à Silva (2014, p. 2003) pela, até então, coordenadora pedagógica do Colégio Estadual Cecília Meireles, comprova os elementos

⁴⁸C.f. Tostes et al. (2018).

controladores utilizados pelo Programa Reconhecer enquanto parte de um instrumento elaborado para pressionar os docentes. Segundo a coordenadora

É muita pressão em cima dos professores, não podem faltar, são coisas absurdas, tinha uma professora que estava passando mal, mas estava muito ruim mesmo, e o grupo gestor viu que a professora estava passando mal, ia ao banheiro várias vezes, e chegou a vomitar no corredor, estava pálida, com sensação de fraqueza, estava muito ruim, uma pessoa do grupo gestor levou a professora pra casa e viu que não estava bem, ela ligou pro filho levar ela no médico, **e quando chegou, cortou-se o ponto da professora,** e aquilo me doeu profundamente, gente viu o estado da professora: “não porque pro Reconhecer tem que constar tudo”, quantos anos que essa professora estava lá trabalhando, acontece uma coisa dessa. **Então não tem flexibilidade,** tudo a ferro e fogo: “porque não pode faltar professor na sala de aula, pra você alcançar a qualidade”, isso não prova nada não, **o fato do professor estar lá todos os dias não faltar nenhum dia, não prova qualidade.** (Grifos nossos).

O relato da coordenadora é impactante. Além da pressão recebida pela referida professora após horas de trabalho, em situação física de adoecimento, seu ponto foi cortado. Tudo que teve que suportar a professora estando doente para não perder seu “prêmio” por assiduidade de nada valeu. Os professores que estavam ocupando os cargos de gestão do colégio⁴⁹ cortaram-lhe o ponto do dia segundo o relato. Os critérios embutidos no sistema de bonificação pautados no individualismo, na competição e no controle, que deveria funcionar como um incentivo financeiro, são percebidos pelos docentes como uma forma de oprimir, punir e fiscalizar seu trabalho. Por isso, boa parte dos professores entrevistados por Silva (2014) declarou não se sentirem valorizados.

Além disso, o pagamento de bônus não substitui o direito ao piso salarial e à gratificação de titularidade, suprimidos no referido programa de governo (SILVA, 2014). Some-se a isso o fato de que o governo de Goiás por meio de uma manobra contábil – estratégia utilizada pela sociedade política para impor mudanças de modo autoritário à sociedade civil - incorporou as gratificações dos professores por titularidade ao salário base, ou seja, as verbas destinadas ao pagamento das gratificações foram usadas para pagar o piso nacional, o que provocou as alterações no plano de carreira docente com a aprovação da Lei Nº 17.508, de 22 de dezembro de 2011, na Assembléia Legislativa⁵⁰ (SILVA, 2014). Com a mudança no plano da carreira do magistério, por força da nova Lei, houve a princípio, a

⁴⁹ É importante ressaltar que coordenadores e diretores de escolas estaduais são professores que estão em cargos de gestão cumprindo um mandato, geralmente de dois anos, que lhes foram garantidos via eleições escolares, um dos princípios estabelecidos tanto na Constituição de 1988 como na Lei nº 9.394/96 (LDB). Findado seu mandato eles devem retornar à sala de aula para o exercício de sua função para a qual foi selecionado em seu concurso público, que é a de professor. Há casos excepcionais onde por problemas nas eleições ou em casos de afastamento dos gestores são interventores que assumem as funções de gestão, também de maneira temporária.

⁵⁰ http://www.gabinetecivil.go.gov.br/leis_ordinarias/2011/lei_17508.htm

redução no percentual de gratificações *strictu e Lato sensu*, conforme foi mencionado no documento *Educação - É assim que transformamos hoje o futuro de milhares de crianças e jovens. Piso Salarial e avaliação de desempenho dos professores* (GOIÁS, 2011b).

As mudanças estabelecidas pelo Pacto pela Educação e, alteradas pela legislação que foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, culminou em uma greve dos professores seis meses depois. A relação da greve com a aprovação da Lei 17.508 de 2011 foi noticiada pela UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas– através de seu blog

Deflagrada dia 6 de fevereiro de 2012, a greve foi impulsionada após a aprovação da lei 17.508/11, elaborada pelo governador Marconi Perillo e o secretário estadual de Educação, Thiago Peixoto, que achatou a carreira dos profissionais da Educação e desrespeitou os direitos da categoria. Alegando que estaria pagando o piso salarial, a Secretaria Estadual de Educação acabou com as gratificações de titularidade, incorporando-as ao vencimento dos educadores³⁸ (UBES, 2012).

Diante esse confronto de classes mediante a deflagração de greve dos professores, se mantiveram os percentuais de 40% para mestres e de 50% para os doutores, passando a integrar o contracheque dos servidores com o nome de “Gratificação de Formação Avançada”. Porém, uma das maiores reivindicações da classe não foi atendida: a volta da titularidade adquirida com os cursos *Lato Sensu*⁵¹.

Enquanto estratégia política diante os confrontos de classe travados pela classe trabalhadora dos profissionais da educação pública e por aqueles que defendiam o vilipêndio da valorização profissional e do plano de carreira dos professores, o que foi possível manter dos acréscimos salariais foi os percentuais aos professores que possuem mestrado e doutorado. Utilizando como estratégia da sociedade política a prorrogação das pautas reivindicadas pela classe trabalhadora deixando-as no aguardo enquanto ocorre o arrefecimento e desmobilização daqueles que lutam pelos seus direitos, pode-se dizer que o governo saiu vencedor desse embate, pois, até os presentes dias a titularidade continua como horizonte de reconquistas para os professores da rede pública estadual. Santos e Queiroz (2019) argumentam que não é novo esse método de deixar no aguardo projetos de políticas públicas esperando que no momento mais oportuno seja aprovada uma legislação conforme os interesses daqueles que estão na condição de governo, portanto, das classes dirigentes e dominantes. Os autores destacam que na aprovação da Lei 9.394/96 que tramitou por mais de 8 anos nas casas legislativas também recorreu-se a essa estratégia, a da espera e do cansaço para a desmobilização. Naquela ocasião, destacam os autores “o grupo político ao se impor,

⁵¹ 30% de gratificação com Especialização *Lato Sensu* de no mínimo 360 horas.

estabeleceu a hegemonia política e conseqüentemente um modelo de educação em consonância com os preceitos neoliberais” (SANTOS e QUEIROZ, 2019, p. 249).

Mesmo com o pagamento de bônus aos profissionais da educação mediante critérios meritocráticos o objetivo da reforma educacional de transformar a carreira docente em uma das mais atrativas ainda não logrou êxito e parece estar distante de conseguir tal feito. Em 2019 foi divulgada uma matéria sobre a atual situação dos professores no Estado de Goiás no que concerne ao interesse dos jovens em ingressarem na profissão. Com o título “*Goiás fica sob risco de ‘apagão’ de professores*”, tendo como fonte o Censo da Educação Superior, a notícia traz logo em suas primeiras linhas os seguintes dados

O número de universitários concluintes em curso de ensino superior de licenciatura de Goiás caiu 19,1% em cinco anos, quando se compara dos dados de 2013 e 2018. A queda foi acima da média nacional, de menos de 5%. Em contrapartida, o número de estudantes concluintes de cursos de ensino superior no geral aumentou 12,7% em Goiás e 9,3% no Brasil, no mesmo período de tempo. (JORNAL O POPULAR, 2019, s/p).

Percebe-se que outras profissões entendidas como mais “nobres” conseguem atrair mais pessoas do que a docência. A notícia alega que outras profissões como engenharia, medicina, agronomia, o campo do direito dentre outras “supostamente oferecem maior remuneração profissional” e que isso cria “um cenário de incertezas para a Educação” (JORNAL O POPULAR, 2019, s/p). O termo “supostamente” aparece de maneira a confundir o leitor, dando a entender que a educação, não se sabe ao certo, mas, pode remunerar pior seus profissionais. O que é contradito e reconhecido pela legislação vigente no país expressa no Plano Nacional de Educação e no Plano Estadual de Educação que possuem metas que estabelecem equiparar os salários dos professores aos de profissionais de outros setores.

Outro resultado que aponta para o fracasso do Pacto pela Educação enquanto reforma capaz de atrair mais professores para o campo da docência em função de colocar a profissão entre as mais valorizadas do estado – o que consta em seu primeiro pilar – aparece logo a seguir no texto jornalístico.

Goiás teve uma porcentagem de aumento de estudantes formandos no ensino superior (12,7%) próximo à de Estados como Paraná (9,3%) e São Paulo (11,8%). **Em contrapartida, está entre os dez que mais tiveram queda no número de formandos em cursos superiores de licenciatura (19,1%)**

A licenciatura de História em Goiás teve 401 estudantes concluintes em 2013 e caiu para 300 formandos no ano passado (2018), **uma queda de 25%**. (JORNAL O POPULAR, 2019, s/p) (Grifo nosso).

Se a reforma educacional colocada em funcionamento no Estado de Goiás que, no discurso, prima por alçar a educação e seus profissionais a situações de configurar-se entre as profissões mais valorizadas, não tem obtido resultados e, tão pouco o governo tem se ocupado em propor mudanças no Pacto pela Educação no sentido de rever suas ações, pode-se compreender que o que foi proposto em 2011 pelo governo estadual é de cunho ideológico, puramente, pois, na prática não se efetivou como também está distante e sem empenho de se efetivar.

Pode-se analisar que, a construção de uma opinião pública, como feito na mídia pelo Secretário de Educação nos anos que antecederam o lançamento do Pacto pela Educação tem objetivos claros que estão estreitamente ligados à construção hegemônica, criando, dessa maneira, o elã entre o consenso e o uso da força (COUTINHO, 2011). O consenso que pode ser construído com a utilização da opinião pública através dos jornais, partidos e do parlamento, dão forma à vontade política, “que poderia ser discordante: por isso, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública” (COUTINHO, 2011, p. 283).

Essa construção ideológica tem conseguido êxito na sedimentação de uma sociedade voltada para o mercado, portanto que atende os interesses do capital, bem como também tem conseguido atingir os profissionais da educação de maneira direta, que por sua vez, reproduzem esse discurso. Um exemplo disso foi divulgado em pesquisa científica de Silva (2014) pela, então diretora, do Colégio Estadual Noemy M. Silveira, datado em 08 de abril de 2013. Segundo ela a concepção de escola inserida na lógica do mercado, do tipo das *Escolas Charters* nos Estados Unidos deve ser considerada correta, pois

Tem uma coisa que eu acho forte nisso, porque são modelos prontos, tudo que está acontecendo aqui em Goiás, já aconteceu fora do país, principalmente em Nova York, aconteceu lá, em São Paulo e no Espírito Santo também, eu vejo de forma positiva, eu acho que a mudança incomoda, eu concordo com a postura da secretaria, com a forma dessa implantação [...]. A ideia é boa, ele (Secretário da Educação) está trabalhando naquilo que ele prometeu e já funcionou, o modelo está pronto, a receitinha do bolo, e só você ir lá bater tudo e colocar no forno, porque se deu certo em outros lugares vai dar certo aqui (SILVA, 2014, p. 198).

Conforme já mencionado, a diretora sabe bem qual é a “receita” a ser seguida, pois conheceu pessoalmente algumas Escolas Charter em uma viagem que ganhou para os EUA:

Eu vi muita coisa, fui em Nova York, Balthmore e Washington [...] eu fiquei 26 dias, mas dá vontade de ficar um ano. Na escola onde eu fiquei não tinha como criticar nada, um sonho, um sonho, a demanda de pessoal muito grande, coordenador de suspensão, coordenador disciplinar que fica dentro da sala de aula

para repreender os alunos, professor não tem que chamar a atenção, é incrível (SILVA, 2014, p. 198-199).

Primeiro o depoimento da diretora demonstra que a mesma desconhece as pesquisas sobre as escolas norte-americanas que foram submetidas a privatização. Ou seja, acabou admitindo o fora determinado pelo reforma educacional goiana sem o que se espera, sobretudo, dos profissionais da educação, que é a criticidade e o questionamento embasado em sólida teoria. O senso comum interiorizado e difundido pela diretora evidencia que a ideologia do mercado enquanto propulsor de melhorias na educação vem se tornando hegemônico. Generaliza e trata modelos prontos, – que tem resultados ruins como comprovam os estudos de Freitas (2012; 2018) – transplantados de outra realidade sociocultural, como solução para os problemas brasileiros. A história de nosso país escancara o contrário (FAUSTO, 2015). Aliás, não somente em território brasileiro, mas na dinâmica do sistema capitalista em seu estágio atual o que é de interesse dos países desenvolvidos vai na contramão dos interesses dos países periféricos (MOTTA, 2012).

Através do amplo processo pedagógico de inserção da lógica de mercado na educação, esse ideário entre os profissionais da educação vai se sedimentando ao passo que favorece os interesses do grande capital, sobretudo o financeiro, que por sua vez subordina a escola, seus profissionais e todo o projeto de formação dos jovens à condição de consumidores em um amplo e cotidianamente construído mercado educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empapuçado ele sai, vai dar um rolê
Não acredita no que vê, não daquela maneira
Crianças, gatos e cachorros
Disputam palmo a palmo
Seu café da manhã na lateral da feira

Racionais MC's.

O presente estudo teve por objetivo compreender e analisar os pilares 1 e 4 da reforma educacional denominada Pacto pela Educação na rede de ensino do Estado de Goiás, formulada no governo Marconi Perillo (2011-2014), buscando apreender como essa política educacional contribui para a construção e manutenção de uma sociedade burguesa através dos seus intelectuais orgânicos, isto é, dos professores, impactados diretamente por essa reforma, bem como perceber com qual perspectiva de educação e de sociedade seus formuladores comungavam. Nossas análises nos mostraram que as políticas educacionais em Goiás vêm sendo influenciadas de maneira direta pelas regras e ditames dos processos de globalização econômica para os países periféricos.

Nesse sentido, as políticas educacionais implementadas na rede estadual de educação refletem as orientações dos organismos multilaterais, como as do próprio governo brasileiro, de seu Ministério da Educação, que representam os mais legítimos interesses das classes dominantes desse país, sobretudo, a fração de classe ligada ao capital financeiro. Nessa conjuntura o Pacto pela Educação representa em âmbito regional o que vem sendo construído cotidianamente de maneira ampla e sistemática no Estado brasileiro: uma sociedade burguesa, portanto, excludente, desigual e legitimadora da pobreza e da manutenção desta no país, uma vez que, tem aumentado significativamente o número de brasileiros e brasileiras que vivem em condições de pobreza e extrema-pobreza nos últimos anos desse século XXI.

Após a implementação do Pacto pela Educação em 2011 foi lançado mão um amplo processo de estruturação da meritocracia na educação goiana. O *modus operandi* escolhido foi através do consenso entre os profissionais da educação de que a valorização e o reconhecimento viriam através do pagamento de bônus mediante avaliação de seu desempenho. Apesar do Pacto pela Educação conter um pilar intitulado *Valorizar e fortalecer o profissional da educação* suas ações pouco efeito causaram como mostram as pesquisas de mestrado e doutorado a que lançamos mão para embasar nossa pesquisa. O que podemos

perceber é que assim como em outro momento destacado por Castel (2015) em que o assalariamento foi fio condutor para a conciliação de classes e a desestruturação dos movimentos de contestação ao status quo, aqui o bônus aparece com finalidade parecida. Através dele conduz-se os professores, de maneira coercitiva, a trabalhar sem condições físicas e emocionais, sem estrutura, sem material e sem autonomia para o recebimento de um possível bônus semestral.

O modo como esse programa de reconhecimento baseado na meritocracia foi sendo internalizado pelos professores e demais envolvidos, como evidenciado na pesquisa de Silva (2014), como uma diretora de unidade escolar, nos prova o sucesso ideológico do Pacto pela Educação. Como expomos no capítulo III alguns profissionais da educação tem chegado a acreditar que se “funcionou” fora do país deve “funcionar” aqui também esse modelo de reforma educacional com valores empresariais. Pode-se constatar que não é considerada a situação política, econômica e social brasileira, bem como o estágio do desenvolvimento da sua educação pública, apenas, veste-se o molde educacional norte-americano, em um corpo educacional que não o cabe.

Em um país de capitalismo periférico, como o nosso, o recrutamento dos intelectuais aos aparelhos hegemônicos das classes dominantes é uma prática recorrente e eficaz para a subordinação, via construção do consentimento, das classes antagônicas. Ao permear ideologicamente o corpo docente, o ideário do Pacto pela Educação contribuiu para manter a classe trabalhadora da educação presa ao âmbito econômico-corporativo, na correlação de forças, que corresponde a fase onde categorias profissionais se organizam para defender seus interesses imediatos, do tipo, aumento salarial, redução da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho. No caso goiano, a manutenção do bônus aparece como fio condutor para o consenso e a consequente desarticulação dos confrontos e conflitos de classe como demonstrou também Silva (2014).

Na contramão dos objetivos da política goiana, a profissão docente continua em um contínuo e processo de desvalorização perante a sociedade. Os jovens cada vez menos têm se interessado em ingressar na carreira do magistério e em breve teremos problemas sérios relacionados a qualidade e oferta de professores para a educação básica. O remédio para esse problema já está em gestação, no caso de Goiás, desde 2011. O governo de Goiás anunciou que a partir do ano de 2016 repassaria a gestão de um quarto das escolas estaduais para Organizações Sociais (OS), por meio de contratos de gestão. No dia 7 de dezembro de 2015 o governador baixou o Despacho de número 596/2015 autorizando a celebração dos contratos de gestão com as empresas privadas, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Temporariamente, o governo estadual e essa medida, foram vencidos pelos movimentos sociais estudantis e dos professores, porém a sombra da privatização ainda paira sobre as escolas goianas.

O projeto neoliberal, agora travestido de Terceira Via, alcançou seus objetivos do ponto de vista ideológico, ao conseguir introduzir como única alternativa possível o receituário de Estado mínimo a diversas camadas da população, inclusive as que mais serão prejudicadas com mudanças desse tipo. Os professores, no entanto, têm contribuído ao serem cooptados por políticas neoliberais e dentro das escolas, sem perceber, ou de modo intencional, acabam por disseminar essa concepção aos que estão em sua sala de aula. Mesmo sofrendo as mais diversas pressões pelo cumprimento das metas, acabam por não perceberem que o Pacto pela Educação é a política goiana que impacta diretamente em sua atividade docente concreta, como atestamos em pesquisa no site do sindicato que representam os professores da rede pública estadual. Percebemos que nenhum manifesto, programa ou pauta coletiva tem como objetivo a extinção do Pacto pela Educação e uma proposta de política para a rede estadual que vise solapar os valores burgueses ali apregoados.

Paulatinamente e de maneira bastante eficaz, utilizando-se da educação e dos seus intelectuais orgânicos, vamos mergulhando na consolidação de uma concepção burguesa de vida e de sociedade. Urge que nós pesquisadores, professores e todos envolvidos com uma educação pública, gratuita e para além do capital, nos coloquemos frente a essa política que almeja colocar totalmente a educação. As condições atuais não se põem favoráveis à construção de um projeto de sociedade democrática. Contudo, novamente à luz de Gramsci, é preciso combinar o pessimismo da inteligência com o otimismo da vontade (GRAMSCI, 2000b).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. O balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil**: (Collor, FHC e Lula). 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ARAÚJO, C. S. **Desempenho e recompensa**: as políticas das secretarias estaduais de educação. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2014.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza**: reflexão e perspectiva. Preparado para as reuniões anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Washington, 2004.

BEZERRA, Nilson Pereira. **Pacto pela educação**: o cumprimento da agenda neoliberal em Goiás e a militarização das escolas públicas. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Anápolis, 2017.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.

BORON, Atílio. Os 'novos Leviatãs' e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em 30 out. 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2015.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. RIZEK, C.; OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. **Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

DEITOS, Roberto Antônio. **Ensino Médio e Profissional e seus vínculos com o BID/BIRD: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional.** Cascavel: Edunioeste, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira.** Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FAVATO, Maria Nilse; RUIZ, Maria José Ferreira. **REUNI: política para a democratização da educação superior?.** Revista Eletrônica de Educação, Universidade Federal de São Carlos. v. 12, n. 2, p. 448-463, maio/ago. 2018.

FERREIRA, João Roberto Resende. **Expansão da escola básica e a relação do capital, trabalho e educação no Brasil dos anos 1970.** (Tese de doutoramento). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

FONSECA, Marília. **Perspectivas para a gestão de financiamento do ensino médio.** In: ZIBAS, Dagmar M. L.; AGUIAR, Márcia Ângela da S.; BUENO, Maria Sylvia Simões. O ensino médio e a reforma da educação básica. Brasília: Editora Plano, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.** In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública - A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: APPLE, Michael W. (et. al.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** _____ (org.), 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOIÁS, Seduc. **Pacto pela educação**: um futuro melhor exige mudanças. 2011a. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/>> acesso em 10 de dezembro. 2019.

_____. **Educação - É assim que transformamos hoje o futuro de milhares de crianças e jovens**. Piso salarial e avaliação de desempenho dos professores. Goiânia, 2011b. Disponível em: <http://www.see.go.gov.br/documentos/seduc/Cartilha.pdf>. Acesso em 20 dezembro. 2019.

_____. **Controladoria Geral do Estado**. Consolidação das ações e programas dos órgãos e entidades: exercício 2012. Disponível em: <www.transparencia.goias.br>. Acesso em: 10 dezembro. 2019.

_____. **Programa Reconhecer**: educação, o mérito é todo seu. 2013. Disponível em:<<http://www.seduc.go.gov.br/intranet/portal/sistemas/not/files/4241/Cartilha%20Reconhecer%202013.pdf>> Acesso em 10 de dezembro. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.v.1.

_____. **Os intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000a. v.2.

_____. **Maquiavel, notas sobre Estado e a política**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000b. v.3

_____. **Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. v.4.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich A. V. **O caminho da servidão**. Trad. Anna Maria Capovilla; José Ítalo Stelle; Liliane de Moraes Ribeiro. 6 ed. São Paulo: Mises Brasil, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Adeus a tudo aquilo. BLACKBURN, R. **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Márcio Rodrigues da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. São Paulo: Cortez: 2002.

KUNTZ, Rolf Nelson. Locke, Liberdade, Igualdade e Propriedade. In: QUIRINO, Célia Galvão e outros (org). **Clássicos do Pensamento Político**. São Paulo: EDUSP, 2004, p.91-119.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 151-178.

LEHER, R. **Da Ideologia Do Desenvolvimento À Ideologia da Globalização: A Educação Como Estratégia do Banco Mundial Para “Alívio” da Pobreza**. (Tese de doutoramento) São Paulo: USP, 1998.

LEOPOLDO, Giovana Brozeli. **Lei natural e submissão: obediência civil em Locke**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP/FFLCH, 2010.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo: Ensaio relativo à verdadeira origem extensão e objetivo do governo civil**. (trad.): Jacy Monteiro. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. Livro I. v. 2.

_____. **Textos**, v. 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **Apontamentos para a crítica do projeto neoliberal de sociedade e de educação: a realização**. Educação Temática Digital, Campinas, v.3, n.2, p.55-70, jun. 2002.

_____. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1.ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANI, C. et. al (orgs). **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MOURA, Proscila de Oliveira. **O sistema de bônus/prêmio na reforma Pacto pela Educação (SEDUC/GOIÁS 2011-2014)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Valdirene Alves de. **Os intelectuais e o novo ensino médio no governo FHC: o Projeto Escola Jovem**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da UFG, 2004.

PAULANI, Leda. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PEIXOTO, T. **Educação: o desafio de mudar**. Goiânia: Kelps, 2010.

PESSONI, Lucineide Maria de Lima. **Internacionalização das políticas educacionais, finalidades educativas escolares e qualidade de ensino: a reforma educativa no Estado de Goiás**. (Tese de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

PETRAS, James. **Brasil e Lula: ano zero**. Tradução: Aleksandra Piasecka. Blumenau: Edifurb, 2005.

PINHEIRO, Veralúcia; BEZERRA, Nilson Pereira. **A prática da liberdade no Estado moderno nas concepções de John Locke e Jean-Jaques Rousseau**. Contrapontos (online), v. 18, p. 02-14, 2018.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SABINE, George H. Sabine. **História das Teorias Políticas**, Vol I e II, Tradução Ruy Jungmann, Editora Fundo de Cultura. 1964.

SANTOS, Claitonei de Siqueira; QUEIROZ, Ivo Monteiro de. O debate público e privado nos tramites de uma LDB neoliberal. In: GUILHERME, Willian Douglas. **A Educação no âmbito do político e de suas tramas**. 2019. v. 3.

SÃO PAULO. Lei N°434/2019. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000262621>>, acesso dia 15 de dezembro de 2019.

SILVA, Simônia Peres da. **O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem: O Pacto pela Educação em Goiás.** (Tese de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2014.

SOUZA, Rebeca Martins de. **A cruzada do capital pela hegemonia do chão da escola: a ideologia da qualidade da educação e a Gestão Integrada da Escola (GIDE) como mecanismo de controle de mercado.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SILVA, Marcelo José de Souza; PETTERLE, Ricardo Rasmussen. **Sofrimento mental de professores do ensino público.** vol.42, n.116, pp.87-99. Saúde debate [online]. 2018.

TSUJI, Alessandra. **O governo civil no "Segundo Tratado sobre o Governo" de John Locke.** (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH, 2017.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral.** Aparecida – São Paulo: Editora Santuário, 2009.

LEIS

BRASIL. **Lei N°13.005**, de 25 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

GOIÁS. **Lei Complementar n.º 62**, de 9 de outubro de 2008. Institui o Plano Estadual de Educação de Goiás 2008-2017.

Notícias

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Reforma Educacional: **Governo de Goiás anuncia “Pacto Pela Educação” nesta segunda-feira, 5.** 2011 . Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2953>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Secretário da Educação acompanha instalação de placas com notas do Ideb.** 2011. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2914>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

JORNAL O POPULAR. **Goiás fica sob risco de "apagão" de professores.** 23 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/goi%C3%A1s-fica-sob-risco-de-apag%C3%A3o-de-professores-1.1939145>> Acesso em 30 de dezembro. 2019.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). **Professores De Goiás Permanecem Em Greve.** 2012. Disponível em <<https://ubescomunica.wordpress.com/2012/03/22/professores-de-goias-permanecem-emgreve/>> Acesso em 20 de dezembro. 2019.